

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL FELICE

A MIGRAÇÃO HAITIANA DO BRASIL PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(EUA) 2016-2021: RISCOS E DESAFIOS, REGULAÇÃO JURÍDICA DOS ESTADOS E
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

CURITIBA

2025

DANIEL FELICE

A MIGRAÇÃO HAITIANA DO BRASIL PARA ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
(EUA) 2016-2021: RISCOS E DESAFIOS, REGULAÇÃO JURÍDICA DOS ESTADOS E
PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Direito, no
Programa de Pós-Graduação em Direito do Setor
de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Felice, Daniel

A migração haitiana do Brasil para Estados Unidos da América (EUA) 2016-2021: riscos e desafios, regulação jurídica dos estados e proteção dos direitos humanos / Daniel Felice. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.

Orientador: José Antônio Peres Gediel.

1. Haitianos. 2. Emigração e imigração. 3. Política migratória. 4. Direitos humanos. I. Gediel, José Antônio Peres. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

ATA Nº558

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM DIREITO**

No dia dezessete de março de dois mil e vinte e cinco às 09:30 horas, na sala de Defesas - 317 - 3º andar, Prédio Histórico da UFPR - Praça Santos Andrade, 50, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **DANIEL FELICE**, intitulada: **A MIGRAÇÃO HAITIANA DO BRASIL PARA ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) 2016-2021: RISCOS E DESAFIOS, REGULAÇÃO JURÍDICA DOS ESTADOS E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), JOAO ARTHUR PUGSLEY GRAHL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), BRUNA PUPATTO RUANO (UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2), FERNANDO CESAR MENDES BARBOSA (UNIFOZ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 17 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 10:18:00.0
JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 10:10:02.0
JOAO ARTHUR PUGSLEY GRAHL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
22/03/2025 13:14:05.0
BRUNA PUPATTO RUANO
Avaliador Externo (UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 08:41:44.0
FERNANDO CESAR MENDES BARBOSA
Avaliador Externo (UNIFOZ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DANIEL FELICE**, intitulada: **A MIGRAÇÃO HAITIANA DO BRASIL PARA ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) 2016-2021: RISCOS E DESAFIOS, REGULAÇÃO JURÍDICA DOS ESTADOS E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 10:18:00.0
JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 10:10:02.0
JOAO ARTHUR PUGSLEY GRAHL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
22/03/2025 13:14:05.0
BRUNA PUPATTO RUANO
Avaliador Externo (UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2)

Assinatura Eletrônica
21/03/2025 08:41:44.0
FERNANDO CESAR MENDES BARBOSA
Avaliador Externo (UNIFOZ)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença e bênçãos me sustentaram ao longo de todo este percurso. Registro minha profunda gratidão ao meu orientador, Professor José Antônio Peres Gediél, por ter aceitado conduzir esta pesquisa. Seu compromisso incansável e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Desde o início, sua orientação clara e objetiva forneceu a direção necessária para transformar uma ideia inicial em um projeto concreto. O apoio constante, seja por meio de conselhos técnicos ou palavras de encorajamento, foi essencial para enfrentar e superar os desafios que surgiram ao longo da jornada. Mais do que um orientador exemplar, foi também um amigo leal, cuja amizade e apoio foram inestimáveis durante todo o processo. Sem sua orientação e presença, este sonho não teria se realizado.

Aos professores do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, deixo um agradecimento especial pela excelência técnica e pelo empenho demonstrado na transmissão do conhecimento, sempre com dedicação e entusiasmo. As aulas, debates e orientações de cada um foram decisivos para o meu amadurecimento acadêmico e para a concretização desta dissertação. Cada docente deixou uma marca indelével em minha formação, pela qual sou profundamente grato.

À minha esposa, Priscila Holtz Silva, expresso minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, pela compreensão e pela paciência demonstradas ao longo de todo o período deste projeto. Sua presença constante, suas palavras de incentivo e sua fé em minha caminhada foram pilares de força e inspiração.

Aos amigos e amigas que caminharam ao meu lado, ofereço meu sincero agradecimento. A camaradagem, os conselhos e o apoio de vocês foram fundamentais para que eu seguisse em frente, especialmente nos momentos de maior dificuldade.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Suas palavras de encorajamento, críticas construtivas e gestos de apoio foram essenciais para que eu alcançasse este objetivo. Esta dissertação é fruto de um esforço coletivo, e cada um de vocês tem uma parte nesse resultado.

Muito obrigado!

ESKE LAKAY VIN BON?

*La vi an Ayiti pa fasil
sitou pou yon jèn tankoum
ki gem yom mennaj ak yon pitit sou responsabitem.
fini lekòl ak tout diplòm mwen yo pat itil mwen anyen.
m pat gen lòt chwa ke kite Atiti a tou pri
poum ale nan yon lòt peyi
men sa a pat amelyore kondisyon an pou mwen
Yo te vin egzajere
sa se istwa anpil ayisyen
Sa a se istwa pam tou.*

Stevenson Ducinvil

Será que a minha casa ficou boa?

*A vida no Haiti não é fácil
especialmente para um jovem como eu
que tem uma namorada e um filho sob minha responsabilidade.
Apesar de ter concluído a escola e obtido todos os meus diplomas,
isso não se traduziu em oportunidades concretas.
Eu não tive outra escolha a não ser deixar o Haiti a qualquer custo
para ir para outro país
mas isso não melhorou minha situação.
As coisas ficaram ainda piores.
Essa é a história de muitos haitianos.
Essa também é a minha história.*

Stevenson Ducinvil

RESUMO

Este trabalho examina as causas, trajetórias e estratégias envolvidas na migração de haitianos rumo aos Estados Unidos, bem como as barreiras legais que dificultam o ingresso nesse país. O foco central reside na análise do procedimento migratório, na aplicação dos Direitos Humanos e nas violações ocorridas ao longo desse processo. Para compreender essa jornada complexa, a pesquisa apoia-se em revisão bibliográfica recente sobre o fenômeno migratório em questão e recorre a relatos, entrevistas e questionários com o objetivo de identificar os perigos enfrentados durante o percurso, além de avaliar a efetividade dos Direitos Humanos na proteção dos migrantes. Ao longo do estudo, são explorados os fatores socioeconômicos, políticos e ambientais que impulsionam a migração haitiana, destacando as adversidades vividas no país de origem e os atrativos percebidos nos destinos almejados, como oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Na sequência, analisam-se as estratégias adotadas pelos migrantes para realizar essa travessia, incluindo a escolha das rotas, os meios de transporte utilizados e os vínculos estabelecidos ao longo do caminho. Paralelamente, são examinadas as políticas migratórias dos Estados Unidos, com destaque para os obstáculos legais e burocráticos enfrentados pelos migrantes haitianos. Discutem-se as legislações e regulamentos que restringem o acesso ao território norte-americano, bem como as consequências desse contexto, que frequentemente levam os migrantes a recorrer a rotas clandestinas e perigosas. A pesquisa também propõe uma avaliação crítica do papel dos Direitos Humanos nesse cenário, investigando em que medida tais direitos são respeitados e garantidos durante a jornada migratória e na interação com as autoridades migratórias. São analisadas as violações ocorridas ao longo do percurso, incluindo abusos cometidos por traficantes de pessoas e episódios de violência institucional. Por fim, a dissertação busca contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica das dinâmicas migratórias contemporâneas, destacando os desafios enfrentados pelos migrantes haitianos em sua busca por melhores condições de vida e as implicações das políticas migratórias para a efetivação dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Diáspora haitiana; Migração haitiana; Direitos Humanos; Riscos e regularização legal; Políticas migratórias; Violações.

ABSTRACT

This study examines the causes, trajectories, and strategies involved in the migration of Haitians to the United States, as well as the legal barriers that hinder their entry into the country. The central focus lies in the analysis of the migration process, the application of Human Rights, and the violations that occur throughout this journey. To understand this complex path, the research is grounded in recent bibliographic reviews on the phenomenon and draws on personal accounts, interviews, and questionnaires to identify the risks faced along the way and to assess the effectiveness of Human Rights in protecting migrants. The study explores the socioeconomic, political, and environmental conditions that drive Haitian migration, emphasizing the hardships experienced in the country of origin and the perceived opportunities in the intended destinations, such as employment and better living conditions. Subsequently, it analyzes the strategies adopted by migrants to undertake the journey, including route selection, means of transportation, and networks established along the path. In parallel, the dissertation examines the migration policies of the United States, highlighting the legal and bureaucratic obstacles encountered by Haitian migrants. It discusses the laws and regulations that restrict access to U.S. territory, as well as the consequences of this restrictive framework, which often compel migrants to resort to clandestine and dangerous routes. The research further proposes a critical assessment of the role of Human Rights in this migratory context, investigating to what extent such rights are respected and upheld throughout the migration process and in interactions with immigration authorities. It analyzes the violations that occur during the journey, including abuses by human traffickers and institutional violence. Ultimately, the dissertation aims to contribute to a deeper and more critical understanding of contemporary migration dynamics, shedding light on the challenges faced by Haitian migrants in their pursuit of improved living conditions and on the implications of migration policies for the protection of Human Rights.

Keywords: Haitian diaspora; Haitian migration; Human Rights; Risks and legal regularization; Migration policies; Violations.

REZIME

Disètasyon sa a egzamine mouvman migratwa ayisyen k ap soti Brezil pou ale Ozetazini.. Okòmansman, li egzamine kòz yo, pakou ak estrateji migran yo itilize pandan vwayaj la, ansanm ak baryè legal ki rann antre nan peyi sa a difisil. Prensipal objektif rechèch la se analize pwosesis migrasyon an, aplikasyon Dwa Moun yo, ak vyolasyon ki fèt nan kad sa a. Pou konprann vwayaj konplèks sa a, rechèch la baze sou yon revizyon bibliyografik resan sou fenomèn migratwa sa a, epi atravè temwayaj, entèvyou ak kesyonè, pou idantifye danje migran yo rankontre sou wout la, epi fè yon evalyasyon efikasite Dwa Moun nan pwoteksyon migran yo. Nan rechèch la nou eksplòre kondisyon sosyo-ekonomik, politik ak anviwònman ki pouse ayisyen yo ale, epi abòde difikilte yo fè fas nan peyi yo ak opòtinite yo panse yo ka jwenn nan peyi kote yo vize ale a, tankou travay ak pi bon kondisyon lavi. Apre sa, estrateji migran yo itilize pou reyalize vwayaj la, analize chwa wout yo, mwayen transpò yo itilize ak kontak yo etabli sou chimen an. An menm tan, disètasyon an analize politik migratwa Ozetazini, idantifye baryè legal ak biwokratik ayisyen yo konfwonte lè y ap eseye rantre nan peyi a. Rechèch sa a mete aksan sou lwa ak règleman ki limite aksè legal Ozetazini, ansanm ak konsekans sitiyasyon sa a pou migran yo, ki souvan oblije itilize wout klandesten ki danjere. Anplis, rechèch la pwopoze yon evalyasyon sou wòl Dwa Moun nan kontèks migratwa sa a, epi li egzamine nan ki mezi dwa sa yo respekte ak garanti pandan tout vwayaj la ak nan pwosesis entèraksyon ak otorite migratwa yo. Vyolasyon Dwa Moun ki fèt sou trajè a, tankou abi bò kote trafikan moun ak vyolans polisye. Finalman, disètasyon an vize kontribye nan yon pi bon konpreyansyon sou dinamik migratwa kontemporen yo, mete aksan sou defi migran ayisyen yo fas pandan yap chache lavi miyò, epi tou analize enpak politik migratwa sou pwoteksyon Dwa Moun yo.

Mo kle: Diaspora ayisyen; Migrasyon ayisyen; Dwa Moun; Risk ak regularizasyon legal; Politik migratwa; Vyolasyon Dwa .

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1 Pati	16
1.1 Chache lavi	20
1.2 A diáspora haitiana	28
1.3 A nova vida no Brasil: instabilidade aqui e lá para além da legalização	33
2 Direitos humanos e seu desafio permanente	44
2.1 Reconhecer o terreno dos direitos humanos	52
2.2 Direitos nacionais e práticas burocráticas versus os direitos humanos.....	63
3 Migração haitiana do Brasil para os EUA	72
3.1 Pegar o caminho – Pran wout la: rotas e riscos.....	74
3.2 Do sonho à política migratória norte-americana	82
3.3 O aparato legislativo e burocrático: um novo Darién	97
Conclusão	110
Referências	115
Anexos	121

INTRODUÇÃO

A migração, fenômeno intrinsecamente ligado à história da humanidade, é produto, molda e define sociedades, culturas e economias, sendo uma constante na trajetória dos povos, ao longo dos séculos.

No processo de globalização da economia, as dinâmicas migratórias não apenas se intensificam, como também ganham novos contornos, refletindo a interconexão das crises e oportunidades que surgem em diferentes países.

As motivações e condições que impulsionam as migrações contemporâneas variam amplamente, expondo as profundas desigualdades e desafios enfrentados por populações que buscam melhores condições de vida ou, muitas vezes, são forçadas a deixar seus países de origem.

A migração haitiana, em particular, destaca-se como um exemplo emblemático das complexas interações entre crises econômicas, políticas e ambientais, que caracterizam o deslocamento forçado de grandes contingentes populacionais, por várias gerações¹.

Para enfrentar esse conjunto de complexidades, esta Dissertação investiga a trajetória migratória dos haitianos que partiram do Brasil em direção aos Estados Unidos da América (EUA), analisando os múltiplos desafios enfrentados ao longo dessa jornada e aqueles que se apresentam na travessia da fronteira, na sua permanência naquele país ou nos processos de deportação.

O ponto de partida desta investigação é a migração haitiana para o Brasil, intensificada após o terremoto de 2010 no Haiti, um desastre que agravou a crise humanitária no país e levou muitos haitianos a buscarem novas oportunidades no exterior. Nesse contexto, o Brasil emergiu como um destino promissor para aqueles que desejavam reconstruir suas vidas. Em resposta a esse fluxo migratório, o governo brasileiro firmou um acordo bilateral com o Haiti, instituindo a concessão de vistos humanitários e viabilizando a chegada de milhares de migrantes ao país. Uma vez no Brasil, os haitianos tiveram acesso a mecanismos de regularização documental, permitindo sua inserção no mercado de trabalho. Com isso, passaram a ocupar postos em diversos setores da economia, contribuindo para o crescimento local e fortalecendo os laços entre as duas nações. Esse movimento migratório não apenas criou novas perspectivas para os haitianos, mas também favorece intercâmbios culturais e econômicos entre Brasil e Haiti.

¹ A diáspora haitiana refere-se às comunidades formadas por haitianos e seus descendentes que residem fora do Haiti. Esse fenômeno transnacional distingue-se pela preservação de laços culturais, sociais e econômicos com o país de origem.

No entanto, após alguns anos, sobretudo a partir de 2016, muitos desses migrantes optaram por deixar o país em busca de melhores condições de vida nos EUA, gerando um novo ciclo e inaugurando novas rotas migratórias. Diante das características deste novo ciclo, a pesquisa busca compreender como esses migrantes enfrentaram os riscos jurídicos, físicos e emocionais, durante essa travessia, que inclui longas jornadas por rotas perigosas e territórios incertos, atravessando diversas fronteiras até alcançarem o território norte-americano para enfrentarem a política migratória excludente daquele país.

Saliente-se que, além dos obstáculos físicos do percurso, outro maior risco são os obstáculos burocráticos e políticos de um sistema migratório complexo e restritivo.

A pesquisa propõe, portanto, revelar não apenas as barreiras concretas enfrentadas pelos haitianos, mas também as consequências emocionais e psicológicas dessa migração. Ao focar nas experiências individuais e coletivas dos migrantes, o trabalho visa lançar luz sobre as implicações mais amplas das políticas migratórias que, em vez de oferecerem proteção, frequentemente perpetuam a vulnerabilidade e a exclusão dessas populações, desconsiderando o contido nas normas internacionais dos Direitos Humanos.

A migração haitiana do Brasil para os EUA emergiu como um fenômeno que despertou interesse particular para a pesquisa e revelou uma lacuna para a compreensão desse fenômeno que este trabalho pretende preencher com os relatos de migrantes haitianos para o EUA, trazendo para o discurso acadêmico a perspectiva subjetiva e humana no sentido mais amplo da palavra.

Entre 2016 e 2021, observou-se um aumento significativo no número de haitianos que optaram por deixar ou passar pelo território brasileiro em busca de melhores oportunidades nos EUA². Essa tendência não só agrava as dificuldades enfrentadas pelos migrantes em sua jornada, mas também evidencia como as políticas migratórias dos EUA podem aumentar, ainda mais, a situação de vulnerabilidade dos haitianos, ao invés de responder às expectativas de integração naquela sociedade.

A trajetória migratória dos haitianos do Brasil para os EUA é marcada por uma série de obstáculos. Os desafios enfrentados durante o processo migratório vão além das dificuldades da rota; eles incluem também os que surgem ao chegarem aos EUA, como o processo legal para

² Cerca de 24% dos haitianos que chegam aos Estados Unidos pela fronteira mexicana partiram do Brasil, apontam dados da Organização Internacional para a Imigração (OIM), um dos braços da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/06/cerca-de-24percent-dos-haitianos-que-tentam-migrar-por-terra-para-os-eua-partiram-do-brasil-apontam-dados-da-onu.ghtml> Acesso Janeiro 2024.

obtenção de documentação e a constante incerteza quanto à possibilidade de deportação para o Haiti.

É crucial compreender que, ao ingressar em solo americano, os migrantes haitianos frequentemente se deparam com um sistema burocrático complexo, que pode afetar sua capacidade de regularizar sua situação e estabelecer uma nova vida. Para compreender com maior profundidade as experiências vividas pelos migrantes haitianos, esta investigação baseou-se em um questionário aplicado no âmbito de uma pesquisa anônima, assegurando o sigilo das identidades dos participantes. As respostas obtidas não apenas descreveram os acontecimentos de suas trajetórias migratórias, mas também revelaram aspectos significativos da dimensão sociocultural desse fenômeno, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do processo migratório em questão. Cabe destacar que, por questões éticas e para resguardar a identidade dos participantes, os nomes citados ao longo do texto são inventados, não correspondendo aos nomes reais dos respondentes.

Assim, por exemplo, entrevistas seguindo o modelo de pesquisa participativas fornecem informações sobre as rotas seguidas a partir do Brasil e demonstram os riscos dessas rotas que passam pelo chamado “Darién Gap”, uma região de floresta tropical entre a Colômbia e o Panamá, que se tornou uma rota perigosa e sem qualquer regulamentação oficial para migrantes em direção aos EUA. Os riscos enfrentados nessa travessia incluem não apenas os desafios naturais da geografia hostil, mas também a violência perpetrada por grupos criminosos e traficantes de pessoas. O estudo buscará compreender como esses perigos afetam a trajetória migratória e de que forma os haitianos lidam com essas ameaças em seu percurso até o Norte.

Essas entrevistas e questionário, complementam a perspectiva teórica e jurídica que os documentos oficiais raramente conseguem apreender, pois procura retratar a realidade vivida nesse processo migratório. O questionário busca compreender as motivações para os haitianos deixarem o Brasil, as dificuldades encontradas durante a viagem, suas interações com autoridades migratórias e criminosos, e suas expectativas em relação ao futuro nos EUA. A partir das respostas obtidas, será possível traçar um panorama das vivências desses migrantes, suas estratégias de sobrevivência e adaptação, e os efeitos de uma migração marcada pela violência, exploração e incerteza.

Além do questionário aplicado, utilizamos uma bibliografia diversificada composta por autores e especialistas que abordam a questão migratória e os Direitos Humanos sob diferentes perspectivas. Essa seleção inclui trabalhos de pesquisadores haitianos e de autores que migraram para os Estados Unidos há várias décadas, oferecendo uma visão histórica e

consolidada do processo migratório. Também consideramos as experiências de haitianos que recentemente utilizaram rotas migratórias contemporâneas para chegar aos EUA.

Essa abordagem permite contemplar múltiplas formas de migração e suas nuances, reconhecendo que os fatores que impulsionam o deslocamento humano variam de acordo com o contexto político, econômico e social. Para os haitianos que migraram há décadas, o foco frequentemente recai sobre o sonho de estabilidade econômica e a busca por oportunidades em um cenário global já caracterizado por restrições crescentes. Por outro lado, aqueles que recentemente atravessaram rotas como a que conecta o Brasil ao México enfrentam desafios específicos, incluindo a vulnerabilidade às redes de tráfico humano, a precariedade vivida nos países de trânsito e as complexas barreiras burocráticas impostas pelos Estados Unidos.

A diversidade de visões apresentada na bibliografia é essencial para enriquecer a análise do fenômeno migratório haitiano. Estudos acadêmicos, reportagens investigativas e relatos pessoais oferecem uma compreensão ampla e crítica, revelando tanto os aspectos estruturais que perpetuam desigualdades quanto às formas de resistência e resiliência desenvolvidas pelos migrantes. Esse diálogo entre diferentes perspectivas é crucial para desconstruir narrativas hegemônicas e construir análises que valorizem as vozes dos próprios sujeitos migrantes, especialmente em contextos historicamente marcados pela luta pela sobrevivência, exclusão social e desigualdade sistêmica. Ao reconhecer as especificidades das trajetórias individuais e coletivas, essa abordagem promove uma visão mais humanizada e inclusiva do fenômeno migratório, destacando as demandas urgentes por justiça e direitos humanos.

Portanto, a combinação de dados empíricos obtidos nos questionários e de referências bibliográficas variadas busca refletir a complexidade do fenômeno migratório haitiano. Essa abordagem é indispensável para explorar as diferenças nas formas de migração e compreender como essas trajetórias se conectam a um panorama mais amplo de luta por direitos, sobrevivência e dignidade.

Delineado o perfil da migração haitiana recente para o Brasil e do Brasil para os EUA, suas rotas e riscos, a Dissertação analisa as dinâmicas legais e políticas que afetam a migração haitiana para os EUA, com ênfase nas políticas migratórias norte-americanas que, ao longo dos anos, têm se mostrado inconsistentes e muitas vezes opressivas para migrantes de países como o Haiti. A narrativa será construída a partir de uma análise crítica dessas políticas, investigando como elas moldam o destino dos migrantes, e em que medida reforçam as desigualdades estruturais entre países do Norte Global e do Sul Global.

Ao longo dos capítulos, serão desenvolvidas análises sobre as políticas migratórias e seus impactos, a relação entre migração e globalização, e os modos de resistência dos migrantes

frente a sistemas de opressão e exclusão e os desafios permanentes que impedem a plena efetividade dos Direitos Humanos no interior das ordens jurídicas nacionais.

Assim, a Dissertação tem o objetivo de estabelecer um recorte sobre a migração haitiana do Brasil para os EUA, entre os anos de 2016 e 2021, a partir de elementos teóricos conceituais, factuais e subjetivos, que demarcam a particularidade desse processo migratório.

1.PATI

A palavra "*pati*" é uma expressão comum no crioulo haitiano, usada para descrever a saída de uma pessoa do Haiti para outros países. Por exemplo, a frase "*li pati*" significa "ele(a) deixou o Haiti" e pode ser complementada com destinos, como em "*li pati, li ale Brezil, Etazini, Canada*" (ele(a) partiu, foi para o Brasil, Estados Unidos, Canadá). Este termo reflete a experiência coletiva de uma população que, ao longo da história, tem buscado melhores oportunidades em resposta a condições adversas.

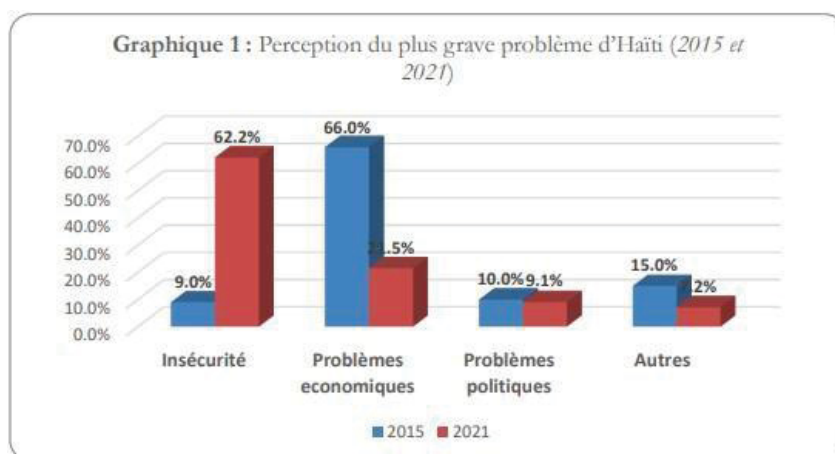
Para muitos haitianos, o ato de "*pati*" não é meramente uma migração, mas sim uma busca por oportunidades e uma maneira de enfrentar os desafios econômicos, políticos e sociais que enfrentam em seu país de origem. A migração é vista como uma chance de romper com as dificuldades cotidianas e encontrar condições de vida mais dignas e estáveis em outros lugares. Além disso, é uma oportunidade de contribuir financeiramente para o bem-estar de suas famílias.

A decisão de "*pati*" para muitos haitianos é resultado de uma intrincada interconexão de fatores que ecoam profundamente na sociedade haitiana. A instabilidade política e econômica é uma sombra persistente que paira sobre a terra natal, minando a confiança no futuro e gerando um clima de incerteza constante. Politicamente, o Haiti tem sido uma paisagem marcada por turbulências, com ciclos intermináveis de instabilidade governamental e conflitos. A falta de um sistema político robusto e estável cria um ambiente de desconfiança e desesperança, levando muitos haitianos a questionarem sua capacidade de construir uma vida próspera em seu próprio país. Economicamente, a situação não é menos desafiadora.

Conforme levantamento realizado pelo *Observatoire Citoyen pour l'Institutionnalisation de la Démocratie* (OCID), (Observatório Cidadão para a Institucionalização da Democracia) em 2021, a insegurança civil foi identificada como a principal preocupação da população haitiana. Dados da pesquisa indicam que 62,2% dos entrevistados mencionaram problemas como sequestros, violência e a proliferação de gangues, o que representa um aumento expressivo em relação aos 9% registrados em 2015. Questões econômicas, como o alto custo de vida, insegurança alimentar e desemprego, apareceram em

segundo lugar, sendo mencionadas por 21,5% dos participantes, seguidas por preocupações políticas (9,1%) e outros desafios, como desastres naturais e questões de saúde (7,2%). Essa mudança nas prioridades reflete o agravamento da insegurança no país, que deslocou as questões econômicas, antes predominantes, para uma posição secundária. Em 2015, por exemplo, 66% da população apontava problemas econômicos como a maior preocupação. Esse dado, comparado ao cenário de 2021, demonstra como o aumento da violência e da instabilidade impactou profundamente a sociedade haitiana, alterando suas percepções e prioridades. O fato de as pessoas temerem mais pela própria vida diante da escalada de sequestros, assassinatos e atos de banditismo torna evidente a gravidade do contexto atual.

Embora a situação econômica do Haiti não tenha apresentado melhorias significativas nos últimos anos, os dados sugerem que a insegurança persistente exerce uma influência mais imediata e direta no cotidiano da população. Problemas como pobreza, desemprego e insegurança alimentar continuam a afetar milhares de haitianos, mas são percebidos como menos urgentes diante da ameaça constante à integridade física e à segurança pessoal. Essa dinâmica explica por que as preocupações políticas, como a instabilidade governamental e a ausência de um governo funcional, também figuram entre os temas menos citados, com apenas 9,1% das respostas.



Percepção do problema mais grave no Haiti (2015 e 2021)³

Os resultados do estudo também revelam um paradoxo: apesar de a situação econômica do país não ter melhorado desde 2015, houve uma mudança significativa na maneira como a população prioriza suas preocupações. Esse fenômeno pode ser explicado pela natureza mais

³ OCID, Diagnostic de l'engagement citoyen dans la perspective des élections de 2015 en Haïti, juillet 2015, p. 7

palpável e imediata das consequências da violência, que afetam diretamente a sensação de segurança da população. Em contraste, problemas como a crise econômica são percebidos como desafios de longo prazo, menos urgentes diante da iminência do risco de vida. Nesse contexto, é possível observar que as eleições e outras questões relacionadas ao sistema político perderam ainda mais relevância na agenda popular.

A instabilidade política, frequentemente caracterizada pela ausência de um governo efetivo e pela frequente troca de lideranças, não é mais vista como uma prioridade imediata. Em vez disso, a população parece mais preocupada em lidar com os impactos cotidianos da violência, que se manifestam tanto em áreas urbanas quanto rurais. Essa realidade evidencia o quanto a crise de segurança permeia todos os aspectos da vida no Haiti, influenciando desde a mobilidade das pessoas até a realização de atividades econômicas. Os dados do OCID oferecem uma visão clara das consequências sociais e psicológicas da instabilidade que assola o Haiti. A crescente preocupação com a segurança não apenas demonstra o agravamento das condições de vida no país, mas também ressalta a urgência de medidas concretas para enfrentar a violência e promover a estabilização do ambiente social e político.

Em 2021, a população haitiana estava principalmente preocupada com a insegurança civil — sequestros, proliferação de gangues, criminalidade, violência, entre outros. Nada menos que 62,2% dos entrevistados expressaram essa angústia, um salto impressionante em comparação aos apenas 9% em 2015. Isso mostra o quanto a segurança do povo haitiano se deteriorou em apenas seis anos. Em seguida, aparecem as preocupações econômicas, como o alto custo de vida, a insegurança alimentar, o desemprego e a pobreza, citadas por 21,5% dos entrevistados. Já os problemas políticos, como instabilidade e ausência de governo, foram mencionados por 9,1%, enquanto questões como desastres naturais e saúde representaram 7,2% das respostas. Vale destacar que, em 2015, as dificuldades econômicas eram a principal preocupação de 66% da população. Essa mudança pode parecer contraditória, já que a situação econômica do país não melhorou desde então. No entanto, o medo pela própria vida diante da insegurança crescente tornou a prioridade. Nesse cenário, não é surpresa que temas políticos, como eleições, fiquem em segundo plano⁴.

⁴ Tradução do autor: *En 2021, la population haïtienne est préoccupée essentiellement par le problème de l'insécurité civile (enlèvements et séquestration, prolifération de gangs, banditisme, violence, etc.). Pas moins de 62.2% des répondants ont exprimé cette angoisse (contre seulement 9% en 2015). Il est donc déconcertant de constater combien la sécurité du peuple haïtien s'est dégradée en l'espace de 6 ans. Viennent ensuite les problèmes économiques (cherté de la vie, insécurité alimentaire, chômage, pauvreté) avec 21.5% des sondés, les problèmes politiques (instabilité, absence de gouvernement, etc.) avec 9.1% des personnes interrogées et les autres problèmes (catastrophes naturelles, santé, etc.) avec 7.2%. Il convient de souligner qu'en 2015, les problèmes économiques préoccupaient 66% de la population. Cette tendance observée semble un peu paradoxale, compte tenu du fait que la situation économique du pays est loin d'être meilleure aujourd'hui qu'en 2015. Le fait est que les gens craignent*

O Haiti enfrenta uma luta constante contra a pobreza e a escassez de recursos, com uma grande parte da população vivendo em condições de extrema privação. A falta de infraestrutura básica e de oportunidades econômicas sufoca qualquer aspiração de progresso significativo. A falta de oportunidades de emprego é outro fator que impulsiona a decisão de migrar. Com uma economia fragilizada e um mercado de trabalho limitado, encontrar trabalho significativo e bem remunerado no Haiti é uma tarefa árdua. Para muitos, a migração se apresenta como a única saída viável para garantir um sustento digno para si e para suas famílias. A busca por oportunidades de crescimento intelectual e educação avançada muitas vezes impulsiona os haitianos a procurarem novos horizontes além das fronteiras nacionais. Estudar fora do país não apenas oferece acesso a instituições educacionais de renome, mas também confere uma credibilidade valiosa quando se retorna ao Haiti.

Os haitianos que obtêm uma educação no exterior muitas vezes são vistos como tendo habilidades, experiências novas e conhecimentos superiores, o que aumenta suas chances de conseguir empregos bem remunerados. A falta de instituições educacionais de qualidade e de recursos adequados para o desenvolvimento acadêmico dentro do Haiti é uma realidade preocupante. Muitos jovens haitianos enfrentam dificuldades em acessar uma educação de qualidade que os prepare adequadamente para os desafios do mundo moderno. Diante desse cenário, estudar em países estrangeiros se torna uma opção atraente para aqueles que buscam oportunidades de aprendizado mais amplas e abrangentes.

A experiência de estudar no exterior não apenas proporciona um enriquecimento acadêmico, mas também oferece uma exposição valiosa a diferentes culturas, perspectivas e sistemas educacionais. Essa experiência intercultural é altamente valorizada no mercado de trabalho globalizado de hoje, aumentando as chances de sucesso profissional e crescimento pessoal.

Além disso, os haitianos que estudam no exterior muitas vezes desenvolvem uma rede de contatos internacionais que pode ser benéfica ao retornarem ao seu país de origem. Essas conexões podem abrir portas para oportunidades de emprego, colaborações profissionais e iniciativas empreendedoras, proporcionando uma vantagem significativa no competitivo mercado de trabalho haitiano. A busca por educação e crescimento intelectual além das fronteiras do Haiti é um reflexo do desejo do povo haitiano por um futuro melhor. É uma demonstração de determinação e aspiração, impulsionada pelo desejo de adquirir as habilidades

beaucoup plus pour leur vie face à la menace de l'insécurité persistante. Dans de telles conditions, point n'est besoin de souligner que les questions politiques, comme les élections par exemple, passent absolument au second plan.

e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios do século XXI e contribuir para o desenvolvimento e progresso de sua nação. Para muitos haitianos, a migração não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também uma busca por dignidade e esperança. A perspectiva de uma vida melhor para si e para suas famílias, longe das dificuldades e restrições de seu país de origem, serve como um farol de esperança em meio à escuridão da adversidade.

No entanto, a decisão de migrar não é tomada de ânimo leve. Significa deixar para trás tudo o que é familiar e enfrentar o desconhecido com coragem e determinação. É uma jornada repleta de desafios e incertezas, mas também de oportunidades e possibilidades de crescimento pessoal e profissional. A decisão de "*pati*" é um testemunho da resiliência e da determinação do povo haitiano em busca de uma vida melhor. É uma busca por liberdade, oportunidade e esperança, uma jornada que transcende fronteiras e conecta corações em uma busca coletiva por um futuro mais promissor.

É importante ressaltar que a migração haitiana não é um fenômeno recente. Ao longo da história, os haitianos têm buscado oportunidades além das fronteiras do país, migrando para diversos destinos, incluindo o Brasil, os Estados Unidos da América, o Canadá e outros países da região do Caribe. Essa diáspora haitiana tem contribuído para a diversidade cultural e econômica dos lugares para onde os haitianos migram. No entanto, o processo de "*pati*" não é isento de desafios e dificuldades. Os migrantes haitianos enfrentam uma série de obstáculos ao longo de sua jornada, incluindo perigos físicos durante a travessia, como terrenos inóspitos e condições climáticas adversas.

Além disso, encontram barreiras linguísticas e culturais nos países de destino, dificultando a integração e a comunicação. Questões legais relacionadas à imigração e ao status de residência representam mais um desafio, muitas vezes resultando em incerteza e medo de deportação.

A chegada dos migrantes haitianos à fronteira entre o México e os Estados Unidos tem sido marcada por inúmeros desafios, especialmente nos primeiros anos desse fluxo. Ao tentarem ingressar no território norte-americano, muitos haitianos foram imediatamente detidos pelas autoridades de imigração, enfrentando o confinamento em centros de detenção antes de serem liberados provisoriamente ou deportados⁵ ao Haiti. A detenção, nesse contexto, constituiu-se como uma etapa quase inevitável do processo migratório, frequentemente acompanhada de sofrimento, incerteza e insegurança jurídica. Essa prática resultou, em

⁵Milhares de haitianos que buscam asilo nos EUA estão sendo expulsos de volta ao Haiti, onde grupos armados tomaram conta de grandes áreas da capital. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/migrantes-haitianos-que-fogem-de-conflitos-sao-rejeitados-pelos-eua/>. Acesso Fevereiro, 2024.

diversos casos, na separação forçada de famílias, uma vez que cônjuges eram deportados individualmente, sem garantia de permanecerem juntos. Tal realidade agravou ainda mais a vulnerabilidade dos migrantes, sobretudo diante da ausência de mecanismos eficazes de proteção familiar no âmbito da política migratória vigente.

Com o passar do tempo, o governo dos Estados Unidos implementou ajustes em sua abordagem frente à crescente demanda migratória, buscando alternativas que promovessem maior controle. Nesse sentido, foi anunciado um novo procedimento⁶ voltado a nacionais de Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela, bem como seus familiares imediatos, permitindo a solicitação de entrada no país por meio de vias seguras e ordenadas.

Sob a gestão do presidente Joe Biden, o novo programa prevê a emissão de autorizações de viagem para até 30.000 indivíduos por mês, através de mecanismos de permissão de permanência temporária (*parole*). Essa iniciativa visa não apenas organizar o fluxo migratório, mas também oferecer alternativas à imigração, reduzindo os riscos associados às travessias clandestinas, como a exploração por redes de tráfico humano e a exposição a condições extremas durante o percurso. Ao priorizar a legalidade e a segurança nas rotas migratórias, o governo norte-americano busca equilibrar o controle de fronteiras com uma abordagem mais humanitária, contribuindo para a proteção e dignidade dos migrantes em situação de vulnerabilidade.

A nova diretriz adotada pelos Estados Unidos estabelece um conjunto de exigências específicas aos interessados em ingressar no país por meio do procedimento regularizado. Entre essas exigências, destacam-se a apresentação de documentação válida, a comprovação de vínculo com patrocinadores residentes no território norte-americano e a submissão à análise de antecedentes. Apenas após o cumprimento dessas etapas é possível obter a autorização de viagem, condição indispensável para a entrada legal. Essa estrutura reforça a tentativa de ordenar o fluxo migratório, promovendo um processo mais seguro e previsível, tanto do ponto de vista administrativo quanto humanitário.

Além de representar uma reorientação na abordagem à migração de países historicamente marcados por instabilidade, como o Haiti, essa política insere-se em uma lógica de gestão migratória voltada à redução de riscos associados à travessia irregular. A institucionalização de um processo formal oferece uma alternativa concreta à rota clandestina,

⁶ Novo processo de entrada nos Estados Unidos para cidadãos de Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/chnv/#:~:text=Para%20haitianos%2C%20nicaraguenses%20e%20cubanos,como%20refugiado%20em%20outro%20pa%C3%ADs.,> Acesso, Março de 2024.

frequentemente marcada por violências, extorsões e situações de extrema vulnerabilidade. O planejamento mais criterioso da entrada também contribui para a racionalização dos esforços estatais na recepção e integração de novos migrantes, favorecendo uma resposta mais eficaz por parte das autoridades.

Para muitos haitianos, cujas experiências anteriores com os sistemas de imigração foram permeadas por insegurança jurídica e rupturas familiares, essa mudança representa um avanço. A criação de mecanismos que permitem a entrada ordenada e a possibilidade de permanência temporária reacende expectativas quanto à reunificação familiar e à reconstrução de projetos de vida em solo estrangeiro. No entanto, esse cenário de relativa abertura foi alterado com a intensificação do discurso de segurança e a retomada de políticas migratórias mais restritivas, especialmente com o retorno do ex-presidente Donald Trump ao centro do debate político. A retórica voltada ao aumento da vigilância nas fronteiras e à ampliação das deportações em massa reacendeu o temor entre comunidades migrantes, colocando em xeque os avanços recentes e sinalizando novos desafios para os que buscam refúgio nos Estados Unidos.

1.1 *Chache Lavi*

Chache lavi, que em crioulo haitiano significa "buscar a vida", é uma expressão profundamente carregada de significado e emoção, encapsulando a experiência de inúmeros haitianos que, confrontados com a realidade de um país devastado por crises econômicas, políticas e ambientais, optam por migrar em busca de uma vida melhor. Esta busca, no entanto, não é simplesmente uma tentativa de melhorar as condições de vida; muitas vezes, é uma questão de sobrevivência, uma necessidade premente de escapar de uma situação de desespero e insegurança.

O conceito de *chache lavi*, que em crioulo haitiano significa "buscar a vida", exemplifica a complexidade da migração haitiana, onde não há uma destinação claramente definida ou uma escolha deliberada sobre o local de residência. Em vez disso, os migrantes haitianos se deslocam para onde surgem oportunidades, muitas vezes sem qualquer perspectiva clara, mas impulsionados pela necessidade urgente de encontrar melhores condições de vida. A migração haitiana contemporânea deve ser compreendida não como um movimento voluntário, mas como uma resposta forçada às condições econômicas, políticas e sociais adversas que marcam a realidade do Haiti. Diante da ausência de perspectivas concretas de uma vida digna em seu país de origem, muitos haitianos se veem compelidos a deixar o território nacional em busca de segurança, estabilidade e acesso a direitos fundamentais. Esse deslocamento não

raramente envolve a residência temporária em diversos países ao longo de poucos anos, como parte de uma trajetória marcada por constantes recomeços.

A mobilidade internacional torna-se, assim, um recurso diante da precariedade das condições vividas, configurando um percurso migratório caracterizado por múltiplas etapas e permanências provisórias. Um exemplo representativo dessa dinâmica é trajetória de Belamy, entrevistado durante esta pesquisa, ilustra de maneira contundente a amplitude e a complexidade dos deslocamentos empreendidos por muitos haitianos. Ao longo de seis anos, Belamy atravessou sete países em busca de estabilidade, segurança e perspectivas concretas de futuro, uma jornada marcada não apenas pela distância geográfica, mas também pelos desafios sociais, legais e afetivos que o acompanharam. Mesmo desconsiderando os territórios pelos quais transitou sem permanência, seu caminho revela o caráter fragmentado e prolongado dessas migrações, nas quais o destino final é, muitas vezes, incerto ou redefinido ao longo do percurso.

Esse relato pessoal, embora singular, ressoa com inúmeras outras experiências semelhantes e oferece um olhar sensível sobre as estratégias de sobrevivência, resiliência e reinvenção adotadas por indivíduos que, diante da ausência de condições dignas em seu país de origem, veem-se obrigados a refazer suas vidas através de sucessivas travessias. Trata-se de um processo no qual o deslocamento não é meramente geográfico, mas atravessa também os campos simbólicos, jurídicos e emocionais da existência migrante.

A experiência de Belamy ilustra a natureza fragmentada e instável da migração forçada, onde a busca por melhores condições de vida leva os indivíduos a se deslocarem repetidamente através de diversas fronteiras, enfrentando desafios e adversidades em cada etapa de sua jornada. Esse padrão de deslocamento contínuo não é apenas um reflexo das dificuldades enfrentadas nos países de origem ou de trânsito, mas também uma demonstração das lacunas nas respostas institucionais e nas políticas de imigração, que muitas vezes falham em fornecer uma solução sustentável e digna para os migrantes.

A experiência de Belamy, portanto, evidencia a urgência e a complexidade da migração haitiana, destacando a necessidade de uma abordagem mais integrada e compreensiva para enfrentar as questões de migração forçada e garantir que os direitos e a dignidade dos indivíduos sejam respeitados ao longo de sua jornada.

Neste contexto, a migração haitiana se alinha ao conceito de "migração de sobrevivência" desenvolvido pelo acadêmico e pesquisador especializado em migração forçada e políticas de refugiados, Alexander Betts. Em seu trabalho, Betts define a migração de sobrevivência como um fenômeno em que indivíduos são compelidos a migrar não apenas

devido a perseguições diretas, mas também como resultado do colapso das estruturas de governança e das crises humanitárias que comprometem suas condições básicas de existência. Segundo (Betts, 2013) a migração de sobrevivência emerge em situações onde as falhas institucionais e a incapacidade dos Estados de proteger seus cidadãos e garantir suas necessidades fundamentais forçam as pessoas a buscar alternativas fora de seus países de origem.

A migração haitiana exemplifica essa dinâmica, pois muitos haitianos são forçados a deixar seu país não por escolha própria, mas em busca de condições mínimas de segurança e dignidade. O conceito de migração de sobrevivência é essencial para entender a trajetória dos haitianos, cujas experiências são marcadas por deslocamentos forçados sucessivos. Após enfrentarem condições socioeconômicas extremas no Haiti, que inviabilizam a satisfação de suas necessidades básicas e a concretização do desejo de permanecer em suas terras de origem e sustentar suas famílias, muitos decidem migrar, para muitos essa é a única saída para ter uma vida melhor e garantir o futuro do seus filhos e familiares.

Inicialmente, o Brasil surge como uma opção viável, oferecendo oportunidades de trabalho e estabilidade após o terremoto de 2010. O país, conhecido por sua política de acolhimento humanitário, oferecia oportunidades de trabalho, especialmente nos setores de construção civil, que se expandiu graças a grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Além disso, a estabilidade política e a concessão de vistos humanitários contribuíram para atrair milhares de migrantes haitianos, que enxergavam no Brasil a chance de recomeçar. No entanto, essa esperança inicial foi rapidamente substituída por uma realidade bem mais complexa. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2015 e 2016, marcada por altas taxas de desemprego e retração econômica, afetou profundamente as comunidades migrantes, incluindo os haitianos. Muitos deles enfrentam dificuldades para acessar empregos formais, lidar com o alto custo de vida e se adaptar às condições sociais e culturais locais.

Diante da incapacidade de garantir condições mínimas de sobrevivência no Brasil e do compromisso de enviar remessas regulares às suas famílias no Haiti, a migração secundária passou a ser uma alternativa para muitos haitianos. Nesse contexto, os Estados Unidos emergiram como um destino desejado, simbolizando a promessa de melhores oportunidades econômicas e maior estabilidade. A conexão entre membros da comunidade haitiana foi crucial nesse processo. Redes informais de apoio, formadas por amigos e familiares, desempenharam um papel essencial na disseminação de informações sobre rotas e estratégias para a jornada. Expressões como *"yonn di lòt gen yon wout pou rive UEA"* (um fala para outro que há um

caminho para chegar aos EUA) tornaram-se comuns, ilustrando como a transmissão de conhecimento dentro da comunidade motivava e organizava novos movimentos migratórios.

A jornada, no entanto, não era isenta de riscos. Para muitos, a busca pelos Estados Unidos envolvia atravessar territórios inóspitos, como o Tapón del Darién, além de lidar com as redes de tráfico humano e os desafios burocráticos enfrentados ao longo das fronteiras. Ainda assim, a determinação de alcançar um destino onde acreditavam ser possível concretizar suas aspirações, tanto para si quanto para suas famílias, manteve vivo o espírito de resiliência e solidariedade entre os migrantes haitianos.

Agora, os Estados Unidos passam a ser o destino almejado, visto como um local mais promissor, onde acreditam que poderão encontrar condições econômicas mais favoráveis para a realização de suas aspirações. Essa jornada incessante em busca de dignidade reflete claramente a teoria de Betts, que destaca como a migração não é simplesmente uma escolha, mas uma estratégia de sobrevivência diante de adversidades intransponíveis em seus contextos originais. Assim, através da lente da migração de sobrevivência, a trajetória dos haitianos torna-se um exemplo da interconexão entre falhas institucionais, crises humanitárias e a necessidade urgente de encontrar um ambiente onde seus direitos básicos e dos familiares possam ser assegurados.

O conceito de *Chache lavi* precisa ser entendido dentro do sistema global de migração, que, em muitos casos, reforça a desigualdade e a marginalização. Os países de destino frequentemente veem os migrantes como mão de obra descartável, sem fornecer os direitos fundamentais que deveriam garantir a dignidade humana. Políticas migratórias, muitas vezes restritivas, tornam essa realidade ainda mais complicada, com portas fechadas e processos burocráticos exaustivos, dificultando o acesso dos migrantes a uma vida melhor. Além disso, a jornada migratória gera impactos psicológicos e emocionais profundos.

A separação familiar, a constante incerteza, os traumas de experiências violentas e a perda de um sentido de pertencimento afetam profundamente os migrantes. O que começa como uma busca por uma vida digna, frequentemente se transforma em uma luta contínua pela sobrevivência, onde o sonho de um futuro seguro e digno pode ser esmagado pela dura realidade das políticas migratórias e da exclusão social.

Ainda assim, *CHACHE LAVI* continua a ser uma força motriz para muitos haitianos. Essa expressão, que ao mesmo tempo carrega esperança e dor, reflete uma determinação inabalável de encontrar um lugar onde possam reconstruir suas vidas e oferecer um futuro melhor para suas famílias. É também um grito de resistência contra um sistema que muitas vezes os vê apenas como estatísticas ou problemas a serem resolvidos, sem considerar as

complexidades de suas histórias e as contribuições que poderiam trazer para as sociedades que os acolhem. A comunidade internacional, incluindo organizações de direitos humanos e grupos de apoio a migrantes, desempenha um papel crucial em garantir que os direitos dos migrantes sejam respeitados. No entanto, as ações desses grupos são muitas vezes limitadas pela falta de recursos e pela resistência dos governos locais. Chache lavi é, assim, uma luta por direitos humanos básicos, por reconhecimento e por uma vida digna, longe das condições que forçaram a migração em primeiro lugar.

O processo de migração de muitos haitianos, especialmente aqueles que tentam atravessar a perigosa e implacável selva do Darién, nem sempre termina em um final feliz. Um exemplo emblemático desse trágico percurso é a história de Job JP, um haitiano de 34 anos entrevistado nesta pesquisa, que oferece um testemunho comovente dos perigos enfrentados nesse percurso. Em seu relato, Job narra a perda de seu primo, que, motivado pelo desejo de oferecer melhores condições de vida à sua família, decidiu encarar a travessia do Darién. Infelizmente, ele nunca conseguiu concluir o trajeto. Seu desaparecimento, atribuído às adversidades da floresta, representa o drama vivido por muitos outros migrantes que veem seus sonhos interrompidos de forma abrupta e dolorosa.

A selva do Darién, marcada por um ecossistema inóspito e pouco acessível, impõe obstáculos severos aos que a cruzam. Trilhas fechadas, rios caudalosos, presença de grupos armados e ausência de infraestrutura tornam o deslocamento extremamente perigoso. Para além dos desafios naturais, há também a atuação de redes criminosas que lucram com a vulnerabilidade dos migrantes, intensificando a insegurança da travessia. Embora a esperança de alcançar um futuro melhor mova essas pessoas, a realidade do caminho é frequentemente marcada pela violência, pelo abandono e, em muitos casos, pela morte. Ao evidenciar essas experiências, a pesquisa busca não apenas documentar os fatos, mas também compreender os impactos humanos das rotas migratórias forçadas, expondo a urgência de políticas de proteção e canais seguros de mobilidade internacional.

A travessia do Darién também envolve um risco constante de afogamento nas águas turbulentas que cruzam a região. Vários migrantes perderam suas vidas ao tentar atravessar rios e córregos em condições precárias, sem equipamentos adequados ou mesmo o conhecimento necessário sobre as águas traiçoeiras⁷. Infelizmente, a história de Job não é uma exceção, mas sim um reflexo de uma dura realidade enfrentada por milhares de migrantes em busca de uma

⁷Até o momento, este ano, 41 corpos de migrantes foram encontrados nas margens dos rios, ao longo do trajeto para cruzar a fronteira entre o Panamá e a Colômbia. disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/dez-corpos-de-poss.> acesso março de 2024.

vida melhor. Os corpos de muitos desses migrantes, que não sobreviveram à travessia, foram encontrados por equipes de resgate e identificados pelo Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses do Panamá⁸. Essas descobertas, embora trágicas, são um lembrete sombrio do preço humano que muitos pagam na busca por um futuro mais promissor. A dor das famílias que perdem seus entes queridos nesse processo é imensurável, e a situação só reforça a urgência de uma abordagem mais eficaz e humanitária para lidar com o fluxo migratório que atravessa a região.

Quando ocorrem essas fatalidades, os haitianos frequentemente recorrem à expressão "*Chache lavi detwi lavi*", que, traduzida para o português, significa "Buscar a vida destrói a vida". Essa frase reflete a amarga realidade enfrentada por muitos migrantes que, na tentativa de melhorar suas condições de vida, acabam se expondo a perigos extremos que, por vezes, resultam em tragédias irreversíveis. A busca por um futuro melhor, que motiva milhares de haitianos a se lançarem em uma jornada de migrantes através de territórios hostis e desconhecidos, é marcada por um sacrifício profundo. Para muitos, a travessia do Darién, por exemplo, é uma experiência fatal, onde as esperanças de alcançar uma vida digna se transformam em um caminho de sofrimento e, frequentemente, de morte. A expressão "*Chache lavi detwi lavi*"⁹ simboliza essa tragédia, onde a luta pela sobrevivência, ao invés de abrir portas para um futuro promissor, acaba destruindo o que se buscava: a vida.

Apesar de todas as dificuldades, muitos haitianos continuam a buscar melhores condições de vida em meio a desafios intensos. O documentário *Chache Lavi* (2019), dirigido por Sam Ellison, ilustra essa realidade ao acompanhar a trajetória de dois amigos haitianos em busca de novas oportunidades. Separados durante o percurso, o filme destaca a complexidade emocional da migração forçada e as barreiras enfrentadas nos países de destino. A narrativa revela o impacto da exclusão social, da precariedade e da burocracia que marcam essas jornadas. Por meio de histórias pessoais, o documentário humaniza as estatísticas e traz reflexões sobre pertencimento e sobrevivência. *Chèche Lavi* é um retrato sensível das consequências do deslocamento involuntário.

O documentário retrata a história de dois jovens haitianos, Robens e James, que se encontram em busca de melhores condições de vida enquanto atravessam uma jornada

⁸ Mais de 50 migrantes morreram este ano ao cruzar selva panamenha rumo aos EUA. disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/10/06/interna_internacional,1311943/mais-de-50-migrantes-morreram-este-ano-ao-cruzar-selva-panamenha-rumo-aos-e.shtml. Acesso Julho de 2024.

⁹ MONTINARD, M. *pran wout la: dinâmicas da mobilidade e das redes haitianas*. rio de janeiro, 2019.

migratória. O título do filme, que significa "procurar ou buscar a vida" em crioulo haitiano, encapsula o tema central: a busca por oportunidades, dignidade e sobrevivência em meio aos desafios de uma migração forçada.

Robens e James começam sua jornada juntos, viajando do Haiti para o Brasil e, posteriormente, para a fronteira entre o México e os Estados Unidos. O documentário explora a solidariedade e a amizade entre os dois, enquanto enfrentam as dificuldades de se estabelecer em territórios desconhecidos, enfrentando discriminação, pobreza e incertezas. Entretanto, em um ponto da narrativa, eles se separam, refletindo o isolamento e a fragmentação frequentemente vivenciados por migrantes em suas trajetórias. A obra apresenta uma abordagem intimista, destacando não apenas os desafios econômicos e burocráticos da migração, mas também o impacto emocional e psicológico dessas experiências.

Ao longo do filme, são abordadas questões como a exploração de migrantes, as limitações impostas por políticas de imigração restritivas e a tensão entre o sonho de uma vida melhor e a realidade dura enfrentada pelos que buscam "*cheche lavi*". Cheche Lavi não se limita a ser apenas uma narrativa sobre migração; ele também revela as complexidades da identidade, pertencimento e esperança em um mundo marcado por desigualdades globais. Ao focar em histórias individuais, o documentário humaniza as estatísticas e cria uma conexão emocional com o público, ressaltando a resiliência e a determinação de migrantes que enfrentam adversidades em busca de um futuro mais promissor.

O filme é uma contribuição significativa para as discussões sobre migração e direitos humanos, oferecendo uma perspectiva empática e realista das experiências de haitianos que tentam reconstruir suas vidas em novos contextos.

1.2 A Diáspora Haitiana

A diáspora haitiana¹⁰ é um fenômeno global que se estende por várias gerações e continentes, moldando não apenas a paisagem cultural do Haiti, mas também influenciando significativamente as comunidades haitianas ao redor do mundo. Este movimento migratório tem suas raízes em uma história tumultuada e complexa de colonialismo, escravidão, ditadura, revolução e instabilidade política, que levou haitianos a buscar oportunidades além das fronteiras de sua terra natal.

¹⁰ O termo diáspora é utilizado para designar os compatriotas residentes no exterior, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior: diáspora ki jan ou ye? (diáspora, como você vai?) JOSEPH, A. P 53.

A história da diáspora haitiana remonta aos dias da colonização europeia no Caribe. Durante os séculos XVII e XVIII, o Haiti era uma colônia francesa próspera, conhecida como *Saint-Domingue*, que dependia fortemente da mão de obra dos escravizados para sustentar sua economia baseada no açúcar¹¹ e no café¹². No entanto, a brutalidade da escravidão e as condições desumanas levaram a uma série de revoltas e rebeliões lideradas por pessoas escravizadas, culminando na Revolução Haitiana, que resultou na independência do Haiti em 1804, tornando-o o primeiro país independente da América Latina e do Caribe¹³.

A independência do Haiti desencadeou uma série de repercussões significativas, incluindo o isolamento internacional imposto pelas potências coloniais¹⁴, bem como o medo e a hostilidade por parte de outras nações do hemisfério ocidental, especialmente os Estados Unidos e a França. Esses fatores contribuíram para uma série de desafios econômicos, políticos e sociais que moldaram o destino do país e influenciaram a migração em massa de haitianos para outras partes do mundo.

A diáspora haitiana foi impulsionada por uma variedade de instabilidade política, econômica e social no Haiti, bem como oportunidades percebidas ou reais em outros países. A falta de estabilidade política no Haiti, marcada por golpes de Estado, regimes autoritários e crises políticas recorrentes, gerou um clima de incerteza e desconfiança, levando muitos haitianos a buscar refúgio em nações estrangeiras. A diáspora haitiana é um fenômeno que transcende fronteiras geográficas e temporais, representando uma narrativa complexa e multifacetada enraizada na história, na cultura e nas experiências compartilhadas do povo haitiano. Originada de um passado marcado pela exploração colonial, resistência e luta pela independência.

A história da diáspora haitiana remonta aos tempos da escravidão, quando milhares de africanos foram trazidos à força para a colônia francesa de Saint-Domingue para trabalhar nas plantações de açúcar e café. Essa exploração brutal deixou um legado de opressão e injustiça que reverbera até os dias de hoje, moldando as dinâmicas sociais e econômicas do Haiti e

¹¹ Selon Monacé. J, Rodrigues W, Marques de Oliveira. N. En 1743, la production de Saint-Domingue surpasse celle de toutes les Antilles et vers 1776, ce petit territoire fournissait presque la moitié de la production mondiale de sucre.

¹² Selon Perchellet. En 1859, Haïti est le 4e pays exportateur de café.

¹³ A independência da antiga colônia de São Domingos em 1º de janeiro de 1804, proclamada por Jean-Jacques Dessalines em tom de repúdio às brutalidades dos franceses e à escravidão, marcou o nascimento da primeira Nação independente da América Latina. p 20.

¹⁴ Crise no Haiti tem raízes na relação neocolonial com potências globais. disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2024/04/13/crise-no-haiti-tem-raizes-na-relacao-neocolonial-com-potencias-globais.htm?cmpid=copiaecola>., acesso julho de 2024.

influenciando os padrões de migração em todo o mundo. Após a Revolução Haitiana de 1804, que resultou na independência do país como a primeira nação negra livre, muitos haitianos buscam refúgio em outras terras, fugindo da instabilidade econômica que se seguiu à revolução. Essa diáspora inicial estabeleceu as bases para comunidades haitianas em países como Cuba, República Dominicana, Estados Unidos, Canadá e França, entre outros. Essa saída foi provocada pela destruição da produção alimentar durante a guerra da independência e as disposições pós-guerra. A guerra devastou as plantações e a infraestrutura agrícola, enquanto as políticas de realocação da população para o interior dificultaram a recuperação agrícola.

Após a independência do Haiti, o governo liderado por Jean-Jacques Dessalines enfrentou desafios monumentais que moldaram o futuro da jovem nação. Dessalines priorizou a militarização como estratégia de defesa, temendo uma possível tentativa de invasão pela França. Nesse contexto, grandes fortalezas foram erguidas ao longo do litoral, concebidas para repelir qualquer ataque estrangeiro. Além disso, parte significativa da população foi deslocada para o interior, numa medida que visava protegê-la de eventuais incursões marítimas. Embora essa abordagem tenha sido fundamental para garantir a segurança nacional, ela trouxe custos significativos.

Os investimentos maciços em infraestrutura militar e o deslocamento populacional consumiram recursos financeiros e humanos essenciais, que poderiam ter sido destinados a outras áreas críticas, como agricultura, comércio e infraestrutura civil. Paralelamente, a imposição de indenizações forçadas à França é uma exigência para que o Haiti fosse reconhecido como um Estado soberano que acentuou a pressão econômica. Esses fatores não apenas drenaram os já escassos recursos do país, mas também dificultaram a recuperação econômica e intensificaram a crise alimentar, perpetuando a instabilidade social e econômica que marcaria a trajetória do Haiti ao longo do século XIX.

Além dos desafios internos e dos investimentos maciços em defesa, o jovem país enfrentou também a pressão externa para o reconhecimento de sua independência. Em 1825, o rei francês Carlos X enviou uma frota ao Haiti, equipada com centenas de canhões, para exigir uma compensação financeira pelos prejuízos causados pela Revolução Haitiana. Esta demonstração de força pressionou o governo haitiano a assinar um tratado no qual se comprometeu a pagar 150 milhões de francos-ouro¹⁵ à França, uma quantia colossal que sobrecarregou a economia do país. Sob a ameaça de uma nova guerra, o governo haitiano foi forçado a aceitar essa indenização, que exerceu uma pressão econômica imensa sobre a jovem

¹⁵Referem-se a uma moeda de ouro que era utilizada na França e em outros países europeus durante o século XIX e início do século XX.

nação. Esta dívida colossal foi uma carga financeira imensa para o Haiti, que continuou a pagar essas indenizações até 1947, quando o Tesouro haitiano finalmente faliu. A imposição dessa dívida teve consequências devastadoras para a economia haitiana.

O país, já fragilizado pela guerra de independência e pela necessidade contínua de se defender contra potenciais invasores, viu seus recursos drenados por décadas. Esse peso financeiro impediu investimentos significativos em infraestrutura, educação, saúde e outras áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável. A dívida com a França não apenas limita as oportunidades econômicas do Haiti, mas também perpetuou um ciclo de pobreza e subdesenvolvimento que ainda hoje afeta o país.

Muitos historiadores apontam essa indenização forçada como um dos principais fatores que contribuíram para a pobreza persistente no Haiti. A dívida imposta pela França é vista como uma forma de punição contínua pela audácia dos haitianos em se libertar do jugo colonial. Esse tributo financeiro subjugou economicamente o Haiti por mais de um século, criando barreiras insuperáveis para seu desenvolvimento e estabilidade econômica.

Além disso, a pressão econômica e a necessidade de manter uma defesa robusta contra possíveis invasões drenaram recursos vitais que poderiam ter sido usados para reconstruir e fortalecer a nação recém-independente. Ao longo dos séculos XIX e XX, a diáspora haitiana continuou a se expandir, impulsionada por fatores como o declínio econômico, conflitos políticos internos e desastres naturais. Muitos haitianos migraram para outros países em busca de oportunidades de trabalho, educação e uma vida melhor para si e suas famílias.

A migração tornou-se uma estratégia de sobrevivência para muitos, que encontraram novos lares principalmente nas Américas e no Caribe. Essas comunidades de imigrantes não apenas buscavam melhores condições de vida, mas também enviaram remessas financeiras de volta ao Haiti, desempenhando um papel crucial na economia nacional. No entanto, a perda contínua de mão-de-obra qualificada e o êxodo de talentos contribuíram para o ciclo de subdesenvolvimento, dificultando ainda mais os esforços do Haiti para se recuperar e prosperar.

A diáspora, embora vital para a sobrevivência econômica, também refletiu a persistente instabilidade e os desafios estruturais que o país enfrentou desde sua independência. Essa busca por melhores condições de vida levou à formação de comunidades haitianas vibrantes e diversificadas em todo o mundo, enriquecendo a tapeçaria cultural global com sua música, arte, culinária e tradições. No entanto, a diáspora haitiana também enfrentou uma série de desafios e adversidades em sua jornada. A discriminação, o racismo e a xenofobia são realidades persistentes para muitos haitianos que vivem no exterior, limitando suas oportunidades de integração e sucesso em suas novas terras.

Além disso, questões como falta de reconhecimento legal, barreiras linguísticas e dificuldades econômicas têm apresentado obstáculos significativos para a comunidade haitiana em sua busca por uma vida digna e próspera no exterior. A diáspora haitiana representa um fenômeno marcante, caracterizado pela dispersão geográfica da população além das fronteiras do Haiti. Apesar dos desafios enfrentados, como a adaptação a novas culturas e a superação de barreiras linguísticas, essa comunidade mantém uma essência resiliente e solidária que é fundamental para seu sucesso e integração nos países de acolhimento.

Através da união e cooperação, as comunidades haitianas em todo o mundo formam redes de apoio robustas, que se tornam essenciais em momentos de necessidade. Essas redes ajudam a manter a cultura haitiana viva e oferecem suporte vital para os novos imigrantes que chegam em busca de uma vida melhor. Além de contribuir economicamente para seus países de acolhimento, os haitianos da diáspora também enviam remessas significativas para o Haiti, desempenhando um papel crucial na economia do país. Essa dinâmica de ida e volta de recursos e cultura ilustra a interdependência entre a diáspora e a pátria, destacando a importância dessas comunidades no cenário global.

Na história recente, o terremoto de 2010 foi um ponto de virada crucial que desencadeou a migração haitiana em massa da diáspora para os Países da América Latina, principalmente para o Brasil. Este país emergiu como um novo horizonte de oportunidades, oferecendo uma nova perspectiva para aqueles que buscavam reconstruir suas vidas após a devastação. No entanto, esse movimento também apresentou desafios únicos, incluindo a necessidade de adaptação a uma nova realidade sociocultural e econômica.

Apesar das distâncias geográficas, a diáspora haitiana mantém fortes laços com sua terra natal, demonstrando um compromisso contínuo com o desenvolvimento e o bem-estar do Haiti. O envio de remessas financeiras é uma prática comum entre os membros da diáspora, representando uma importante fonte de sustento para suas famílias e contribuindo significativamente para a economia haitiana. Enquanto buscam uma vida melhor para si e seus familiares, também almejam contribuir para o desenvolvimento e o progresso de suas comunidades.

É importante ressaltar que, para muitos haitianos no exterior, a busca por uma vida melhor não se limita apenas a si mesmos e a suas famílias próximas. Eles também têm em mente seus parentes distantes, amigos e membros mais amplos da comunidade, que podem enfrentar dificuldades econômicas e precisar de apoio.

1.2 A Nova Vida no Brasil: Instabilidade Aqui e Lá Para Além Da Legalização

A imigração haitiana para o Brasil é um fenômeno que envolve uma série de desafios que vão além da simples mudança de localização geográfica. Este movimento migratório reflete a profunda resiliência e adaptabilidade dos migrantes haitianos em busca de melhores condições de vida. A adaptação cultural é um dos principais desafios enfrentados pelos haitianos. Aprender o português, um idioma diferente do crioulo haitiano e do francês, é uma barreira inicial considerável. A necessidade de dominar rapidamente a nova língua é fundamental para que os migrantes possam se comunicar e integrar-se efetivamente na sociedade brasileira (Fonseca, 2020). Além disso, os migrantes precisam conciliar a preservação de suas tradições culturais com a adaptação aos novos costumes e normas sociais do Brasil, o que exige um esforço consciente e contínuo.

A regularização da situação legal dos migrantes é crucial para sua integração no país. Nos anos mais recentes, o processo de legalização tornou-se mais acessível para os haitianos, mas inicialmente foi repleto de desafios. Os primeiros haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto enfrentam dificuldades devido à falta de informações claras e à compreensão limitada do sistema jurídico brasileiro (Santos, 2016).

O Brasil teve que adaptar seu sistema e suas políticas migratórias para lidar com o influxo repentino de migrantes, resultando na implementação do Estatuto do Migrante¹⁶, que proporcionou uma base legal mais sólida e inclusiva (Silva, 2017). Os haitianos desempenharam um papel significativo na promulgação e na evolução do Estatuto do Migrante no Brasil. Este estatuto, instituído pela Lei nº 13.445 de 2017, visa regular a entrada e permanência de estrangeiros no país, assegurando seus direitos e estabelecendo deveres para os migrantes. A chegada dos haitianos, especialmente após o terremoto de 2010 que causou uma grande migração para o Brasil, ajudou a destacar a necessidade de uma legislação mais clara e inclusiva para os migrantes.

Além das barreiras culturais e legais, os haitianos enfrentam desafios práticos significativos. Muitos migrantes chegam sem uma rede de apoio estabelecida, o que torna a busca por moradia, emprego e serviços básicos ainda mais complicada (Rocha, 2018). A chegada rápida e em grande número de haitianos exigiu uma resposta urgente e coordenada do governo brasileiro, que incluiu a criação de políticas de acolhimento e programas de integração (Fonseca, 2020). A sociedade civil brasileira desempenhou um papel fundamental na acolhida e integração dos migrantes haitianos. Organizações não governamentais, as Universidades, o

¹⁶O Estatuto do Migrante é uma legislação brasileira crucial que regula os direitos e deveres dos migrantes no país.

Programa Política Migratória e a Universidade Brasileira (PMUB)¹⁷, grupos comunitários e diversas iniciativas locais têm oferecido suporte essencial aos migrantes haitianos. Esse apoio abrange aulas de português, assistência jurídica e programas de integração social, proporcionando as ferramentas necessárias para que os haitianos superem os desafios iniciais de adaptação. Essas iniciativas têm sido fundamentais para que os migrantes construam uma vida digna no Brasil, permitindo-lhes se integrar na sociedade brasileira e contribuírem com suas comunidades (Santos, 2016). A colaboração entre diferentes setores têm mostrado a importância de um esforço coordenado para acolher e integrar os migrantes de maneira eficaz e humanitária.

Apesar dos obstáculos, os haitianos têm demonstrado uma resiliência impressionante e uma capacidade notável de adaptação. Muitos conseguiram se integrar com sucesso ao mercado de trabalho brasileiro, contribuindo significativamente para diversos setores, como a construção civil, serviços e comércio (Fonseca, 2020). A diversidade cultural trazida pelos haitianos enriquece a sociedade brasileira, promovendo uma maior compreensão e valorização da multiculturalidade (Rocha, 2018).

No entanto, a legalização não marca apenas o fim de um processo, mas também o início de uma nova série de desafios. A busca por oportunidades no mercado de trabalho é essencial para a integração socioeconômica dos migrantes haitianos. No entanto, eles se deparam com diversos obstáculos, desde a discriminação até as condições precárias de trabalho e trabalho análogo à escravidão¹⁸. A discriminação racial e cultural muitas vezes limita suas oportunidades de emprego e acesso a serviços básicos, refletindo desigualdades estruturais persistentes (Fonseca, 2020). Além disso, muitos migrantes haitianos são vulneráveis a empregadores que os exploram, submetendo-os a condições de trabalho degradantes e salários abaixo do mínimo legal, uma realidade que destaca a fragilidade de sua situação no mercado de trabalho brasileiro (Rocha, 2018). Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas mais robustas e de uma maior conscientização social para proteger os direitos e garantir a dignidade dos migrantes haitianos no Brasil.

A legalização de documentos dos haitianos no Brasil, especialmente nos últimos anos, tornou-se um processo relativamente simples, refletindo uma evolução significativa em relação

¹⁷ (PMUB) Nascido de um projeto criado em 2013 para dar aulas de Português a refugiados, o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira. disponível em: <https://ufpr.br/acolhimento-migratorio-da-ufpr-incluir-forca-tarefa-da-onu-e-e-homenageado-em-premiacao-no-rio-de-janeiro/>, acesso junho, 2024.

¹⁸ Em dois flagrantes diferentes, 121 haitianos foram resgatados. Grupo de migrantes vivia em alojamento que, segundo equipe de fiscalização, parecia uma senzala, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>, acesso Junho, 2024.

ao passado. Anteriormente, os haitianos que entravam no país pelas fronteiras sem um visto humanitário¹⁹ recebiam um protocolo, que precisava ser renovado periodicamente enquanto aguardavam a divulgação de uma lista de nomes pelo departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça para solicitar a permanência²⁰. Esse procedimento muitas vezes resultava em longas esperas. Por outro lado, os haitianos que chegavam ao Brasil com um visto humanitário seguiam um procedimento mais direto. Eles se dirigiam à Polícia Federal com os documentos necessários para solicitar a permanência. Naquela época, o documento emitido era o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), que tinha validade vinculada ao visto. Esse documento precisava ser renovado no período de noventa dias²¹ anteriores ao vencimento da Carteira de Registro Nacional Migratório (RNM), nome atual desse documento.

Essa simplificação do processo nos últimos anos reflete a adaptação da legislação migratória brasileira às necessidades específicas dos migrantes, que frequentemente migram ao Brasil em busca de melhores condições de vida após desastres naturais e crises em seu país de origem. A eliminação da necessidade de aguardar listas de nomes para solicitar a permanência e a unificação dos procedimentos para todos os haitianos, independentemente de como entraram no país, facilitou significativamente a integração desses migrantes na sociedade brasileira. Nos últimos anos, as mudanças na legislação migratória simplificaram esse processo para todos os haitianos, independentemente de sua forma de entrada no país. Agora, após sua chegada ao Brasil, os haitianos podem ir diretamente à Polícia Federal para regularizar sua situação e obter rapidamente o Cadastro de Pessoa Física (CPF) na Receita Federal, um documento essencial para acessar serviços e direitos no país. O CPF permite que os migrantes façam documentos como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Registro Nacional Migratório (RNM), o CPF é necessário para abrir contas bancárias, matricular-se em escolas e acessar serviços de saúde. A CTPS garante que os trabalhadores tenham acesso aos direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira, como salário mínimo, férias remuneradas, e previdência social.

¹⁹ O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido aos nacionais haitianos afetados por calamidade de grande proporção, por situação de desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2024/portaria_interministerial_mjsp-mre_n%c2%ba_51_de_27_de_dezembro_de_2024.pdf

²⁰ NOVO GRUPO DE HAITIANOS RECEBE RESIDÊNCIA PERMANENTE NO BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ACNU.RG/PORTUGUES/2012/02/15/NOVO-GRUPO-DE-HAITIANOS-RECEBE-RESIDENCIA-PERMANENTE-NO-BRASIL/](https://www.acnur.org/portugues/2012/02/15/novo-grupo-de-haitianos-recebe-residencia-permanente-no-brasil/), ACESSO AGOSTO DE 2024.

²¹ <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/duvidas-frequentes2/capa#:~:text=O%20imigrante%20poder%C3%A1%20requerer%20a,Carteira%20de%20Registro%20Nacional%20Migrat%C3%B3rio.>

Em resposta ao devastador terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil tomou medidas humanitárias significativas para auxiliar os haitianos que buscavam refúgio. Uma dessas medidas foi a implementação da Resolução Normativa nº 97 de 2012 pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). A Resolução Normativa nº 97 de 2012, emitida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), estabelece em seu artigo 1º:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010²².

Essa resolução foi um marco importante na política migratória brasileira, pois estabeleceu a concessão de vistos humanitários específicos para os cidadãos haitianos. O visto humanitário oferecido por meio desta resolução foi criado para facilitar a entrada e permanência legal de haitianos no Brasil, permitindo-lhes escapar das graves crises humanitárias e econômicas que o Haiti enfrentava. Ao receber esse visto, os haitianos podiam entrar no Brasil e, após sua chegada, buscar regularizar sua situação, tendo acesso a direitos como trabalho formal, saúde e educação. A Resolução Normativa nº 97 demonstrou o compromisso do Brasil com os direitos humanos e sua disposição em responder a emergências internacionais com solidariedade. Ao conceder esses vistos, o Brasil não só ofereceu um refúgio seguro, mas também uma oportunidade de recomeço para milhares de haitianos que perderam suas casas, empregos e entes queridos durante a tragédia de 2010. Essa política se destacou por sua abordagem humanitária e pela simplificação dos processos migratórios, refletindo uma visão inclusiva e acolhedora em relação aos imigrantes.

O processo de legalização dos haitianos no Brasil envolve várias etapas, e uma das mais importantes é a legalização de documentos complementares. Entre esses documentos estão o diploma de ensino médio, diplomas e históricos escolares. Esses documentos são fundamentais

²² Resolução Normativa CNIg nº 97 de 12/01/2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20do,30%20de%20outubro%20de%202017>, acesso Jan 2025.

para a plena integração dos migrantes na sociedade brasileira, pois garantem o acesso a direitos e oportunidades educacionais e profissionais. A apresentação desses documentos é essencial para que os migrantes possam validar as suas qualificações. Isso lhes permite acessar serviços básicos, matricular-se em instituições de ensino. Por exemplo, para aqueles que desejam continuar seus estudos ou ingressar em uma universidade no Brasil, a equivalência do diploma de ensino médio é uma etapa crucial. Sem essa equivalência, os migrantes podem enfrentar dificuldades para seguir sua trajetória acadêmica e profissional, limitando suas oportunidades de crescimento e integração.

No caso específico da equivalência do ensino médio, os haitianos que desejam obter esse documento precisam passar por uma avaliação que inclui a realização de provas de português e de outras disciplinas que não foram cursadas no Haiti. Essa exigência visa garantir que o nível educacional do migrante seja compatível com o exigido pelas instituições brasileiras. A obtenção da equivalência do ensino médio é particularmente crucial para aqueles que desejam continuar seus estudos e ingressar em uma universidade no Brasil. Sem esse documento, o acesso ao ensino superior pode ser severamente restringido, limitando as oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional dos migrantes.

O processo de legalização no Brasil é fundamental para a integração dos haitianos, proporcionando diversas oportunidades. Muitos têm conseguido ingressar e se formar em universidades brasileiras, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação e técnicos, o que amplia suas chances de obter um emprego melhor e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida. Esse avanço educacional e profissional está intrinsecamente ligado à regularização documental, que, como relataram os participantes da nossa pesquisa, foi uma das maiores oportunidades oferecidas pelo Brasil. A obtenção de documentos não apenas assegura direitos básicos, mas também é o ponto de partida para construir uma vida digna em um novo país, facilitando o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e ao mercado de trabalho formal, além de garantir a proteção legal. Para muitos migrantes, ter documentos é a base para trilhar um caminho de segurança e estabilidade.

Contudo, a partir do final de 2015, com o agravamento da crise política e econômica no Brasil, muitos haitianos começaram a abandonar essas oportunidades e buscar uma nova vida nos Estados Unidos. As dificuldades para permanecer no Brasil, aliadas à necessidade de manter o apoio financeiro às suas famílias no Haiti, tornaram a migração para o norte uma alternativa inevitável para muitos, mesmo após terem iniciado sua integração na sociedade brasileira. Durante os anos de 2015 e 2016, o Brasil enfrentou um período de considerável instabilidade política e econômica, coincidindo com o segundo mandato da ex-presidente Dilma

Rousseff. A queda no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento significativo do desemprego e uma inflação elevada contribuíram para o agravamento das dificuldades econômicas do país (Almeida, 2017). Essa conjuntura desfavorável intensificou a crise política que já assolava o Brasil. Diante desse cenário, cresce o movimento pela saída da presidente Dilma Rousseff do cargo. Em 2016, o processo de impeachment foi iniciado no Congresso Nacional, com acusações de crime de responsabilidade fiscal, conhecidas como "pedaladas fiscais" (Melo, 2018).

O processo desencadeou uma série de protestos e intensos debates políticos em todo o país. Grupos favoráveis e contrários ao impeachment se mobilizaram em manifestações que refletem a profunda polarização política na sociedade brasileira (Goulart, 2017). Após uma votação no Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff foi afastada temporariamente da presidência em maio de 2016. Posteriormente, o Senado Federal confirmou o impeachment²³, resultando em seu afastamento definitivo do cargo de presidente (Smith, 2019). O vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência interinamente e, posteriormente, foi confirmado como presidente efetivo.

No governo do ex-presidente Michel Temer, os desafios persistiram. A crise política continuou, com acusações de corrupção envolvendo membros do governo e um clima de instabilidade política permeando todo o país (Pereira, 2018). As reformas econômicas e medidas de austeridade implementadas por Temer enfrentaram resistência e protestos, aprofundando as divisões na sociedade brasileira (Couto, 2018). Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por intensa instabilidade política e econômica no Brasil, culminando no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Esse período tumultuado deixou um legado de desafios para o país, que ainda enfrenta as consequências dessa crise em diversas áreas, enquanto busca superar as dificuldades e seguir adiante em sua trajetória política e econômica.

Durante a crise política e econômica que assolou o Brasil nos anos recentes, muitos migrantes haitianos se viram em uma situação de grande dificuldade. Muitos deles haviam migrado para o Brasil em busca de oportunidades de emprego e uma vida melhor para si e suas famílias. No entanto, com a recessão econômica e o aumento do desemprego, esses migrantes

²³ Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>, acesso Março de 2024.

enfrentaram sérias dificuldades para se sustentar e apoiar seus familiares. A crise econômica no Brasil afetou diretamente o mercado de trabalho, resultando em demissões em massa e uma redução significativa nas oportunidades de emprego. Para os migrantes haitianos que dependiam de seus empregos para enviar remessas²⁴ de dinheiro para seus familiares no Haiti, essa situação representou um golpe devastador. Muitos deles perderam seus meios de subsistência e se viram incapazes de cumprir suas responsabilidades financeiras no exterior, principalmente no Haiti.

As remessas têm uma importância enorme para a economia do Haiti, desempenhando um papel vital tanto no sustento das famílias quanto no desenvolvimento econômico do país. Como um dos países mais pobres do hemisfério ocidental, o Haiti enfrenta inúmeros desafios econômicos, incluindo uma infraestrutura precária, altos índices de desemprego e instabilidade política. Em meio a essas dificuldades, as remessas enviadas pela diáspora haitiana se tornam uma fonte crucial de renda para muitas famílias. Esses recursos financeiros, ajudam a suprir necessidades básicas como alimentação, educação, saúde e habitação. Para muitas famílias haitianas, as remessas representam a principal ou até a única fonte de renda, garantindo uma rede de segurança econômica que lhes permite sobreviver em meio às adversidades.

Além do impacto imediato no bem-estar das famílias, as remessas também têm efeitos multiplicadores na economia local. O dinheiro recebido é gasto em mercados, escolas, clínicas e outros serviços, estimulando o comércio local e gerando emprego e renda dentro das comunidades. Além disso, as remessas contribuem para a estabilidade macroeconômica do país. Elas representam uma entrada significativa de divisas estrangeiras, ajudando a equilibrar a balança de pagamentos do Haiti e a fortalecer suas reservas internacionais. Isso, por sua vez, pode contribuir para uma maior estabilidade da moeda e um ambiente econômico mais previsível.

As remessas desempenham um papel crucial na economia haitiana, representando uma fonte significativa de renda para muitas famílias. Em 2020, essas transferências totalizaram cerca de US\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 37% do PIB do Haiti²⁵. A maior parte desse montante vem dos Estados Unidos, refletindo a significativa presença da diáspora haitiana naquele país. A facilidade de acesso e melhores condições de vida nos EUA

²⁴O envio de dinheiro, por meio de transferência eletrônica, de um país para outro.

²⁵ Etude retrospective sur les transferts de fonds de la diaspora haïtienne, disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-06/undp-ht-Etude TRANSFERTS DIASPORA versionFINALE Juin 2022.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-06/undp-ht-Etude%20TRANSFERTS%20DIASPORA%20versionFINALE%20Juin%202022.pdf), acesso Janeiro, 2024.

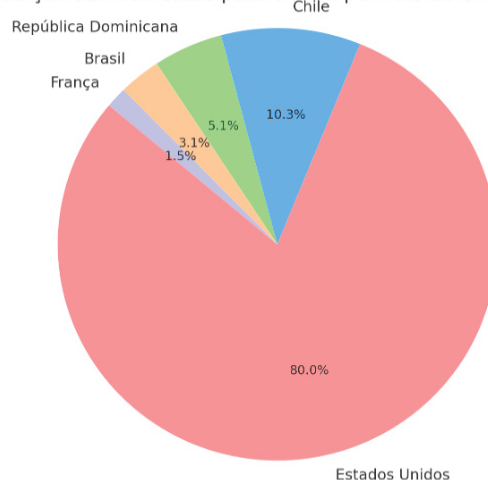
tornam esse país uma atraente opção para os haitianos que buscam melhores oportunidades econômicas.

Na América Latina e Caribe, o Chile e o Brasil se destacam como importantes fontes de remessas, especialmente após terem implementado políticas de imigração mais flexíveis e programas de regularização para os haitianos. A República Dominicana, que historicamente foi a principal fonte de remessas na região devido à sua proximidade geográfica e fronteira terrestre compartilhada com o Haiti, perdeu esse posto para o Chile. Isso demonstra a importância das políticas de imigração nos fluxos de remessas, uma vez que os países que facilitaram a entrada e a permanência de haitianos se tornaram os principais emissores de fundos.

Nos últimos anos, as remessas enviadas para o Haiti têm sido majoritariamente originadas de três regiões principais: América do Norte, América Latina e Caribe (ALC), e Europa. Dentre estas, a América do Norte, especificamente os Estados Unidos, é a principal fonte de transferências, representando 77,81% do total em 2020. Esta predominância se deve à proximidade geográfica e ao maior potencial de renda disponível nos EUA, que atrai uma grande quantidade de haitianos em busca de melhores oportunidades econômicas.

Na região da América Latina e Caribe, os principais países remetentes são Chile, República Dominicana e Brasil. Embora a República Dominicana compartilhe uma fronteira terrestre com o Haiti e ofereça um padrão de vida relativamente mais elevado, sua posição como principal remetente foi suplantada pelo Chile e Brasil. Esta mudança se deve, em grande parte, às políticas de imigração mais favoráveis desses dois países, que facilitaram a regularização dos haitianos após eventos como o terremoto de 2010 no Haiti.

Distribuição das Remessas para o Haiti por País de Origem (2020)



Origem das remessas e migração

A importância das remessas também se reflete em projetos comunitários e de desenvolvimento. Muitos haitianos no exterior financiam iniciativas que visam melhorar as condições de vida em suas comunidades de origem, como a construção de escolas, hospitais e infraestrutura básica. Esses projetos não apenas melhoram a qualidade de vida, mas também fomentam um senso de solidariedade e vínculo entre a diáspora e o país. No entanto, a dependência das remessas também revela vulnerabilidades.

A economia do Haiti se torna altamente suscetível às mudanças nas políticas de imigração dos países onde reside a diáspora haitiana, bem como às flutuações econômicas globais que podem afetar a capacidade dos migrantes de enviar dinheiro regularmente. Com essa dependência das remessas, a alta do dólar durante a crise econômica do Brasil tornou ainda mais difícil para os migrantes haitianos sustentarem suas famílias. O aumento do custo de vida e a desvalorização da moeda brasileira dificultam significativamente a capacidade desses migrantes de equilibrar seus orçamentos e manter um padrão de vida para si mesmos e para suas famílias. Em um cenário onde os preços de bens e serviços aumentam e a moeda local perde valor, o dinheiro enviado para o Haiti se torna insuficiente para cobrir as necessidades básicas, ampliando as dificuldades financeiras enfrentadas pelos familiares dependentes das remessas.

Diante dessas circunstâncias desafiadoras, muitos migrantes haitianos começaram a considerar outros destinos fora do Brasil. Países com economias mais estáveis e oportunidades de emprego mais abundantes se tornaram destinos atraentes para esses migrantes em busca de uma vida melhor. Na América do Norte, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá são vistos como destinos promissores devido às suas economias robustas e ao potencial de ganhos mais altos.

Essa busca por novos destinos é motivada pela necessidade de assegurar uma fonte de renda mais confiável e suficiente para sustentar as famílias no Haiti. Os migrantes haitianos, enfrentando um mercado de trabalho incerto no Brasil, veem na migração para países economicamente mais estáveis uma oportunidade de melhorar suas condições de vida e aumentar o montante de remessas enviadas para suas famílias.

A crise econômica no Brasil, portanto, não apenas afetou os migrantes haitianos em termos de sua capacidade de enviar remessas, mas também catalisou um movimento de reavaliação e realocação para locais que ofereçam melhores perspectivas econômicas. A ideia de migrar novamente pode ter sido difícil para muitos haitianos, mas a necessidade de garantir o sustento de seus familiares e encontrar uma fonte estável de renda os impulsionou a considerar todas as opções disponíveis. Diante das dificuldades enfrentadas no Brasil, muitos

ainda relutam em retornar ao Haiti devido às condições adversas no país de origem. A crise política e econômica, a falta de oportunidades de emprego e a crescente insegurança fazem com que o Haiti seja visto como um destino pouco atrativo para aqueles que buscavam melhores condições de vida no exterior .

A instabilidade política e a violência endêmica no Haiti agravam ainda mais a situação, criando um ambiente de incerteza e perigo que desestimula o retorno dos migrantes. A dominação de grupos armados²⁶ cresceu consideravelmente nos últimos anos no Haiti, exacerbando a crise de segurança e instabilidade no país. O assassinato do ex-presidente Jovenel Moïse em sua própria residência privada em julho de 2021²⁷ foi um evento marcante que evidenciou a gravidade da situação. Esse episódio não apenas chocou a nação, mas também sublinhou a vulnerabilidade das instituições políticas haitianas e a incapacidade do governo de garantir a segurança mesmo nos níveis mais altos.

A escalada da violência por parte de gangues têm impactado severamente a vida cotidiana dos haitianos, resultando em deslocamentos forçados, interrupções na educação e no acesso a serviços básicos, além de um ambiente geral de medo e desespero. O controle territorial por esses grupos dificulta ainda mais a atuação das forças de segurança e a implementação de políticas públicas eficazes. A insegurança generalizada e a percepção de um futuro incerto e perigoso têm desestimulado muitos haitianos a considerar o retorno ao seu país de origem. Em vez disso, eles buscam refúgio e oportunidades em outros países, na esperança de encontrar um ambiente mais estável e seguro. A situação no Haiti, marcada por crises econômicas, políticas e de segurança, reforça a necessidade de soluções abrangentes que possam proporcionar esperança e um caminho viável para a paz e o desenvolvimento sustentável.

A dominação de grupos armados cresceu bastante nos últimos anos, e o assassinato do ex-presidente Jovenel Moïse mostra como a crise é difícil e aumenta a incerteza . Em vez disso, muitos haitianos preferem buscar oportunidades em outros países, na esperança de encontrar condições mais favoráveis para construir uma vida digna e estável. Essa busca por melhores condições de vida é alimentada pela perspectiva de oferecer um futuro mais seguro e próspero, algo que parece inatingível no contexto haitiano atual. Assim, a necessidade de migração

²⁶O pesquisador do Grupo de Estudos em Conflitos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), João Fernando Finazzi, destacou que os grupos armados estão mais fortes hoje que antes das últimas intervenções internacionais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/entenda-situacao-do-haiti-e-o-risco-de-paramilitares-tomarem-o-poder>. Acesso, Junho, 2024.

²⁷ Presidente do Haiti é assassinado a tiros em casa. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/07/presidente-do-haiti-e-morto-em-ataque-anuncia-primeiro-ministro.ghml>, Acesso, junho, 2024.

contínua se torna uma realidade inevitável para muitos, impulsionados pela busca incessante por segurança e estabilidade que o Haiti, infelizmente, não pode oferecer no momento.

2. DIREITOS HUMANOS E SEU DESAFIO PERMANENTE

Os direitos humanos constituem um conjunto de normas e princípios universalmente reconhecidos, destinados a proteger a dignidade e liberdade de todas as pessoas. Apesar de amplamente aceitos como fundamentais, a sua implementação enfrenta desafios contínuos em diversos contextos sociais, políticos e econômicos. Os desafios contemporâneos à efetivação dos direitos humanos incluem desigualdade econômica, crises humanitárias, discriminação contra mulheres e minorias. A concentração de riqueza exacerba disparidades sociais, enquanto conflitos e desastres forçam milhões a fugir de suas casas, situações que provocam fluxos migratórios ao redor do mundo. A violência de gênero e a discriminação continuam a impedir a igualdade.

A concepção de direitos humanos começou a ganhar forma no século XVIII, impulsionada pelas ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Documentos históricos como a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) foram marcos significativos nessa evolução. No entanto, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, que consolidou os direitos humanos como um marco global. Este documento estabelece direitos e liberdades fundamentais que devem ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, nacionalidade ou religião (ONU, 1948).

A realização plena dos Direitos Humanos é considerada uma grande luta porque enfrenta muitos obstáculos. A desigualdade econômica continua sendo um dos maiores obstáculos. A concentração de riqueza em mãos de poucos não apenas amplia as disparidades sociais, mas também limita o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e justiça, para grande parte da população. Thomas Piketty (2014) argumenta que a crescente desigualdade de renda intensifica outras formas de desigualdade, exacerbando as injustiças sociais e comprometendo a coesão social. Além disso, a desigualdade econômica afeta desproporcionalmente grupos já marginalizados, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Além da desigualdade, conflitos armados, perseguições políticas e desastres ambientais são causas primárias de deslocamento forçado, criando uma crise global de refugiados e migrantes.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de pessoas deslocadas à força alcançou um recorde de 79,5 milhões em 2019 (UNHCR, 2020). A proteção e assistência a refugiados e deslocados internos representam um desafio

significativo para a comunidade internacional, exigindo uma resposta coordenada e baseada em princípios de solidariedade e direitos humanos. A falta de soluções duradouras para essas crises humanitárias muitas vezes resulta em violações dos Direitos Humanos e condições de vida precárias para milhões de pessoas.

Apesar dos avanços significativos em várias partes do mundo, mulheres e minorias continuam a enfrentar discriminação e violência sistemática. A luta pela igualdade de gênero e pela proteção dos direitos das minorias é essencial para a promoção dos direitos humanos. A ONU Mulheres (2019) destaca que a discriminação baseada em gênero, raça, etnia e outras características continua sendo uma barreira substancial para a igualdade e justiça. Além disso, a violência de gênero, incluindo assédio sexual e violência doméstica, permanece uma violação persistente dos direitos humanos que afeta mulheres em todo o mundo.

Os direitos humanos enfrentam desafios significativos em um contexto global cada vez mais complexo e diversificado. A crescente desigualdade econômica e a exclusão social são questões centrais, uma vez que muitas populações continuam privadas de acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia. Essa disparidade socioeconômica acirra as condições de vulnerabilidade, tornando-se um obstáculo persistente à promoção de uma sociedade justa e igualitária. A desigualdade econômica permanece como um dos maiores obstáculos à efetivação dos direitos humanos em escala global, configurando-se como um fenômeno estrutural que perpetua a exclusão social e compromete a justiça distributiva.

A concentração extrema de renda e a persistência da pobreza afetam diretamente o acesso de milhões de pessoas a direitos básicos, como saúde, educação, habitação e alimentação, minando os fundamentos de dignidade e igualdade proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Segundo o World Inequality Report 2022, metade da população mundial detém apenas 2% da riqueza global²⁸, enquanto o 1% mais rico controla 38%. Esses dados não apenas revelam a profundidade da disparidade econômica, mas também destacam a insuficiência de políticas redistributivas eficazes para mitigar essas desigualdades.

A privação de recursos essenciais perpetua ciclos de pobreza que afetam desproporcionalmente mulheres, crianças e minorias étnicas, grupos que historicamente enfrentam barreiras adicionais ao acesso a oportunidades. O impacto dessa exclusão é particularmente visível nos sistemas de saúde e educação, onde a precariedade estrutural

²⁸ DESIGUALDADE GLOBAL E DESENVOLVIMENTO, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vgpn8Qcn5JMkkmkyFXS35VD/#:~:text=O%20Relat%C3%B3rio%20Mundial%20da%20Desigualdade,et%20al.%2C%202022%20>. Acesso, Nov. 2024.

restringe o desenvolvimento humano e compromete a mobilidade social. Em muitos países, a ausência de investimentos em políticas públicas sustentáveis reflete a prioridade dada a interesses econômicos de elites, em detrimento do bem-estar coletivo.

Além disso, a desigualdade econômica tem implicações políticas e sociais profundas. Em contextos de extrema concentração de renda, a representatividade democrática é frequentemente distorcida, com interesses privados influenciando decisões políticas e econômicas em detrimento das maiorias marginalizadas. Esse desequilíbrio enfraquece a coesão social e alimenta conflitos, colocando em risco a estabilidade de nações e o respeito aos direitos fundamentais.

Para enfrentar esse cenário, é necessário um compromisso global com a promoção da justiça social, por meio de políticas redistributivas que garantam acesso equitativo a recursos e serviços. Medidas como a tributação progressiva, a ampliação de redes de proteção social e o investimento em educação de qualidade são ferramentas fundamentais para reverter a exclusão e promover a igualdade. A realização dos direitos humanos exige não apenas a mitigação dos efeitos da desigualdade, mas também a transformação das estruturas que a perpetuam, assegurando que a dignidade humana seja uma prioridade universal e inegociável.

Outro grande desafio é a violência e os conflitos armados, que não apenas destroem infraestruturas e vidas, mas também geram crises humanitárias, forçando milhões a abandonar seus lares e se deslocarem em busca de segurança. Em muitos casos, essas populações tornam-se alvo de discriminação e intolerância, refletindo a persistência de preconceitos que comprometem os direitos básicos de grupos marginalizados, como minorias étnicas, religiosas ou de gênero.

Os conflitos armados representam uma das maiores ameaças à proteção dos direitos humanos, sendo responsáveis por gerar desestabilização em larga escala e causar danos irreparáveis às populações civis. Durante as últimas décadas, guerras como as da Síria, do Iêmen e entre a Rússia e Ucrânia, Israel e Hamas e palestina ilustraram com extrema clareza os horrores da violência indiscriminada, com civis sendo alvo de bombardeios, execuções sumárias, e deslocamentos forçados em massa. O impacto de tais conflitos é devastador, não apenas em termos de vidas perdidas, mas também em relação às consequências sociais, psicológicas e econômicas que perduram por gerações. De acordo com a ACNUDH (2023), mais de 70% das vítimas diretas em conflitos contemporâneos são civis, um dado alarmante que revela a crescente vulnerabilidade dos inocentes em tempos de guerra. Esse fenômeno ressalta a fragilidade do direito internacional humanitário, que deveria proteger as populações não combatentes, mas frequentemente se vê desrespeitado pelas partes envolvidas nos conflitos.

A incapacidade do sistema internacional de garantir justiça para as vítimas de crimes de guerra, como assassinatos em massa e ataques deliberados a civis, é uma das maiores falhas do regime de proteção dos direitos humanos. O Tribunal Penal Internacional (TPI), embora tenha sido criado com a missão de julgar os maiores crimes de guerra, como genocídios e crimes contra a humanidade, enfrenta severos obstáculos para garantir que os responsáveis por tais atrocidades sejam responsabilizados. A falta de cooperação de diversos Estados e a dificuldade em exercer sua jurisdição em territórios não reconhecidos internacionalmente tornam a atuação do TPI limitada, perpetuando a impunidade e enfraquecendo a confiança na justiça internacional. A dificuldade em responsabilizar os agressores, somada à ausência de consequências tangíveis, alimenta um ciclo de violação contínua dos direitos fundamentais.

Por outro lado, a Carta das Nações Unidas (1945) enfatiza a importância de resolver disputas internacionais por meios pacíficos, promovendo negociações, mediações e a diplomacia como formas de prevenir e resolver conflitos. No entanto, na prática, a aplicação desses princípios enfrenta desafios substanciais, especialmente em contextos onde interesses geopolíticos e econômicos entram em jogo, e potências mundiais adotam posturas muitas vezes contraditórias. O direito à paz e à segurança, fundamental para o desenvolvimento e bem-estar das populações, é frequentemente comprometido por dinâmicas de poder que ignoram a soberania e os direitos humanos.

A ausência de uma intervenção eficaz e coordenada pela comunidade internacional em situações de guerra prolongada evidencia a necessidade urgente de reformulação dos mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, para garantir que os direitos humanos sejam respeitados, mesmo em tempos de guerra.

Portanto, para que os direitos humanos sejam efetivamente protegidos em tempos de conflito, é necessário não apenas o fortalecimento das instituições internacionais, mas também a implementação de políticas preventivas que possam evitar o agravamento das hostilidades. A promoção de uma cultura de paz, onde a diplomacia e o respeito aos direitos humanos prevaleçam sobre o uso da força, deve ser uma prioridade global. As mudanças climáticas e as crises ambientais representam também uma ameaça crescente aos direitos humanos, pois afetam diretamente o direito à vida, à alimentação e a condições mínimas de dignidade, especialmente em regiões mais vulneráveis. Além disso, o aumento dos deslocamentos forçados e das crises migratórias colocam em xeque a capacidade das nações de garantir direitos fundamentais a todos, independentemente de sua origem ou status legal.

As mudanças climáticas configuram um desafio emergente e urgente para a proteção dos direitos humanos, tendo impactos particularmente graves sobre populações vulneráveis.

Eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades, causam a destruição de meios de subsistência, afetando diretamente a segurança alimentar, a saúde e a habitação de milhões de pessoas. Além disso, essas catástrofes forçam migrações em massa, criando uma nova classe de deslocados, conhecidos como “refugiados climáticos”. Contudo, o direito internacional ainda carece de mecanismos jurídicos claros para proteger essas pessoas, que não se enquadram nas categorias tradicionais de refugiados, conforme estabelecido pela Convenção de 1951.

Em muitos casos, esses indivíduos são forçados a abandonar suas terras sem o reconhecimento adequado de seus direitos, o que os torna ainda mais vulneráveis a abusos. De acordo com o IPCC (2022), os países menos desenvolvidos, que são responsáveis por menos de 10% das emissões globais de carbono²⁹, são os mais afetados pelos impactos das mudanças climáticas. Esses países, com menos recursos e infraestrutura, enfrentam dificuldades extremas para se adaptar a tais mudanças, o que agrava a desigualdade global. A pobreza, a falta de acesso a serviços essenciais e a fragilidade dos sistemas políticos e econômicos tornam esses países particularmente suscetíveis aos danos causados por eventos climáticos, como desastres naturais e alterações nos padrões de produção agrícola.

A assimetria entre os emissores de gases de efeito estufa e aqueles que sofrem suas consequências evidencia uma das principais injustiças das mudanças climáticas. Esse cenário exige uma resposta coordenada e abrangente, que vá além de medidas paliativas. Uma abordagem global, centrada nos princípios da justiça climática, é essencial para garantir que os países vulneráveis recebam compensações financeiras adequadas e acesso a tecnologias que lhes permitam mitigar e se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas. O financiamento climático, conforme acordado no Acordo de Paris (2015), deve ser mais do que uma promessa, mas uma prática efetiva e contínua, para que os direitos humanos das populações mais afetadas sejam respeitados e protegidos. A falta de ação e a inação diante dessa crise representam não apenas uma falha na proteção ambiental, mas uma grave violação dos direitos fundamentais das pessoas.

Os avanços tecnológicos, embora tragam benefícios, também geram novos desafios em termos de privacidade e segurança individual.

O uso indiscriminado de dados pessoais e o monitoramento em larga escala levantam questões sobre os limites da intervenção estatal e a preservação da liberdade individual em um mundo

²⁹ 6 conclusões do relatório do IPCC de 2022 sobre mitigação das mudanças climáticas, disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/6-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-de-2022-sobre-mitigacao-das-mudancas-climaticas>. Acesso Dez 2024.

cada vez mais conectado. O avanço tecnológico, embora tenha proporcionado inúmeros benefícios, também trouxe novos desafios significativos para a proteção dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito à privacidade e à segurança dos dados pessoais. A coleta em massa de informações por empresas e governos, muitas vezes sem o consentimento explícito dos indivíduos, representa uma violação direta do direito à privacidade, como estabelecido no artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Artigo 12º: Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei³⁰.

Em um contexto onde a tecnologia permeia todos os aspectos da vida cotidiana, a exposição de dados pessoais torna-se uma preocupação crescente, exacerbada pela falta de regulamentações adequadas para proteger os indivíduos de abusos. Casos como o da Cambridge Analytica³¹, em que dados de milhões de usuários foram utilizados de maneira ilícita para influenciar eleições e manipular processos democráticos, exemplificam a gravidade dessa ameaça. A utilização indevida de informações pessoais para fins políticos ou comerciais não só mina a confiança pública, como também enfraquece os fundamentos da democracia, colocando em risco a liberdade e a autonomia dos indivíduos³². Esses exemplos ilustram a necessidade urgente de regulamentações mais eficazes e de maior transparência nas práticas de coleta e utilização de dados.

Além disso, a inteligência artificial (IA), embora promissora e capaz de oferecer avanços em diversas áreas, apresenta riscos consideráveis para os direitos humanos. A discriminação algorítmica, onde sistemas automatizados reproduzem ou até ampliam preconceitos existentes, é uma das maiores preocupações. A falta de transparência nas decisões

³⁰ *Tradução oficial, United Nations high Commissioner for Human Rights. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>, acesso Jan 2025

³¹ A Cambridge Analytica é uma empresa de análise de dados que trabalhou com o time responsável pela campanha do republicano Donald Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos. Na Europa a empresa foi contratada pelo grupo que promovia o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia).

³² Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do facebook e o colocou na mira de autoridades, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. Acesso novembro 2024.

automatizadas, que afetam áreas como recrutamento, justiça criminal e acesso a serviços essenciais, gera um cenário em que indivíduos podem ser prejudicados sem entender o raciocínio por trás das decisões que os afetam. Tais práticas podem agravar desigualdades sociais e econômicas, tornando os sistemas automatizados uma ferramenta de exclusão, em vez de inclusão.

Para lidar com esses desafios, a implementação de regulamentações mais robustas se torna fundamental. A Regulamentação Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia serve como um modelo a ser seguido, pois estabelece diretrizes claras para a coleta, o uso e a proteção de dados pessoais, garantindo que os direitos dos indivíduos sejam respeitados no contexto de inovação tecnológica. Além de aumentar a responsabilidade das empresas, a GDPR assegura que os cidadãos tenham maior controle sobre suas informações, estabelecendo um equilíbrio entre o avanço tecnológico e a preservação dos direitos humanos. No entanto, a adoção de tais regulamentos precisa ser ampliada globalmente, com a cooperação entre governos e organizações internacionais, para garantir que a tecnologia sirva como um meio de empoderamento, e não como uma ferramenta de violação dos direitos fundamentais.

A fragilidade das instituições e a governança ineficaz em diversas regiões do mundo dificultam a implementação e a proteção dos direitos humanos. Em muitos casos, a corrupção e a falta de transparência contribuem para o agravamento de violações, tornando ainda mais difícil a construção de um sistema justo e responsável. O retrocesso democrático e a erosão de direitos³³ são fenômenos observados em várias partes do mundo, onde regimes autoritários ou políticas repressivas ameaçam as conquistas históricas no campo dos direitos humanos, comprometendo a liberdade, a igualdade e a justiça.

A fragilidade institucional é um dos principais fatores que contribuem para a violação dos direitos humanos em diversos países. Sistemas judiciais frágeis e a falta de independência nas instituições governamentais comprometem a capacidade do Estado de garantir a proteção da população, criando um ambiente propício para abusos de poder. A corrupção, em particular, é um elemento corrosivo que enfraquece a confiança pública nas instituições e impede a implementação de políticas eficazes de proteção dos direitos humanos. Relatórios da Transparency International (2023) indicam que países com altos níveis de corrupção tendem a apresentar menores índices de respeito aos direitos humanos, evidenciando a estreita relação entre práticas de governança desonestas e a violação dos direitos fundamentais.

³³ A erosão de direitos corresponde ao enfraquecimento do horizonte de promessas da ordem democrática realizado pelas reformas neoliberais.

Além disso, a ausência de mecanismos adequados de controle e transparência favorece a perpetuação de abusos por parte de autoridades públicas, como forças de segurança e funcionários governamentais. Esses abusos podem incluir violência policial, discriminação, repressão política e outros atos que comprometem a dignidade humana. A falta de responsabilização e fiscalização permite que tais práticas se espalhem sem consequências, agravando a desconfiança da população nas instituições e minando a legitimidade do governo. Em contextos de fragilidade institucional, os direitos das minorias, das mulheres e dos grupos marginalizados são frequentemente os mais vulneráveis, pois as instituições encarregadas de sua proteção muitas vezes estão sobrecarregadas ou corrompidas.

A construção de instituições fortes, transparentes e democráticas é, portanto, fundamental para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Instituições judiciais independentes e mecanismos eficazes de controle e fiscalização são essenciais para garantir que os abusos sejam punidos e que os cidadãos possam exercer seus direitos sem medo de represálias. A transparência, por sua vez, permite que os cidadãos acompanhem as ações do governo e participem ativamente na defesa de seus direitos. Para que os direitos humanos sejam protegidos de forma eficaz, é imprescindível que os Estados invistam na construção de um sistema institucional sólido, no qual a justiça e a equidade prevaleçam sobre interesses pessoais e políticos.

Além dos desafios citados, é importante mencionar também a ascensão de regimes autoritários, também é um desafio para os Direitos Humanos. A ascensão de regimes autoritários têm gerado retrocessos alarmantes no campo dos direitos humanos, com um impacto negativo em diversas regiões do mundo. Muitos desses governos utilizam narrativas nacionalistas como justificativa para repressões políticas, restrições à liberdade de expressão e ações que enfraquecem a independência do judiciário. Tais medidas visam consolidar o poder de líderes autocráticos e limitar a participação democrática, comprometendo a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. O relatório de 2023 da Freedom House revela que 2022 foi o 17º ano consecutivo de declínio global da liberdade³⁴, evidenciando o fortalecimento de tendências autoritárias e a erosão das liberdades civis em uma série de países. O enfraquecimento das instituições democráticas e o cerceamento da liberdade de imprensa são estratégias comuns de regimes autoritários para silenciar a oposição e controlar a narrativa

³⁴ NEW REPORT: Global Freedom Declines for 17th Consecutive Year, but May Be Approaching a Turning Point. Disponível em: <https://freedomhouse.org/article/new-report-global-freedom-declines-17th-consecutive-year-may-be-approaching-turning-point>. Acesso Dezembro de 2024.

pública. A liberdade de expressão, direito essencial para o pleno exercício da cidadania, é muitas vezes restringida por leis de censura e intimidação, enquanto os sistemas judiciários independentes são minados por nomeações políticas que comprometem sua imparcialidade. O avanço desses retrocessos exige uma resposta firme da comunidade internacional e das instituições democráticas, para garantir que os direitos humanos não sejam sacrificados em nome de agendas políticas autoritárias.

Para conter esse retrocesso e reverter as tendências antidemocráticas, é crucial fortalecer os sistemas democráticos e a participação cidadã. Promover a educação em direitos humanos é uma medida essencial, pois capacita as pessoas a compreender seus direitos e a lutar pela sua proteção. Além disso, a sociedade civil deve desempenhar um papel ativo como um contrapeso às tendências autoritárias, por meio de manifestações, pressões políticas e advocacia por reformas. O fortalecimento das instituições democráticas e a conscientização sobre a importância dos direitos humanos são fundamentais para preservar as liberdades individuais e coletivas em um contexto global de crescente autoritarismo.

Esses desafios, interligados e multifacetados, exigem uma resposta coordenada e urgente da comunidade internacional, bem como um compromisso renovado com a defesa e a promoção dos direitos humanos em todos os níveis.

2.1 Reconhecer os Territórios Dos Direitos Humanos

Reconhecer os territórios dos Direitos Humanos implica compreender sua pretensão de universalidade, amplitude e profundidade que afetam sua implementação global. Daí porque no título o termo territórios aparece no plural, para indicar sua desvinculação possível da noção de territórios nacionais. Essa compreensão não deve ser apenas retórica, mas essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes que possam fortalecer e salvaguardar os Direitos Humanos, em escala global. Trata-se de um exercício que demanda uma análise profunda e abrangente das múltiplas questões que permeiam sua implementação, indo além de uma visão superficial das violações óbvias desses direitos. Trata-se, portanto, de explorar as complexidades e interações entre fatores legais, políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam, diretamente, a eficácia da proteção do humano, para além de duas características particulares, de nacionalidade e todos os demais elementos culturais que constituem as identidades.

A implementação efetiva dos Direitos Humanos enfrenta, por isso, dificuldades variadas e interconectadas. Do ponto de vista legal, cada país possui legislação própria que regula os direitos, muitas vezes, em desacordo com os Direitos Humanos. A aplicação dessas leis é

frequentemente desigual e sujeita a interpretações divergentes. Além disso, a falta de acesso à justiça e a impunidade para violadores minam os esforços para garantir esses direitos. Em muitos casos, os sistemas judiciais enfrentam limitações estruturais, como falta de recursos e independência, que comprometem a aplicação equitativa das leis. A interseção entre legislação nacional e normas internacionais também pode gerar conflitos que dificultam a harmonização de práticas e padrões.

No âmbito político, as agendas nacionais e internacionais nem sempre estão alinhadas à promoção dos Direitos Humanos. Governos frequentemente priorizam interesses econômicos ou de segurança nacional em detrimento das garantias individuais, resultando em políticas que comprometem direitos fundamentais em nome de supostos benefícios coletivos. Essa tensão é agravada pela polarização política, que enfraquece o apoio público e institucional aos Direitos Humanos, tornando mais difícil a implementação de políticas eficazes. Adicionalmente, regimes autoritários frequentemente utilizam os direitos humanos como ferramenta de propaganda, ou os ignoram completamente, exacerbando a vulnerabilidade de populações inteiras.

Os aspectos econômicos desempenham um papel central na proteção dos direitos humanos. Desigualdades econômicas significativas perpetuam ciclos de pobreza e exclusão social, afetando negativamente o acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e educação. Apesar do aparente potencial da globalização econômica para melhorar as condições de vida, ela também amplia as disparidades entre países e dentro deles. Isso se manifesta em desigualdades no acesso a recursos, oportunidades e serviços essenciais, o que compromete as bases para uma existência digna. Além disso, crises econômicas frequentemente levam à adoção de medidas que reduzem o financiamento de programas sociais, agravando ainda mais a vulnerabilidade de populações marginalizadas.

No contexto social e cultural, as percepções e valores sobre os Direitos Humanos variam amplamente entre diferentes comunidades e culturas. Normas sociais arraigadas, estigmas e preconceitos perpetuam discriminações e marginalizações, dificultando a aceitação universal e a implementação de direitos igualmente para todos. Essas questões são particularmente evidentes em questões relacionadas a gênero, orientação sexual, etnia e religião, onde discriminação estrutural e violência direta são frequentes. Além disso, práticas culturais tradicionais podem entrar em conflito com padrões internacionais de direitos humanos, criando dilemas entre a preservação cultural e a garantia de direitos universais.

Decorre daí a necessidade de elaborar estratégias baseadas em evidências, adaptáveis a contextos locais e globais, e orientadas por princípios de responsabilidade, transparência e

participação inclusiva. Uma abordagem eficaz requer a colaboração entre governos, organizações não governamentais, instituições internacionais e comunidades locais. A promoção de uma educação em Direitos Humanos é igualmente essencial, pois contribui para a conscientização e a mobilização da sociedade civil em defesa de direitos fundamentais.

Essa educação deve enfatizar a interdependência entre Direitos Humanos e desenvolvimento sustentável, mostrando como os dois conceitos se reforçam mutuamente. Reconhecer o terreno dos direitos humanos não é apenas uma questão teórica, mas uma necessidade prática para enfrentar os desafios contemporâneos. A articulação de esforços em diferentes áreas é fundamental para criar soluções que não apenas respondam às demandas imediatas, mas também promovam a construção de um futuro mais justo e equitativo. Isso exige uma visão abrangente e um compromisso genuíno com os valores que sustentam os direitos humanos, para que possam ser implementados de maneira eficaz e significativa.

Para avançar na promoção e proteção dos Direitos Humanos, é crucial reconhecer o papel das novas tecnologias e da informação digital. A internet e as redes sociais oferecem ferramentas poderosas para a conscientização e a mobilização global, permitindo que comunidades antes marginalizadas tenham voz em arenas internacionais. No entanto, apresentam aspectos negativos, como a disseminação de desinformação e discursos de ódio, que podem enfraquecer a coesão social e alimentar violações de direitos. Portanto, a regulamentação dessas tecnologias deve equilibrar a liberdade de expressão com a proteção contra abusos, promovendo um ambiente digital seguro e inclusivo. Ademais, é essencial fortalecer as instituições internacionais dedicadas aos Direitos Humanos, como as Nações Unidas e os tribunais regionais.

Essas entidades devem ser dotadas de recursos adequados e autoridade suficiente para monitorar, denunciar e agir contra violações, garantindo que os compromissos assumidos pelos Estados sejam efetivamente cumpridos. Paralelamente, o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação de espaços para o diálogo multissetorial são fundamentais para construir alianças em prol de uma agenda global de Direitos Humanos.

É imperativo reconhecer que a luta pelos Direitos Humanos é um processo dinâmico, que exige adaptação constante às mudanças sociais, econômicas e ambientais. A integração de uma perspectiva interseccional é crucial para compreender como diferentes formas de opressão interagem e afetam indivíduos e grupos de maneira particular, especialmente, nos processos migratórios.

Segundo o World Inequality Report 2022, metade da população mundial detém apenas 2% da riqueza global³⁵, enquanto o 1% mais rico controla 38%. Esses dados não apenas revelam a profundidade da disparidade econômica, mas também destacam a insuficiência de políticas redistributivas eficazes para mitigar essas desigualdades.

A privação de recursos essenciais perpetua ciclos de pobreza que afetam desproporcionalmente mulheres, crianças e minorias étnicas, grupos que historicamente enfrentam barreiras adicionais ao acesso a oportunidades. O impacto dessa exclusão é particularmente visível nos sistemas de saúde e educação, onde a precariedade estrutural restringe o desenvolvimento humano e compromete a mobilidade social. Em muitos países, a ausência de investimentos em políticas públicas sustentáveis reflete a prioridade dada a interesses econômicos de elites, em detrimento do bem-estar coletivo.

Além disso, a desigualdade econômica tem implicações políticas e sociais profundas. Em contextos de extrema concentração de renda, a representatividade democrática é frequentemente distorcida, com interesses privados influenciando decisões políticas e econômicas em detrimento das maiorias marginalizadas. Esse desequilíbrio enfraquece a coesão social e alimenta conflitos, colocando em risco a estabilidade de nações e o respeito aos direitos fundamentais.

Para enfrentar esse cenário, é necessário um compromisso global com a promoção da justiça social, por meio de políticas redistributivas que garantam acesso equitativo a recursos e serviços. Medidas como a tributação progressiva, a ampliação de redes de proteção social e o investimento em educação de qualidade são ferramentas fundamentais para reverter a exclusão e promover a igualdade. A realização dos direitos humanos exige não apenas a mitigação dos efeitos da desigualdade, mas também a transformação das estruturas que a perpetuam, assegurando que a dignidade humana seja uma prioridade universal e inegociável.

Outro grande desafio é a violência e os conflitos armados, que não apenas destroem infraestruturas e vidas, mas também geram crises humanitárias, forçando milhões a abandonar seus lares e se deslocarem em busca de segurança. Em muitos casos, essas populações tornam-se alvo de discriminação e intolerância, refletindo a persistência de preconceitos que comprometem os direitos básicos de grupos marginalizados, como minorias étnicas, religiosas ou de gênero.

³⁵ Chancel, Lucas; Thomas Piketty; Emmanuel Saez; Gabriel Zucman; *et al.* (2022), *World Inequality Report 2022*, World Inequality Lab. Disponível em: https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2022/04/19/world-inequality-report-2022-de-lucas-chancel-thomas-piketty-emmanuel-saez-e-gabriel-zucman-coord/?utm_source=rss&print=print, . Acesso, Nov. 2024.

Os conflitos armados representam uma das maiores ameaças à proteção dos direitos humanos, sendo responsáveis por gerar desestabilização em larga escala e causar danos irreparáveis às populações civis. Durante as últimas décadas, guerras como as da Síria, do Iêmen e entre a Rússia e Ucrânia, Israel e Hamas e palestina ilustraram com extrema clareza os horrores da violência indiscriminada, com civis sendo alvo de bombardeios, execuções sumárias, e deslocamentos forçados em massa.

O impacto de tais conflitos é devastador, não apenas em termos de vidas perdidas, mas também em relação às consequências sociais, psicológicas e econômicas que perduram por gerações. De acordo com o relatório "Tendências Globais: Deslocamento Forçado em 2023" do ACNUR³⁶, o número de pessoas deslocadas à força alcançou o recorde de 120 milhões até maio de 2024. Esse dado alarmante reflete um aumento contínuo pelo décimo segundo ano consecutivo, impulsionado tanto por novos conflitos quanto pela persistência de crises prolongadas. Para contextualizar a magnitude desse número, a população global deslocada equivale quase ao total de habitantes de um país como o México, destacando a gravidade da situação e a urgência de soluções para mitigar esse cenário. Esse fenômeno ressalta a fragilidade do direito internacional humanitário, que deveria proteger as populações não combatentes, mas frequentemente se vê desrespeitado pelas partes envolvidas nos conflitos.

A incapacidade do sistema internacional de garantir justiça para as vítimas de crimes de guerra, como assassinatos em massa e ataques deliberados a civis, é uma das maiores falhas do regime de proteção dos direitos humanos. O Tribunal Penal Internacional (TPI), embora tenha sido criado com a missão de julgar os maiores crimes de guerra, como genocídios e crimes contra a humanidade, enfrenta severos obstáculos para garantir que os responsáveis por tais atrocidades sejam responsabilizados.

A falta de cooperação de diversos Estados e a dificuldade em exercer sua jurisdição em territórios não reconhecidos internacionalmente tornam a atuação do TPI limitada, perpetuando a impunidade e enfraquecendo a confiança na justiça internacional. A dificuldade em responsabilizar os agressores, somada à ausência de consequências tangíveis, alimenta um ciclo de violação contínua dos direitos fundamentais.

³⁶Em meio ao aumento do deslocamento forçado global, ACNUR celebra progresso em soluções nas Américas. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/em-meio-ao-aumento-do-deslocamento-forcado-global-acnur-celebra>, Acesso Jan. 2025

Por outro lado, a Carta das Nações Unidas (1945)³⁷ enfatiza a importância de resolver disputas internacionais por meios pacíficos, promovendo negociações, mediações e a diplomacia como formas de prevenir e resolver conflitos. No entanto, na prática, a aplicação desses princípios enfrenta desafios substanciais, especialmente em contextos em que interesses geopolíticos e econômicos entram em jogo, e potências mundiais adotam posturas muitas vezes contraditórias.

O direito à paz e à segurança, fundamental para o desenvolvimento e bem-estar das populações, é frequentemente comprometido por dinâmicas de poder que ignoram a soberania e os direitos humanos. A ausência de uma intervenção eficaz e coordenada pela comunidade internacional em situações de guerra prolongada evidencia a necessidade urgente de reformulação dos mecanismos de prevenção e resolução de conflitos, para garantir que os direitos humanos sejam respeitados, mesmo em tempos de guerra.

Portanto, para que os direitos humanos sejam efetivamente protegidos em tempos de conflito, é necessário não apenas o fortalecimento das instituições internacionais, mas também a implementação de políticas preventivas que possam evitar o agravamento das hostilidades. A promoção de uma cultura de paz, onde a diplomacia e o respeito aos Direitos Humanos prevaleçam sobre o uso da força, deve ser uma prioridade global. As mudanças climáticas e as crises ambientais representam também uma ameaça crescente aos direitos humanos, pois afetam diretamente o direito à vida, à alimentação e a condições mínimas de dignidade, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Além disso, o aumento dos deslocamentos forçados e das crises migratórias colocam em xeque a capacidade das nações de garantir direitos fundamentais a todos, independentemente de sua origem ou status legal.

Essas mudanças bruscas e imprevisíveis configuram um desafio emergente e urgente para a proteção dos direitos humanos, tendo impactos particularmente graves sobre populações vulneráveis. Eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e tempestades, causam a destruição de meios de subsistência, afetando diretamente a segurança alimentar, a saúde e a habitação de milhões de pessoas. Além disso, essas catástrofes forçam migrações em massa, criando uma classe de deslocados, conhecidos como “refugiados climáticos”.

Contudo, o direito internacional ainda carece de mecanismos jurídicos claros para proteger essas pessoas, que não se enquadram nas categorias tradicionais de refugiados,

³⁷ ONU. Carta das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>, acesso aug 2025.

conforme estabelecido pela Convenção de 1951. Em muitos casos, esses indivíduos são forçados a abandonar suas terras sem o reconhecimento adequado de seus direitos, o que os torna ainda mais vulneráveis a abusos.

De acordo com o relatório "Mudança Climática 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade" do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)³⁸, os países menos desenvolvidos, responsáveis por uma pequena fração das emissões globais de gases de efeito estufa, são desproporcionalmente afetados pelos impactos das mudanças climáticas. Essas nações enfrentam desafios significativos devido à sua maior vulnerabilidade e menor capacidade de adaptação. Países com menos recursos e infraestrutura, essas nações enfrentam dificuldades extremas para se adaptar, o que agrava a desigualdade global. A pobreza, a falta de acesso a serviços essenciais e a fragilidade dos sistemas políticos e econômicos aumentam a vulnerabilidade desses países, tornando-os particularmente suscetíveis a danos causados por eventos climáticos, como desastres naturais e mudanças nos padrões de produção agrícola.

A assimetria entre os emissores de gases de efeito estufa e aqueles que sofrem suas consequências evidencia uma das principais injustiças das mudanças climáticas. Esse cenário exige uma resposta coordenada e abrangente, que vá além de medidas paliativas. Uma abordagem global, centrada nos princípios da justiça climática, é essencial para garantir que os países vulneráveis recebam compensações financeiras adequadas e acesso a tecnologias que lhes permitam mitigar e se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.

O financiamento climático, conforme acordado no Acordo de Paris (2015),³⁹ deve ser mais do que uma promessa, mas uma prática efetiva e contínua, para que os direitos humanos das populações mais afetadas sejam respeitados e protegidos. A falta de ação e a inação diante dessa crise representam não apenas uma falha na proteção ambiental, mas uma grave violação dos direitos fundamentais das pessoas.

Os avanços tecnológicos, por sua vez, embora tragam benefícios, também geram novos desafios em termos de privacidade e segurança individual. O uso indiscriminado de dados pessoais e o monitoramento em larga escala levantam questões sobre os limites da intervenção estatal e a preservação da liberdade individual em um mundo cada vez mais conectado. Esses avanços, embora tenham proporcionado inúmeros benefícios, também trouxe novos desafios significativos para a proteção dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito à

³⁸ Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>, acesso Dez 2024.

³⁹ Acordo de Paris. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>, Acesso em: 16 jan. 2025.

privacidade e à segurança dos dados pessoais. A coleta em massa de informações por empresas e governos, muitas vezes sem o consentimento explícito dos indivíduos, representa uma violação direta do direito à privacidade, como estabelecido no artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Artigo 12º Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.⁴⁰

Em um contexto em que a tecnologia permeia todos os aspectos da vida cotidiana, a exposição de dados pessoais torna-se uma preocupação crescente, exacerbada pela falta de regulamentações adequadas para proteger os indivíduos de abusos. Casos como o da Cambridge Analytica⁴¹, em que dados de milhões de usuários foram utilizados de maneira ilícita para influenciar eleições e manipular processos democráticos, exemplificam a gravidade dessa ameaça. A utilização indevida de informações pessoais para fins políticos ou comerciais não só mina a confiança pública, como também enfraquece os fundamentos da democracia, colocando em risco a liberdade e a autonomia dos indivíduos⁴². Esses exemplos ilustram a necessidade urgente de regulamentações mais eficazes e de maior transparência nas práticas de coleta e utilização de dados.

A inteligência artificial (IA), embora promissora e capaz de oferecer avanços em diversas áreas, apresenta riscos consideráveis para os direitos humanos. A discriminação algorítmica, onde sistemas automatizados reproduzem ou até ampliam preconceitos existentes, é uma das maiores preocupações. A falta de transparência nas decisões automatizadas, que afetam áreas como recrutamento, justiça criminal e acesso a serviços essenciais, gera um cenário em que indivíduos podem ser prejudicados sem entender o raciocínio por trás das decisões que os afetam. Tais práticas podem agravar desigualdades sociais e econômicas, tornando os sistemas automatizados uma ferramenta de exclusão, em vez de inclusão.

⁴⁰ ONU. Tradução oficial, united nations high commissioner for human rights. <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>, acesso jan. 2025.

⁴¹ A Cambridge Analytica é uma empresa de análise de dados que trabalhou com o time responsável para campanha do republicano Donald Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos. Na Europa a empresa foi contratada pelo grupo que promovia o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia).

⁴² Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do facebook e o colocou na mira de autoridades, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. acesso novembro 2024.

Para lidar com esses desafios, a implementação de regulamentações mais robustas se torna fundamental. A Regulamentação Geral de Proteção de Dados (GDPR)⁴³ da União Europeia serve como um modelo a ser seguido, pois estabelece diretrizes claras para a coleta, o uso e a proteção de dados pessoais, garantindo que os direitos dos indivíduos sejam respeitados no contexto de inovação tecnológica. Além de aumentar a responsabilidade das empresas, a GDPR assegura que os cidadãos tenham maior controle sobre suas informações, estabelecendo um equilíbrio entre o avanço tecnológico e a preservação dos direitos humanos. No entanto, a adoção de tais regulamentos precisa ser ampliada globalmente, com a cooperação entre governos e organizações internacionais, para garantir que a tecnologia sirva como um meio de empoderamento, e não como uma ferramenta de violação dos direitos fundamentais.

A fragilidade das instituições e a governança ineficaz em diversas regiões do mundo dificultam a implementação e a proteção dos direitos humanos. Em muitos casos, a corrupção e a falta de transparência contribuem para o agravamento de violações, tornando ainda mais difícil a construção de um sistema justo e responsável. O retrocesso democrático e a erosão de direitos são fenômenos observados em várias partes do mundo, onde regimes autoritários ou políticas repressivas ameaçam as conquistas históricas no campo dos direitos humanos, comprometendo a liberdade, a igualdade e a justiça.

Essa fragilidade é um dos principais fatores que contribuem para a violação dos direitos humanos em diversos países. Sistemas judiciais frágeis e a falta de independência nas instituições governamentais comprometem a capacidade do Estado de garantir a proteção da população, criando um ambiente propício para abusos de poder. A corrupção, em particular, é um elemento corrosivo que enfraquece a confiança pública nas instituições e impede a implementação de políticas eficazes de proteção dos direitos humanos.

Relatórios da Transparency International (2023)⁴⁴ indicam que países com altos níveis de corrupção tendem a apresentar menores índices de respeito aos direitos humanos, evidenciando a estreita relação entre práticas de governança desonestas e a violação dos direitos fundamentais. A ausência de mecanismos adequados de controle e transparência favorece a perpetuação de abusos por parte de autoridades públicas, como forças de segurança e

⁴³ UE. Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/general-data-protection-regulation-gdpr.html>, Acesso Jan 2025.

⁴⁴ Transparency International. Índice de Percepção de Corrupção 2023. Disponível em: https://www.transparency.org/en/cpi/2023?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA4L67BhDUARIsADWrl7HTQhmeuLkXnDta6liFVqfV4reoE70pUggCVi2MaxIO6aQxZxJqOE4aAr7QEALw_wcB. Acesso em: 28 dez. 2024.

funcionários governamentais. Esses abusos podem incluir violência policial, discriminação, repressão política e outros atos que comprometem a dignidade humana.

A falta de responsabilização e fiscalização permite que tais práticas se espalhem sem consequências, agravando a desconfiança da população nas instituições e minando a legitimidade do governo. Em contextos de fragilidade institucional, os direitos das minorias, das mulheres e dos grupos marginalizados são frequentemente os mais vulneráveis, pois as instituições encarregadas de sua proteção muitas vezes estão sobrecarregadas ou corrompidas.

A construção de instituições fortes, transparentes e democráticas é, portanto, fundamental para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Instituições judiciais independentes e mecanismos eficazes de controle e fiscalização são essenciais para garantir que os abusos sejam punidos e que os cidadãos possam exercer seus direitos sem medo de represálias.

A transparência, por sua vez, permite que os cidadãos acompanhem as ações do governo e participem ativamente na defesa de seus direitos. Para que os direitos humanos sejam protegidos de forma eficaz, é imprescindível que os Estados invistam na construção de um sistema institucional sólido, no qual a justiça e a equidade prevaleçam.

Além dos aspectos citados, é importante mencionar também a ascensão de regimes autoritários, que também constituem um problema para os Direitos Humanos. A ascensão de regimes autoritários tem gerado retrocessos alarmantes no campo dos direitos humanos, com um impacto negativo em diversas regiões do mundo. Muitos desses governos utilizam narrativas nacionalistas como justificativa para repressões políticas, restrições à liberdade de expressão e ações que enfraquecem a independência do judiciário.

Tais medidas visam consolidar o poder de líderes autocráticos e limitar a participação democrática, comprometendo a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. O relatório de 2023 da Freedom House ⁴⁵revela que 2022 foi o 17º ano consecutivo de declínio global da liberdade, evidenciando o fortalecimento de tendências autoritárias e a erosão das liberdades civis em uma série de países. O enfraquecimento das instituições democráticas e o cerceamento da liberdade de imprensa são estratégias comuns de regimes autoritários para silenciar a oposição e controlar a narrativa pública.

⁴⁵ NEW REPORT: Global Freedom Declines for 17th Consecutive Year, but May Be Approaching a Turning Point. Disponível em: <https://freedomhouse.org/article/new-report-global-freedom-declines-17th-consecutive-year-may-be-approaching-turning-point>. Acesso Dezembro de 2024.

A liberdade de expressão, direito essencial para o pleno exercício da cidadania, é muitas vezes restringida por leis de censura e intimidação, enquanto os sistemas judiciários independentes são minados por nomeações políticas que comprometem sua imparcialidade. O avanço desses retrocessos exige uma resposta firme da comunidade internacional e das instituições democráticas, para garantir que os direitos humanos não sejam sacrificados em nome de agendas políticas autoritárias.

Para conter esse retrocesso e reverter as tendências antidemocráticas, é crucial fortalecer os sistemas democráticos e a participação cidadã. Promover a educação em direitos humanos é uma medida essencial, pois capacita as pessoas a compreenderem seus direitos e a lutar pela sua proteção. Além disso, a sociedade civil deve desempenhar um papel ativo como um contrapeso às tendências autoritárias, por meio de manifestações, pressões políticas e advocacia por reformas.

O fortalecimento das instituições democráticas e a conscientização sobre a importância dos direitos humanos são fundamentais para preservar as liberdades individuais e coletivas em um contexto global de crescente autoritarismo. Esses desafios, interligados e multifacetados, exigem uma resposta coordenada e urgente da comunidade internacional, bem como um compromisso renovado com a defesa e a promoção dos direitos humanos em todos os níveis.

2.2. Direitos nacionais e práticas burocráticas *versus* os direitos humanos

A relação entre direitos nacionais, práticas burocráticas e direitos humanos tem sido amplamente debatida nas ciências sociais, no direito internacional e nas políticas públicas. Com o avanço da globalização e o aumento dos fluxos migratórios, essas tensões ganham ainda mais destaque nas discussões sobre justiça global e o papel dos Estados na proteção ou violação dos direitos fundamentais. Em um cenário de profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, marcado por instabilidades, as migrações internacionais se tornaram uma resposta inevitável às condições precárias vividas por milhões de pessoas, especialmente em países do Sul global, muitas vezes forçadas por circunstâncias adversas.

Ao buscar melhores condições de vida fora de seus países de origem, migrantes e refugiados frequentemente se veem diante de estruturas estatais que impõem rígidos sistemas de controle e regulamentação. Tais mecanismos priorizam a defesa da soberania nacional e a proteção da segurança interna, muitas vezes em detrimento dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos. Essa tensão revela uma contradição central nas políticas migratórias contemporâneas: enquanto a mobilidade humana responde a necessidades urgentes, como a

sobrevivência e a dignidade, os Estados tendem a reagir com dispositivos legais e administrativos que reforçam suas fronteiras e limitam o acesso ao território.

Os chamados direitos nacionais consistem em prerrogativas dos Estados soberanos para organizar e gerir tanto suas relações internas quanto as externas. Entre essas prerrogativas está o poder de controlar suas fronteiras, definir critérios para entrada, permanência e expulsão de migrantes e estabelecer normas específicas que regulam a circulação de pessoas. Para operacionalizar esses direitos, os Estados recorrem a práticas burocráticas, expressas por meio de documentos obrigatórios como passaportes e vistos, entrevistas consulares, investigações de antecedentes criminais e procedimentos para concessão de autorizações de trabalho e residência. Além disso, os processos de deportação tornam-se ferramentas de exclusão aplicadas àqueles que não preenchem os requisitos estabelecidos pela legislação nacional.

Sob o amparo do direito internacional, tais práticas são geralmente justificadas pelos princípios da soberania territorial e da autodeterminação dos povos, fundamentos que asseguram aos Estados a autoridade de decidir quem pode ou não integrar sua comunidade política. No entanto, essa autoridade frequentemente colide com os compromissos assumidos em tratados internacionais de proteção aos Direitos Humanos, revelando os limites da compatibilização entre o exercício da soberania e a garantia da dignidade das pessoas em mobilidade.

Em contraste, os direitos humanos são inalienáveis e pertencem a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, etnia, raça, religião ou qualquer outra condição. Esta concepção tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, um marco adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas que estabelece os direitos fundamentais universais.

O **Artigo 1º** estabelece que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotados de razão e de consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." Esse princípio reflete a dignidade inerente a todos, sem qualquer distinção. Já o **Artigo 2º** afirma que "todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição." Essa passagem garante que os direitos estabelecidos devem ser aplicados de maneira universal e sem discriminação.

Portanto, os Direitos humanos transcendem fronteiras e divisões sociais, afirmando a dignidade e a igualdade como princípios fundamentais nas relações entre indivíduos e Estados. Eles estão consagrados em importantes instrumentos internacionais, como o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP)**⁴⁶ e o **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)**⁴⁷. Esses documentos estabelecem direitos essenciais que devem ser respeitados, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à dignidade, à igualdade perante a lei e à não discriminação. Além disso, o direito de buscar asilo e o princípio da não devolução (*non-refoulement*), consagrado na **Convenção de Genebra de 1951**⁴⁸, reforçam o arcabouço de proteção dos direitos humanos no contexto migratório.

A tensão entre direitos nacionais e direitos humanos se agrava quando práticas burocráticas de controle migratório acabam violando esses direitos fundamentais. Isso ocorre de várias formas: condições desumanas em centros de detenção, rejeição sumária de pedidos de asilo, separação forçada de famílias e até a criminalização da migração irregular. Em muitos casos, migrantes e refugiados são tratados como ameaças à segurança nacional, e as políticas migratórias refletem uma lógica de exclusão, discriminação e xenofobia, ao invés de serem orientadas pela dignidade humana e respeito aos direitos fundamentais. Essas políticas restritivas são frequentemente justificadas por governos em nome da segurança, coesão social e proteção do mercado de trabalho. No entanto, tal justificativa negligencia que os Direitos Humanos devem ser garantidos a todos, independentemente de sua condição migratória.

Um exemplo claro da tensão entre direitos humanos e práticas burocráticas é o tratamento dado a migrantes e refugiados que atravessam fronteiras em busca de proteção ou melhores condições de vida. Em muitos países, essas pessoas enfrentam longos e complexos procedimentos burocráticos que dificultam o acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho. Além disso, enfrentam desafios como separação familiar, detenção em centros frequentemente degradantes e deportações realizadas sem o devido processo legal. Um caso emblemático é o dos Estados Unidos durante a administração Trump.

⁴⁶Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights>, Acesso em: 16 jan. 2025.

⁴⁷Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights>, Acesso em jan. 2024.

⁴⁸ Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de Genebra de 1951). Adotada em 28 de julho de 1951. Disponível em: <https://www.unhcr.org/1951-refugee-convention.html>, Acesso nov 2025.

A política de "tolerância zero", implementada no primeiro mandato de Donald Trump, resultou na separação de crianças dos seus pais⁴⁹, sendo amplamente criticada por organizações internacionais e defensores dos Direitos Humanos. Essa prática gerou graves repercussões humanitárias. Em 2021, com a posse de Joe Biden, foi criada uma força-tarefa para reunir famílias separadas, e Biden chamou o ocorrido de uma "tragédia humana", comprometendo-se a reparar os danos causados. No entanto, dados do Departamento de Segurança Interna revelam que, até hoje, quase mil crianças continuam separadas de seus pais, e apenas 148 estão em processo de reunificação. Essa situação evidencia os desafios logísticos e administrativos envolvidos.

Além das dificuldades administrativas, as consequências para as crianças separadas vão muito além. Estudos mostram que essas experiências podem causar traumas psicológicos profundos, incluindo transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e dificuldades de apego emocional. A ausência de registros adequados durante a implementação da política dificultou ainda mais o rastreamento das famílias, prolongando o sofrimento e complicando os esforços de reunificação. A política de separação de 2018 foi condenada internacionalmente por violar os direitos fundamentais de crianças e famílias migrantes, em desacordo com tratados como a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Embora os Estados Unidos sejam signatários, ainda não ratificaram a Convenção, o que contribui para a ausência de salvaguardas capazes de prevenir práticas prejudiciais. Nesse contexto, a burocracia se apresenta como um mecanismo de exclusão, dificultando o acesso dos migrantes a direitos fundamentais. A complexidade e a falta de transparência nos procedimentos reforçam a marginalização, especialmente para aqueles que não possuem recursos ou conhecimento para navegar pelos sistemas de imigração. Além disso, a burocracia pode atuar como ferramenta de discriminação, criando obstáculos específicos para determinadas nacionalidades ou grupos étnicos. Esse cenário demonstra como práticas burocráticas, muitas vezes associadas à pretensa neutralidade administrativa, calcadas no direito nacional, podem intensificar desigualdades e comprometer direitos fundamentais, aprofundando os impactos negativos sobre migrantes e refugiados.

⁴⁹ Quase 1.000 crianças imigrantes separadas da família no governo Trump ainda não viram os pais. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quase-mil-criancas-migrantes-separadas-por-trump-ainda-nao-encontraram-os-pais/>. Acesso em janeiro de 2024.

A interseção entre direitos nacionais, práticas burocráticas e Direitos Humanos suscita reflexões cruciais acerca do papel do Estado-nação e de sua responsabilidade em um contexto globalizado. A noção de que os Estados detêm o direito soberano de controlar suas fronteiras está profundamente consolidada no ordenamento internacional; entretanto, o exercício desse direito não pode ocorrer à custa da violação dos Direitos Humanos. Com o avanço da globalização, a interdependência entre as nações se tornou mais acentuada, e os movimentos migratórios representam uma das expressões mais evidentes dessa configuração mundial. Apesar disso, muitos Estados, em vez de implementarem políticas que reconheçam e assegurem os direitos fundamentais dos migrantes, recorrem a estratégias que acentuam a exclusão e a marginalização dessas populações. Tal abordagem acaba por reforçar dinâmicas históricas de desigualdade e perpetuar situações de injustiça que contrariam os princípios universais de dignidade e proteção da pessoa humana.

A tensão entre direitos nacionais e Direitos Humanos no contexto das migrações internacionais aponta para a necessidade de uma reavaliação das políticas migratórias e das práticas burocráticas associadas. O equilíbrio entre a soberania nacional e a proteção dos direitos humanos deve ser buscado de forma a garantir que migrantes e refugiados sejam tratados com dignidade e respeito, independentemente de sua condição legal. Isso exige repensar as práticas burocráticas que limitam o acesso a direitos fundamentais e promover políticas que reconheçam a migração como um fenômeno intrínseco à globalização, e não como uma ameaça à segurança. A justiça global só será alcançada com um compromisso real com a igualdade e dignidade para todos, e isso depende da centralidade dos direitos humanos nas políticas migratórias.

Os Direitos Humanos são princípios universais que reconhecem a dignidade e os direitos inalienáveis de todos os indivíduos, sem exceção. Esses direitos estão formalizados em instrumentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). No contexto migratório, esses direitos visam proteger os migrantes contra abusos, discriminação e exploração, além de assegurar o acesso a serviços essenciais como educação, saúde e moradia. A discriminação contra migrantes continua sendo um obstáculo relevante, mas o arcabouço dos direitos humanos oferece uma base sólida para enfrentar essa injustiça.

O artigo 2º da DUDH, por exemplo, garante que todos os indivíduos tenham direito a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem discriminação de qualquer tipo, inclusive com relação à nacionalidade. Este princípio é crucial para assegurar que os migrantes não sejam tratados de maneira desigual ou injusta devido à sua origem ou status migratório.

Artigo 2º: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.⁵⁰

Apesar dos avanços no reconhecimento formal dos direitos dos migrantes, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios consideráveis. Muitos migrantes se deparam com intolerância e discriminação nas comunidades que os acolhem, o que não só dificulta a integração, como também restringe o acesso a oportunidades fundamentais. Além disso, políticas rigorosas de controle de fronteiras frequentemente resultam na violação de direitos humanos básicos, como detenções arbitrárias e deportações sumárias, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e incerteza.

Para aqueles sem documentos legais, as barreiras são ainda mais severas, especialmente no acesso a serviços essenciais como saúde e educação, privando-os de direitos fundamentais necessários para sua dignidade e bem-estar. Os direitos humanos são cruciais na questão migratória porque oferecem um arcabouço legal e ético que visa garantir a proteção da dignidade e dos direitos fundamentais dos migrantes. Em um cenário onde milhões de pessoas são forçadas a deixar suas casas por causa de conflitos, perseguições, desastres naturais ou em busca de melhores oportunidades, os direitos humanos fornecem a base para assegurar que esses indivíduos sejam tratados com respeito e justiça em todas as etapas de sua jornada migratória.

⁵⁰ ONU. Tradução oficial, united nations high commissioner for human rights. <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>, acesso dez 2024.

Entretanto, a implementação efetiva desses direitos enfrenta obstáculos significativos. A discriminação e a xenofobia são desafios comuns enfrentados por muitos migrantes ao tentarem se integrar em novos países. As políticas de controle de fronteiras podem comprometer os direitos humanos, resultando em detenções arbitrárias e na separação de famílias, incluindo crianças. Além disso, o acesso a serviços básicos como saúde, educação e trabalho é frequentemente limitado, especialmente para migrantes em situação irregular.

Superar esses desafios exige um compromisso contínuo e coordenado entre as comunidades locais, governos nacionais e organizações internacionais. Promover uma abordagem baseada em direitos humanos na migração não apenas protege os direitos individuais dos migrantes, mas também fortalece as sociedades receptoras, enriquecendo-as com diversidade cultural e contribuições econômicas. Construir sociedades mais justas e inclusivas depende de um compromisso coletivo de respeitar e promover os direitos humanos de todos, independentemente de sua origem ou condição de migrante.

A interseção entre direitos nacionais e direitos humanos levanta questões éticas e práticas complexas. Enquanto os direitos nacionais são moldados pelas leis e costumes de cada país, refletindo suas especificidades históricas e culturais, os Direitos Humanos se baseiam em princípios universais como dignidade, igualdade e justiça, que transcendem fronteiras. Esse contraste pode criar tensões, especialmente quando práticas burocráticas destinadas a implementar os direitos nacionais acabam por dificultar o cumprimento dos Direitos Humanos.

Exigências burocráticas em demasia, processos lentos, falta de transparência e a aplicação desigual das leis são problemas recorrentes que podem resultar na violação dos Direitos Humanos, especialmente entre os mais vulneráveis, como migrantes, minorias e pessoas em situação de pobreza. Os Direitos Humanos oferecem um quadro jurídico voltado para a proteção dos indivíduos contra abusos de poder, discriminação e tratamento desumano. Esses direitos são concebidos para proteger a dignidade humana em qualquer contexto, independentemente da nacionalidade, da etnia ou da condição social. Contudo, a implementação efetiva desses direitos encontra desafios concretos nas estruturas administrativas e na soberania estatal.

A soberania nacional é frequentemente utilizada como argumento para justificar a imposição de barreiras burocráticas que podem limitar o acesso aos Direitos Humanos. Governos, em sua busca por proteger interesses nacionais, como segurança e controle de

fronteiras, acabam por criar sistemas complexos que dificultam o acesso a direitos fundamentais. Um exemplo dessa tensão é observado no tratamento⁵¹ de migrantes e refugiados. O pedido de desculpas dos enviados dos Estados Unidos no Haiti, em resposta ao tratamento desumano dado aos migrantes haitianos, revela a necessidade urgente de mudanças nas políticas migratórias. Embora o gesto simbólico tenha sido importante, ele destaca as falhas estruturais nas abordagens adotadas por países desenvolvidos, como os EUA, em relação aos direitos humanos dos migrantes. A tensão entre a segurança nacional e a proteção dos direitos dos indivíduos exige uma reforma mais profunda, com ações que priorizem a dignidade, segurança e bem-estar dos migrantes, não apenas ações punitivas.

A visita de enviados do governo dos Estados Unidos ao Haiti, realizada após o aumento da tensão e das críticas à política migratória americana, foi um momento de reconciliação e reconhecimento dos erros cometidos pelos agentes de fronteira. Em um pedido formal de desculpas, Juan González, assessor de Joe Biden, expressou arrependimento pelo tratamento desumano recebido pelos migrantes haitianos, destacando que o comportamento dos agentes foi inaceitável. Além disso, foi enfatizado que, embora o risco envolvido nas migrações ilegais fosse reconhecido, a resposta das autoridades deveria ser mais sensível às realidades dos migrantes, considerando sua vulnerabilidade em uma jornada marcada por desafios extremos.

Essa visita e os pedidos de desculpas ocorreram no contexto de uma crise migratória que envolvia milhares de haitianos tentando atravessar a fronteira dos Estados Unidos, em busca de melhores condições de vida. As imagens de agentes de fronteira montados em cavalos, usando força excessiva contra os migrantes, geraram indignação tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, provocando uma discussão mais ampla sobre a responsabilidade humanitária e os direitos dos migrantes. Foi, portanto, um reconhecimento tardio da necessidade de reformulação da abordagem dos Estados Unidos em relação aos migrantes haitianos, mas também serviu para reforçar a importância de medidas preventivas mais eficazes para evitar que tais situações se repitam.

Essa desculpa, embora significativa, deve ser vista como um primeiro passo em um processo mais complexo de transformação das políticas migratórias dos Estados Unidos. Essa reflexão não deve se limitar ao âmbito das políticas migratórias americanas, mas ser estendida

⁵¹GAZETA DO POVO. Enviados dos EUA se desculparam no Haiti por tratamento dado a migrantes. Gazeta do Povo, Curitiba, 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/enviados-dos-eua-se-desculpam-no-haiti-por-tratamento-dado-a-migrantes/>, Acesso oct. 2025.

a uma análise mais profunda das responsabilidades internacionais perante os fluxos migratórios forçados.

A burocracia estatal, frequentemente, apresenta-se como um mecanismo de exclusão. Em muitos casos, a lentidão nos processos e a falta de transparência criam um terreno fértil para a corrupção e para a aplicação desigual das leis. Migrantes, por exemplo, podem ser submetidos a um sistema no qual as exigências documentais não consideram suas condições reais, resultando em um ciclo de marginalização. Para grupos minoritários dentro de um país, o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e justiça, pode ser mediado por estruturas burocráticas que os discriminam de forma sistemática.

No entanto, a burocracia também pode ser uma ferramenta para a promoção da justiça social, desde que alinhada aos princípios dos Direitos Humanos. A reforma das estruturas administrativas é essencial para que as práticas governamentais se adequem aos padrões internacionais. Isso envolve não apenas a revisão de leis, mas também a criação de mecanismos de controle e participação cidadã. Uma governança mais inclusiva, que amplie a transparência e a responsabilização, pode garantir que os sistemas burocráticos funcionem como instrumentos de equidade, e não como barreiras para os direitos humanos.

A busca por um equilíbrio adequado entre soberania nacional e proteção dos Direitos Humanos exige uma abordagem integrada. Políticas públicas devem ser desenhadas para harmonizar os interesses locais com os compromissos internacionais. Isso implica em considerar a soberania não como uma justificativa para a violação de direitos, mas como um meio de promover a dignidade humana. A integração de práticas burocráticas eficientes com princípios de direitos humanos não é apenas desejável, mas necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O desafio de conciliar direitos nacionais e Direitos Humanos não é apenas uma questão teórica, mas uma responsabilidade social e política. A construção de um sistema que permita a coexistência entre soberania e proteção universal dos direitos humanos exige esforço conjunto de governos, organizações internacionais e sociedade civil. Por meio de um compromisso contínuo com a justiça e com o respeito à dignidade humana, é possível avançar rumo a um mundo onde todos os indivíduos tenham seus direitos plenamente reconhecidos e respeitados. Tal aspiração, contudo, depende de ações concretas e de uma vontade política que transcende interesses imediatos para priorizar o bem-estar coletivo e a igualdade entre os povos.

3. MIGRAÇÃO HAITIANA DO BRASIL PARA OS EUA

A decisão de haitianos residentes no Brasil de buscar outros destinos foi motivada não apenas pela crise econômica que o Brasil enfrentou a partir de 2015, mas também foi motivada pelas redes de apoio e troca de informações entre os próprios migrantes haitianos. Muitos deles compartilharam relatos de sucesso e histórias de oportunidades em outros países, o que serviu como um incentivo para que muitos seguissem o mesmo caminho, na esperança de encontrar melhores condições de vida. Contudo, é fundamental entender que a migração, embora possa parecer uma saída, não oferece uma solução fácil ou garantida para os desafios que os haitianos enfrentam durante a crise no Brasil. Migrar implica lidar com uma série de novos desafios, como a adaptação a uma nova cultura, idioma e ambiente de trabalho. Além disso, as políticas migratórias em outros países frequentemente apresentam obstáculos, dificultando a entrada e a regularização desses migrantes em seus novos destinos.

Um dos principais destinos almejados pelos haitianos são os Estados Unidos, vistos como um país de oportunidades econômicas e um padrão de vida relativamente elevado. A busca por melhores condições de vida resultou, entre o final de 2015 e o começo de 2016, em um expressivo movimento migratório de haitianos que decidiram atravessar o continente em direção à América do Norte. Entre as rotas para os EUA inicialmente adotadas, a mais utilizada foi a do Brasil até a Nicarágua, de avião, para depois prosseguir por terra rumo à fronteira mexicana. No entanto, a viabilidade desta rota foi comprometida poucos meses depois, quando a Nicarágua passou a exigir visto de entrada para os haitianos.⁵²

Essa mudança nas regras de imigração obrigou os migrantes a buscar caminhos alternativos, frequentemente mais longos, perigosos e dispendiosos. Diante dessa nova restrição, uma rota mais longa e arriscada ganhou destaque. Os migrantes começaram a viajar por terra do Brasil até o México, passando por diversos países no caminho. Essa rota envolvia atravessar regiões extremamente perigosas, incluindo a densa e remota floresta do Darién, que se estende na fronteira entre a Colômbia e o Panamá. A travessia pelo Darién, considerada uma das mais perigosas do mundo, expõe os migrantes a uma série de riscos, como a presença de grupos armados, animais selvagens, além das condições climáticas imprevisíveis e adversas. Com cerca de 5 (cinco) mil quilômetros quadrados, a selva do Darién é uma das últimas áreas

⁵² JESUS, A. D. de. Fronteiras e atravessamentos: experiências migratórias de haitianos em Tijuana, México. Formação (Online), v. 26, n. 49, p. 85-105, 2019.

intocadas da América Central. Sua geografia inclui florestas tropicais densas, montanhas íngremes e uma rede intrincada de rios, tornando essa travessia um verdadeiro teste de resistência física e emocional para quem tenta alcançar os Estados Unidos.

Sua topografia acidentada e a densa vegetação tornam a navegação quase impossível para aqueles que desconhecem a região. Apesar dessas dificuldades, a floresta é também um paraíso ecológico, abrigando uma biodiversidade notável, com inúmeras espécies vegetais e animais que prosperam nesse ecossistema isolado. Para além do seu valor ambiental, Darién tem uma importância geopolítica e humanitária imensa. Como uma barreira natural entre as Américas Central e do Sul, a região impacta diretamente as dinâmicas de migração e segurança. Ao mesmo tempo, para muitos migrantes, ela se tornou uma rota perigosa, mas inevitável, em busca de um futuro melhor nos Estados Unidos. Nessa travessia arriscada, os migrantes se expõem a ameaças que vão muito além dos perigos naturais. Grupos criminosos operam na região, aproveitando-se de sua geografia isolada e da falta de vigilância eficiente por parte dos Estados.

Organizações internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) têm alertado repetidamente sobre as condições enfrentadas pelos migrantes na travessia do Darién. Elas relatam crimes cometidos por esses grupos criminosos, que incluem tráfico de pessoas, abusos sexuais, roubo e extorsão. A vulnerabilidade dos migrantes é evidente, uma vez que muitos não dispõem de recursos financeiros além dos mobilizados para migrar ao fugir de situações desesperadoras em seus países de origem. Na selva enfrentam novas situações de violência e exploração. Esses perigos não afetam apenas os migrantes; as comunidades locais também sofrem com a presença desses grupos. A instabilidade gerada pelas atividades criminosas prejudica ainda mais uma região já marcada pela pobreza e pela marginalização.

Apesar dos riscos, os migrantes, em sua maioria haitianos, continuam a avançar, movidos por uma esperança inabalável. Para eles, a travessia de Darién é apenas mais uma barreira em uma jornada cheia de incertezas, mas que representa a possibilidade de uma vida digna e segura, “o sonho americano”. As histórias que circulam entre os migrantes, de compatriotas que conseguiram chegar aos Estados Unidos e estabelecer novas vidas, alimentam essa esperança. O desejo de escapar de situações de violência, pobreza extrema e falta de oportunidades justifica o sacrifício, mesmo que o preço seja colocar suas próprias vidas em risco.

As informações e dados objetivos somados aos relatos colhidos em entrevistas realizadas e a pesquisa participativa utilizada para a elaboração dessa Dissertação fornecem um retrato quase preciso da dinâmica da migração haitiana para os EUA. Essa dinâmica complexa – que combina migração forçada, ameaças de segurança e questões ambientais – exige uma resposta coordenada. A proteção dos Direitos Humanos dos migrantes deveria ser uma prioridade. Agências internacionais, como o ACNUR, e governos locais procuram trabalhar juntos para enfrentar essas situações de maneira eficaz, para garantir a segurança dos migrantes e combater a impunidade dos grupos criminosos. No entanto, faltam políticas migratórias, que ofereçam alternativas seguras e legais para aqueles que buscam refúgio e migram para outros países. O comprometimento com esses princípios é essencial para construir um futuro em que migrantes não precisem colocar suas vidas em risco ao pegar o caminho (Pran Wout).

3.1. Pegar o caminho – *Pran Wout La*: Rotas e Riscos

O termo "*Wout*" no kreyòl haitiano possui uma riqueza de significados que variam de acordo com o contexto em que é utilizado. Pode se referir tanto a um percurso literal quanto a uma trajetória simbólica, como em "*Ou pran yon bon wout*" (pegou um bom caminho) é uma expressão que transmite a ideia de estar no caminho certo, seja no sentido literal ou figurado. Ela pode ser usada em contextos diversos, como motivação, reconhecimento de boas escolhas ou até mesmo como um incentivo para continuar. Pode indicar progresso ou escolhas acertadas na vida. Expressões como "*Mwen nan wout, map vini, mwen prale*" (Estou a caminho, estou vindo, estou indo) ilustram seu uso mais comum, referindo-se ao deslocamento físico de um lugar para outro. Apesar dessa ampla variedade de sentidos, "*Wout*" raramente é empregado para descrever o ato de deixar o Haiti em busca de novas oportunidades. Para esse contexto específico, os haitianos utilizam o verbo "*pati*", que carrega uma conotação clara de partida, saída do Haiti.

O uso de "*Wout*" para descrever migrações de longo percurso, especialmente em direção aos Estados Unidos, é um fenômeno linguístico relativamente recente. Essa associação emergiu devido às características extremas da rota entre o Brasil e os Estados Unidos, que é em grande parte terrestre e marcada por desafios. O trajeto inclui a travessia do perigoso Darién Gap, um dos trechos mais emblemáticos dessa jornada. Curiosamente, apesar de muitos haitianos terem percorrido trajetos terrestres para chegar ao Brasil durante o período de maior fluxo migratório, o termo "*wout*" não foi amplamente utilizado para descrever esses deslocamentos.

No início das migrações do Brasil para os Estados Unidos, quando ainda era possível realizar parte do trajeto de avião, com voos do Brasil para a Guatemala, o termo "wout" não era empregado. O deslocamento aéreo não parecia carregar o mesmo peso simbólico que o percurso terrestre, caracterizado por esforços físicos extremos, incertezas e perigos. A expressão "pran wout" (pegar o caminho) começou a ganhar força entre os haitianos à medida que a migração terrestre se consolidava como uma experiência coletiva profundamente marcante. Nos dias atuais, mesmo com a existência de novas opções de rotas, como os voos diretos do Brasil para a Nicarágua, muitos haitianos ainda não consideram que tenham "pegado o caminho" caso não enfrentem a parte terrestre do percurso entre a Nicarágua e o México.

Essa percepção reflete um significado que vai além do literal: "pran wout" não se refere apenas ao deslocamento físico, mas encapsula as vivências compartilhadas e os desafios enfrentados ao longo do trajeto. Trata-se de uma experiência que transcende a viagem em si, incorporando elementos de sacrifício, resiliência e sobrevivência. A jornada terrestre exige atravessar fronteiras, lidar com autoridades imigratórias, enfrentar condições climáticas adversas e, muitas vezes, depender de redes de apoio informais para sobreviver. Essa realidade contrasta com a experiência de quem opta por rotas predominantemente aéreas, consideradas menos extenuantes e menos representativas da narrativa de resistência associada ao "wout".

Outro aspecto relevante é a mudança na percepção linguística dentro da própria comunidade haitiana. O termo "wout" assumiu um significado mais específico no contexto migratório contemporâneo, sendo utilizado para designar a rota que conecta o Brasil aos Estados Unidos, uma trajetória marcada por desafios extremos e significados profundos. Mais do que um simples percurso geográfico, "wout" tornou-se uma metáfora de resistência e determinação, refletindo a bravura de homens e mulheres que, movidos pela busca de melhores condições de vida, enfrentam perigos e incertezas ao longo do caminho.

Conforme relatou Samuel, em sua entrevista, "*se fanm ak gason vanyan ki pran wout sa a, li pa pou nenpòt moun*" (são mulheres e homens valentes que trilham esse caminho; ele não é para qualquer pessoa). Ele explicou que, embora muitos consigam chegar à Colômbia e se aproximar do rio, alguns desistem nesse ponto, indicando que, em sua percepção, a travessia do rio Darien é apenas um pequeno obstáculo em comparação aos desafios que aguardam mais adiante. Essa afirmação evidencia o caráter extraordinário dessa jornada, que não se limita a exigências físicas, mas também requer uma coragem inabalável, equilíbrio emocional e determinação contínua.

O testemunho de Jean Robert, haitiano de 46 anos, oferece um retrato claro das dificuldades enfrentadas por famílias migrantes em sua tentativa de reconstrução de vida em novos territórios. Sua trajetória ilustra, os desdobramentos emocionais e institucionais da migração. Jean Robert relatou ter realizado duas tentativas de alcançar os Estados Unidos, motivado pela busca de melhores condições socioeconômicas e pela intenção de manter a família unida. A primeira dessas tentativas ocorreu em 2016, quando ele, sua esposa e seus dois filhos saíram do Brasil rumo ao território norte-americano. Contudo, ao atravessar a fronteira, foi detido pelas autoridades de imigração e passou quase quatro meses sob custódia antes de ser deportado de volta ao Haiti. Em contrapartida, sua esposa e filhos, que o acompanhavam, foram autorizados a permanecer nos Estados Unidos.

Esse episódio evidencia a lógica fragmentadora das políticas migratórias que, ao invés de protegerem o núcleo familiar, muitas vezes contribuem para sua desarticulação. A separação compulsória, somada ao sentimento de impotência diante das decisões dos sistemas de controle migratório, deixa marcas profundas nas vidas daqueles que vivenciam esses processos. A história de Jean Robert representa o drama coletivo de inúmeras famílias haitianas que, mesmo diante de incertezas e riscos constantes, persistem na tentativa de alcançar um ambiente onde possam exercer plenamente seus direitos e oferecer estabilidade aos seus entes queridos.

O retorno forçado ao Haiti o colocou diante de uma realidade desoladora. Sem a presença de sua família e enfrentando as condições socioeconômicas e de segurança cada vez mais deterioradas no país, Jean Robert tomou a decisão de não permanecer em sua terra natal. Assim, em 2018 optou por um novo deslocamento, retornando ao México com a intenção de tentar ingressar novamente nos Estados Unidos, mesmo ciente dos riscos e incertezas associados a essa jornada. A decisão de Jean Robert reflete uma escolha difícil e, ao mesmo tempo, comum entre os migrantes haitianos: enfrentar riscos significativos na tentativa de manter ou reunir suas famílias, em vez de aceitar as condições adversas e muitas vezes insuportáveis do Haiti contemporâneo. A deterioração das condições de vida no país, marcada por crises políticas, violência generalizada e uma economia estagnada, força muitos haitianos a considerar a migração como a única alternativa viável para alcançar um futuro mais seguro e estável.

O "caminho", nesse contexto, deixa de ser apenas uma rota geográfica e se transforma em uma experiência carregada de simbolismo e sacrifício. É uma jornada que exige resiliência, coragem e determinação. Jean Robert não apenas arriscou sua segurança física em sua segunda

tentativa de cruzar fronteiras, mas também enfrentou o peso emocional de viver separado de sua família, com a esperança de que a perseverança pudesse, eventualmente, recompensá-lo com a reunião familiar em terras norte-americanas. Sua narrativa também ilustra as complexidades e os dilemas enfrentados pelos migrantes haitianos ao longo de sua jornada. A deportação, uma política aplicada de forma indiscriminada, pode separar famílias e forçar indivíduos a retornarem a contextos de risco. Nesse cenário, a escolha de migrar novamente não é apenas uma questão de buscar melhores condições econômicas, mas também um ato de resistência contra as adversidades impostas por sistemas migratórios rígidos e, muitas vezes, desumanos.

Jean Robert reflete sobre suas decisões com clareza e humanidade, revelando a complexidade de suas escolhas no contexto da migração. Segundo ele, se tivesse sido deportado juntamente com a esposa e os filhos, sua postura seria diferente. Nesse cenário, ele não teria se arriscado a retornar aos Estados Unidos, pois não desejaria submeter seus filhos novamente à experiência traumática que vivenciaram durante a primeira tentativa de migração. Para ele, proteger a integridade emocional e física de seus filhos teria sido uma prioridade absoluta.

Diante dessa possibilidade, Jean Robert afirma que teria optado por retornar ao Brasil, país onde já havia residido anteriormente, buscando reconstruir sua vida em condições menos adversas. Ele reconhece que o Brasil, embora não representasse a realização plena de suas aspirações, ainda oferecia um ambiente mais estável em comparação ao Haiti, país que enfrenta uma crise política e socioeconômica devastadora. Para Jean Robert, essa alternativa teria sido mais sensata, especialmente por permitir que seus filhos tivessem uma infância menos marcada por privações e traumas. Ele também pondera que, caso as condições no Haiti melhorem substancialmente no futuro, consideraria a possibilidade de retornar ao seu país de origem. Essa declaração evidencia o profundo vínculo que muitos haitianos mantêm com sua terra natal, mesmo diante de desafios extremos.

Jean Robert não descarta a ideia de um retorno definitivo ao Haiti, mas deixa claro que essa decisão só seria viável em um cenário onde o país oferecesse segurança, estabilidade e oportunidades dignas para ele e sua família. Essa reflexão traz à tona um aspecto fundamental das experiências migratórias: a capacidade de adaptação e resiliência dos migrantes frente às circunstâncias. Para Jean Robert, cada decisão é tomada com base em uma análise cuidadosa das condições ao seu redor, sempre priorizando o bem-estar de sua família.

A experiência de Jean Robert é representativa de uma realidade mais ampla, coletiva, enfrentada por milhares de haitianos que tentam reconfigurar suas vidas em meio a condições extremamente adversas. Sua determinação em buscar a reunião familiar, mesmo diante de tantas dificuldades, evidencia os profundos vínculos que sustentam a migração haitiana: a busca por dignidade, segurança e uma chance de reconstruir a vida em um ambiente mais promissor. Assim, a história de Jean Robert não é apenas um testemunho das dificuldades da migração, mas também um relato de coragem, resiliência e amor inabalável pela família. Trata-se, acima de tudo, de um esforço contínuo para preservar a dignidade, a segurança e os laços familiares em meio a desafios extraordinários.

Assim, "*pran wout la*" que significa literalmente "pegar o caminho," é uma expressão carregada de significados atuais para a comunidade haitiana no Brasil. Ela reflete a realidade daqueles que decidem deixar o Brasil em busca de uma vida melhor nos Estados Unidos. Essa jornada, muito mais do que apenas uma travessia física por diversos países da América Latina, representa uma busca desesperada por oportunidades e dignidade. Para muitos haitianos, os Estados Unidos são vistos como a terra das oportunidades, um destino que promete melhores condições de trabalho e uma chance de reconstruir suas vidas. As redes de comunicação entre os migrantes e suas comunidades de origem têm um papel fundamental nesse processo, pois é através delas que informações cruciais sobre rotas, condições e experiências são compartilhadas, incentivando outros a seguir o mesmo caminho, embora esses relatos de "êxito" possam trazer visões parciais e imprecisas sobre a vida nos EUA.

O trajeto em si é longo e repleto de perigos. Ele começa no Brasil, onde os migrantes, muitos dos quais trabalharam por anos no país sul-americano, partem rumo a uma travessia cheia de incertezas. As rotas e riscos nem sempre são conhecidas nessas viagens que envolvem trajetos por terra ou avião, passando por países como Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Panamá, Guatemala e México. A fase inicial da viagem, apesar de ser menos arriscada, exige dos migrantes habilidades para lidar com uma burocracia rígida e controles fronteiriços cada vez mais rigorosos. Muitos enfrentam dificuldades para conseguir documentos de viagem adequados, forçando-os a recorrer a alternativas perigosas, como a contratação de coiotes, os traficantes de pessoas que prometem passagens seguras, mas muitas vezes colocam os migrantes em situações de vulnerabilidade extrema.

Tornar mais claras essas rotas e riscos impõem-se como tarefa acadêmica no estudo das migrações contemporâneas, aí compreendida haitiana para os EUA. O mapeamento de rotas e

riscos constitui uma ferramenta estratégica indispensável para a compreensão das dinâmicas migratórias contemporâneas, sobretudo em contextos de deslocamentos. Em um cenário marcado por crises humanitárias, instabilidade política e desigualdades socioeconômicas, tal instrumento permite identificar os trajetos mais frequentemente percorridos pelos migrantes, assim como os perigos enfrentados durante o percurso.

A rota dos haitianos que partem do Brasil em direção aos Estados Unidos exemplifica um deslocamento, que desafia fronteiras geográficas e institucionais. Os haitianos que deixam o Brasil em busca do “sonho americano” geralmente já iniciam sua jornada fragilizados com poucos recursos financeiros, após enfrentarem desafios econômicos no Brasil. Muitos chegaram ao país no período de crescimento econômico entre 2010 e 2014, atraídos por oportunidades de trabalho na construção civil e outros setores. No entanto, a crise econômica de 2015-2016 os levaram a buscar novas perspectivas. A saída do Brasil ocorre principalmente pelos estados de fronteira como Acre e Rondônia, de onde partem rumo ao Peru ou à Colômbia, primeiros passos na longa rota até os Estados Unidos.

Nessa rota, nunca é demasiado repisar que um dos trechos mais temidos e desafiadores é a Floresta do Darién, uma região de selva tropical localizada entre a Colômbia e o Panamá. Este segmento da rota representa um obstáculo natural com terrenos hostis, incluindo áreas pantanosas e densas vegetações. Migrantes frequentemente relatam condições extremas de vulnerabilidade, caminhando por dias sem suprimentos adequados, enfrentando chuvas intensas, mosquitos transmissores de doenças e o risco de ataques por animais selvagens. Adicionalmente, grupos armados ilegais e redes de tráfico de pessoas atuam na região, aumentando os riscos de violência e exploração. Apesar de sua periculosidade, o Darién se tornou uma passagem inevitável para muitos haitianos, pois representa a conexão terrestre entre a América do Sul e Central.

Além da travessia pela Floresta do Darién, os migrantes enfrentem desafios adicionais, onde a navegação por rios se torna uma etapa inevitável e arriscada. A precariedade das embarcações disponíveis e as condições climáticas imprevisíveis aumentam significativamente os riscos de acidentes e naufrágios, colocando muitas vidas em perigo. Ao alcançar o Panamá, os migrantes haitianos frequentemente encontram um sistema de assistência humanitária sobrecarregado, com abrigos temporários e alimentos disponibilizados pelas autoridades locais e por organizações humanitárias. Esses recursos não são suficientes diante do volume crescente de pessoas em deslocamento, gerando situações de superlotação e carência de suprimentos

básicos. Essa realidade evidencia a fragilidade das estruturas de acolhimento em contextos de crises migratórias, onde a demanda por suporte supera amplamente a capacidade das redes de apoio existentes.⁵³

A insegurança alimentar, as condições sanitárias inadequadas e a falta de perspectivas concretas para a continuidade da jornada tornam-se desafios adicionais, intensificando a vulnerabilidade dos migrantes durante esta fase crítica da travessia. A partir do Panamá, a rota terrestre se intensifica, passando pela Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Guatemala. Cada país representa um novo conjunto de barreiras burocráticas, como exigências de documentação e a necessidade de pagar atravessadores para continuar a jornada. Alguns conseguem acesso às chamadas cidades santuário, onde ONGs e grupos de apoio prestam assistência, mas a maioria enfrenta condições precárias de vida enquanto aguardam uma oportunidade de cruzar a fronteira.

Chegar ao México não significa o fim dos desafios. A travessia para os Estados Unidos exige que os migrantes enfrentem controles ainda mais severos, muitas vezes se deparando com políticas migratórias restritivas e uma vigilância fronteiriça implacável. Além disso, a falta de documentos legais continua sendo um grande problema, pois muitos haitianos não conseguem regularizar sua situação ao longo do trajeto. Isso os empurra para a clandestinidade, onde ficam ainda mais expostos a abusos e exploração. A travessia final é marcada por barreiras físicas, como o muro construído ao longo da fronteira sul dos Estados Unidos, e por políticas de imigração cada vez mais rigorosas.

No México, muitos haitianos se dirigem a cidades fronteiriças como Tapachula, onde iniciam o processo de regularização migratória e planejam a última etapa de sua viagem. No México, enfrentam longas esperas e incertezas, agravadas pelas políticas migratórias dos Estados Unidos, que frequentemente restringem a entrada e dificultam a obtenção de asilo. Finalmente, os haitianos chegam à fronteira dos Estados Unidos, onde enfrentam mais um conjunto de desafios, incluindo a necessidade de provar a validade de seus pedidos de asilo e de lidar com a detenção em centros de imigração.

⁵³ Panamá pede apoio da ONU para enfrentar onda migratória haitiana. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/23/interna_internacional,1308402/panama-pede-apoio-da-onu-para-enfrentar-onda-migratoria-haitiana.shtml, acesso Jan 2025.

Para vencer esses últimos obstáculos, muitos recorrem a atravessadores ou "coiotes", que cobram quantias exorbitantes para garantir a passagem. No entanto, esses serviços frequentemente resultam em situações de abandono no deserto ou prisão pelas autoridades norte-americanas. Além disso, o deserto é um ambiente extremamente hostil, com temperaturas elevadas durante o dia e muito frias à noite, impondo riscos severos à vida dos migrantes.



Fonte: Estadão⁵⁴, reportagem: Haitianos que saíram do Brasil ficam em Tijuana após esbarrar em Trump. Por Letícia Duarte e MÉXICO

A experiência da migração haitiana revela não apenas a força desses indivíduos, mas também a urgência de respostas humanitárias adequadas. A complexidade dessa migração revela que "pran wout la" não é apenas uma jornada física, mas também um reflexo das limitações e falhas das políticas migratórias atuais. Atravessar continentes em busca de uma vida melhor é uma demonstração de resiliência, mas também destaca a necessidade de soluções

⁵⁴ [Haitianos que saíram do Brasil ficam em Tijuana após esbarrar em Trump - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/), Acesso, Abril, 2024.

que considerem tanto os aspectos humanitários quanto os desafios administrativos e legais que cercam os migrantes.

Em um contexto de violação sistemática de Direitos Humanos, é imprescindível que os Estados e organizações internacionais atuem de forma coordenada para oferecer proteção, recursos e alternativas legais para a migração. Isso inclui a criação de programas de reassentamento e a facilitação do acesso a vistos humanitários. Também é necessário investir em soluções de longo prazo que abordem as causas estruturais da migração forçada, como pobreza extrema, instabilidade política e mudanças climáticas nos países de origem.

3.2. Do sonho à política migratória norte-americana

O fenômeno da migração haitiana para os Estados Unidos tornou-se um dos aspectos mais complexos e desafiadores das dinâmicas migratórias contemporâneas. A precariedade das condições socioeconômicas e políticas no Haiti, agravadas por desastres naturais e crises institucionais, tem levado milhares de haitianos, não só os residentes no Brasil, a buscar melhores condições de vida fora do país. Nos últimos anos, o ingresso de migrantes haitianos nos Estados Unidos tem se concentrado em pontos específicos da fronteira sul do país, notadamente nas cidades de El Paso, Brownsville, Hidalgo e Eagle Pass, no estado do Texas; Yuma, no Arizona; e San Ysidro, na Califórnia. Esses locais configuram-se como os principais corredores de entrada, refletindo não apenas a disposição geográfica da linha fronteira entre os Estados Unidos e o México, mas também os efeitos concretos de políticas migratórias cada vez mais rigorosas, que moldam e restringem os caminhos disponíveis para aqueles que buscam reconstruir suas vidas em solo norte-americano.

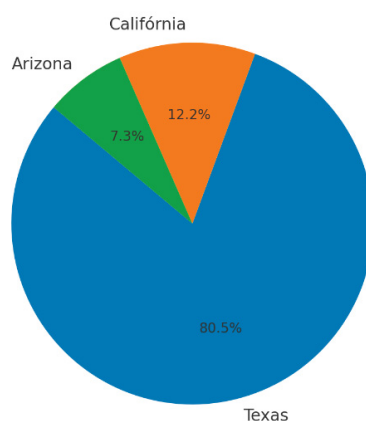
Com o objetivo de compreender melhor as experiências vividas por esses migrantes, foi realizada uma pesquisa empírica que reuniu dados fundamentais para a análise da trajetória de haitianos que percorreram o longo percurso entre o Brasil e os Estados Unidos. Os relatos colhidos permitiram não apenas reconstruir as etapas dessa migração, mas também evidenciar os obstáculos enfrentados ao longo do caminho, desde travessias perigosas até episódios de detenção, separações familiares e insegurança constante.

A amostra da pesquisa, composta por 41 migrantes haitianos que ingressaram nos Estados Unidos por meio da fronteira com o México, foi utilizada para construir um panorama representativo das principais rotas de entrada. O gráfico a seguir ilustra a distribuição desses entrevistados, permitindo visualizar com maior clareza os pontos de entrada predominantes.

Esta análise contribui para contextualizar o fenômeno migratório haitiano no marco das dinâmicas geopolíticas e sociais da região, ressaltando as implicações humanitárias e os desafios que persistem.

O Texas concentra a maior parte das entradas (33 migrantes), consolidando-se como a principal rota migratória. A Califórnia aparece em segundo lugar, com 5 migrantes, enquanto o Arizona registra a menor parcela, com 3 migrantes. Esses dados refletem a predominância do Texas como principal corredor migratório, ao mesmo tempo que apontam a diversificação das rotas de entrada.

Distribuição de Migrantes pela Fronteira EUA-México



O gráfico ilustra a distribuição dos 41 migrantes entrevistados em nossa pesquisa que ingressaram nos Estados Unidos pela fronteira com o México, destacando as principais rotas utilizadas. Observa-se que a maioria absoluta, um total de 33 migrantes, entrou pelo estado do Texas, consolidando-o como a principal porta de entrada. Esse dado pode ser explicado pela extensa fronteira texana e pela presença de diversas rotas migratórias estabelecidas, como El Paso, Brownsville e Laredo, que historicamente registram um alto fluxo de migrantes.

A Califórnia aparece como a segunda rota mais utilizada, com 5 migrantes atravessando a fronteira nesse estado. A escolha pode ser atribuída à presença de pontos de entrada movimentados, como San Ysidro, embora o processo de entrada seja dificultado por desafios burocráticos e longas filas nos centros de processamento migratório. Já o Arizona registrou a entrada de 3 migrantes, representando a menor parcela do total. Apesar da menor militarização

em algumas áreas, as condições geográficas adversas, como o deserto de Sonora, tornam essa travessia extremamente perigosa.

Esses dados reforçam a importância do Texas como o principal corredor migratório para aqueles que tentam ingressar nos Estados Unidos pelo México. Além disso, evidenciam a diversificação das rotas migratórias em resposta a fatores como segurança, controle fronteiriço e condições geográficas, que influenciam diretamente as estratégias e escolhas dos migrantes.

A escolha de uma rota específica depende de múltiplos fatores, incluindo a existência de redes de apoio prévias, as estratégias de mobilidade adotadas pelos migrantes e as restrições impostas pelas políticas migratórias dos Estados Unidos e do México. Além disso, o endurecimento das políticas migratórias no contexto da administração Trump, intensificado durante a pandemia de COVID-19, gerou desafios adicionais para os haitianos. Entre as medidas adotadas, destaca-se a aplicação do Título 42, que permitiu a deportação imediata de migrantes sob justificativa sanitária, limitando ainda mais o acesso ao sistema de asilo norte-americano (CHISHTI; BOLTER, 2021)

Esse cenário não apenas aumentou as dificuldades enfrentadas pelos migrantes haitianos, mas também ampliou as desigualdades estruturais que marcam sua trajetória. Os haitianos têm recorrido a múltiplas rotas fronteiriças para ingressar nos Estados Unidos, cada qual com seus próprios riscos e desafios. Essas travessias revelam uma confluência de fatores que incluem geografia, políticas migratórias e as condições adversas enfrentadas durante a jornada. Compreender essas dinâmicas é essencial para a formulação de políticas públicas que respeitem os Direitos Humanos e ofereçam suporte adequado a populações vulneráveis.

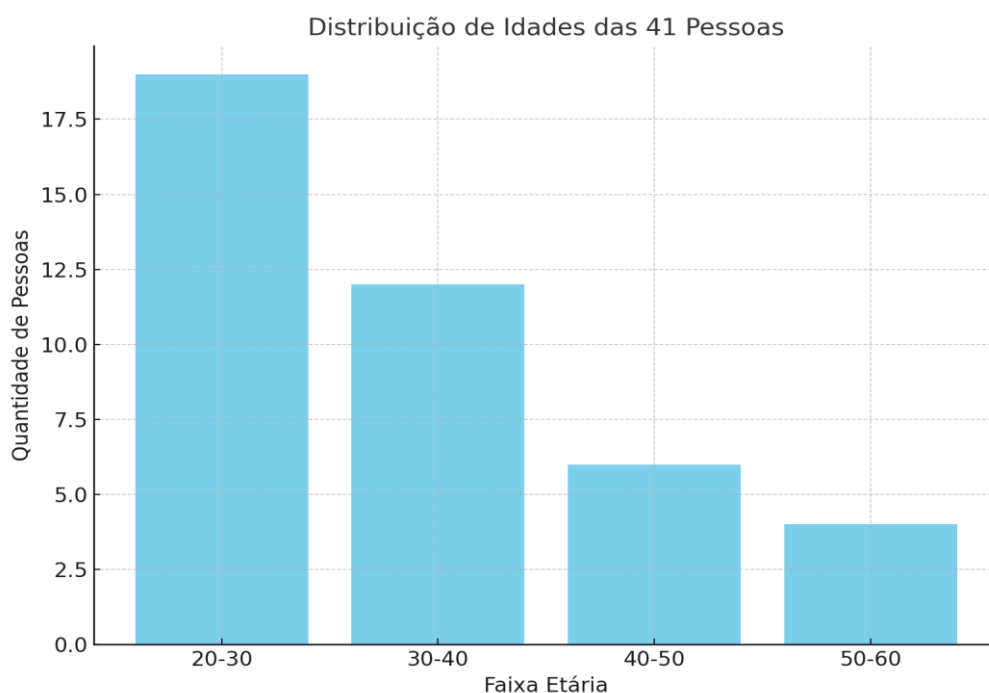
As políticas migratórias dos Estados Unidos têm sido objeto de intensos debates e mudanças ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito aos migrantes haitianos. Esses migrantes enfrentam uma série de obstáculos legais e burocráticos que complicam o processo de tentativa de ingresso no país. Primeiramente, o Acordo de Cooperação sobre Controle de Migração de 1981 entre os EUA e o Haiti⁵⁵ permite que os EUA intercepte e devolva haitianos encontrados em alto mar, o que impede muitos de sequer chegarem às costas americanas.

As mudanças nas políticas migratórias e na administração dos EUA resultam em variações na aplicação e interpretação das leis, criando um ambiente de incerteza para os

⁵⁵ SCHULLER, Mark. Between rights and rightlessness: Haitian migrants and the elusive promises of humanitarianism. Hemispheric Institute, v. 14, n. 1, 2017.

migrantes. Em particular, a política de "tolerância zero" implementada durante o governo de Donald Trump resultou na separação de famílias na fronteira, criando um clima de medo e insegurança. Mais recentemente, o fim do programa de Status de Proteção Temporária (TPS)⁵⁶ para haitianos, anunciado em 2017 e adiado várias vezes, adiciona um nível extra de precariedade para aqueles que já estão no país.

Os migrantes haitianos que partem do Brasil irão enfrentar alterações constantes da política migratória norte-americana, nesta última década, em virtude de mudanças de governos daquele país. Um aspecto relevante para analisar essa migração é o perfil etário dos migrantes composto em sua maioria por pessoas jovens, entre 20 e 40 anos, em busca de melhores condições de vida para si e sua família, conforme relatam os entrevistados. A faixa etária e a busca por melhores condições econômicas se conectam e se confirmam de maneira irretorquível nas entrevistas.



Esse é o caso de Samy, um dos entrevistados, homem de 43 anos, casado e pai de dois filhos. Sua jornada do Brasil aos Estados Unidos foi marcada por desafios e motivações complexas. Ele enfatiza que sua decisão de deixar o Brasil não foi devido a uma falta de amor pelo país, mas sim uma necessidade imposta pelas circunstâncias. Desde a morte de seu pai,

⁵⁶ ESTADOS UNIDOS. Department of Homeland Security. Termination of the Designation of Haiti for Temporary Protected Status. Federal Register, v. 83, n. 12, Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2018/01/18/2018-00886/termination-of-the-designation-of-haiti-for-temporary-protected-status>, Acesso Jan 2025.

dois tios maternos que moram nos Estados Unidos desempenharam um papel crucial no sustento da família, arcando com despesas escolares e enviando dinheiro regularmente para garantir a sobrevivência de todos. Esses tios foram fundamentais também na organização da viagem de Samy para vir para o Brasil e anos depois ir aos Estados Unidos. Ele foi apoiado pela família para migrar ao Brasil com o objetivo de ajudar sua mãe e seus dois irmãos mais novos.

No entanto, ao chegar ao Brasil, Samy encontrou dificuldades insuperáveis para sustentar sua família. Seu salário era insuficiente para cobrir as despesas básicas de aluguel e alimentação, o que impossibilitava qualquer forma de auxílio financeiro à sua família. Ironicamente, ele acabou necessitando de mais ajuda de seus tios para resolver problemas básicos, como o pagamento da escolaridade de seus próprios filhos. Quando surgiu a possibilidade de imigrar para os Estados Unidos, seus tios o incentivaram a aceitar a oportunidade.

Inicialmente, Samy relutou, mas seus tios foram claros ao afirmar que, se ele escolhesse permanecer no Brasil, não poderia mais contar com a ajuda deles em momentos de necessidade. Eles desejavam que Samy se estabelecesse em um lugar onde pudesse resolver seus próprios problemas sem depender da ajuda familiar constante, até porque os tios tinham outras responsabilidades dentro da família para gerenciar.

A decisão de partir para os EUA foi uma mistura de necessidade e pressão, mas também uma busca por autonomia e estabilidade financeira, longe das dificuldades que enfrentava no Brasil. Samy compreendeu que, para garantir um futuro melhor para sua família, seria necessário tomar uma decisão difícil e deixar para trás sua vida no Brasil, na esperança de construir uma nova vida nos Estados Unidos onde pudesse ser mais auto suficiente e proporcionar melhores condições de vida para seus filhos e familiares.

A vida de Samy ilustra a difícil situação de muitos migrantes que, pressionados por circunstâncias adversas em seu país de origem, precisam tomar decisões difíceis para buscar um futuro melhor em outro lugar. A história de Samy é uma entre muitas que mostram como as redes familiares desempenham um papel fundamental na viabilização da migração, oferecendo suporte financeiro e emocional em momentos cruciais. No caso de Samy, seus tios nos Estados Unidos foram essenciais não apenas para sua sobrevivência no Brasil, mas também para sua eventual mudança para a América do Norte.

A pressão para emigrar aumentou quando ficou claro que a ajuda dos tios não seria eterna, e que eles esperavam que Samy alcançasse uma independência financeira. Para Samy, a oportunidade de ir aos Estados Unidos representava não apenas uma chance de melhorar sua própria situação financeira, mas também de cumprir as expectativas de seus tios e aliviar a pressão sobre eles. Assim, a decisão de migrar foi ao mesmo tempo um ato de busca por uma vida melhor e uma resposta à pressão familiar, um equilíbrio delicado entre as necessidades imediatas e as esperanças de longo prazo. Na América, Samy teve que se adaptar rapidamente a um novo ambiente, aprender uma nova língua e encontrar maneiras de sustentar sua família sem a rede de apoio que tinha no Brasil. Esse processo de adaptação foi árduo, mas também trouxe consigo a possibilidade de um futuro mais estável e seguro para seus filhos.

Além da história de Samy, é possível analisar a trajetória de Stevenson Ducinvil, cantor, compositor e instrumentista haitiano, cuja música reflete sua experiência pessoal. Ducinvil também enfrentou o árduo percurso migratório, primeiro do Haiti para o Brasil e, posteriormente, rumo aos Estados Unidos. Em sua música (*Eske lakay vin bon?*)⁵⁷, Ducinvil narra, com profundidade emocional e riqueza de detalhes, as dificuldades enfrentadas ao longo dessa jornada. A partir de sua perspectiva, o artista descreve o que o levou a migrar: a falta de oportunidades no Haiti, mesmo sendo qualificado, e a impossibilidade de sustentar sua família em um contexto de crise econômica e instabilidade.

Como muitos outros haitianos, ele viu no Brasil uma chance de recomeçar. No entanto, ao chegar ao Brasil, Ducinvil enfrentou a dura realidade da migração, marcada por dificuldades financeiras e a incapacidade de atender às necessidades básicas de sua família. O sonho de recomeçar foi rapidamente substituído pela luta diária por sobrevivência, enfrentando trabalhos precarizados e condições de vida extremamente limitadas. A distância do Haiti não trouxe o alívio esperado, mas sim novos desafios, como a adaptação a um país desconhecido e o enfrentamento de barreiras sociais e econômicas. A promessa de um futuro melhor mostrou-se inalcançável, aprofundando o sentimento de frustração e insegurança. Essa experiência revelou que a migração, em muitos casos, não é a solução, mas um novo ciclo de dificuldades. Para ele, como para tantos outros, a saída era continuar em busca de melhores condições em outros destinos.

⁵⁷ Ducinvil. *Èske lakay vin bom*. disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Ly7xCHuvpiM>

DUCINVIL descreve esses eventos com honestidade e uma melancolia que ecoa o sentimento de muitos migrantes haitianos. Sua música é tanto um relato pessoal quanto uma denúncia sobre as condições que forçam tantos haitianos a deixarem seu país, apenas para encontrarem novos ciclos de dificuldade e exclusão em outras terras. A música de DUCINVIL apresenta uma narrativa que sintetiza a migração haitiana como um ato de sobrevivência, marcado pela desesperança no país de origem e os inúmeros desafios enfrentados ao longo do trajeto. Por meio de um relato profundamente pessoal, o autor dá voz à experiência de milhares de haitianos que, como ele, são forçados a buscar alternativas fora do Haiti, mesmo quando essas rotas frequentemente se mostram igualmente opressivas.

O texto inicia com uma confissão direta sobre a realidade da juventude haitiana. Apesar da educação e da obtenção de diplomas, o narrador não encontra meios de sustentar sua família, composta por uma namorada e um filho, evidenciando o colapso das estruturas socioeconômicas no país. Diante da impossibilidade de um futuro digno no Haiti, ele declara que "não teve outra escolha" a não ser migrar, revelando que a decisão de deixar sua terra natal não é motivada por desejo, mas pela necessidade de sobrevivência.

A canção avança para descrever os primeiros passos dessa migração, que o levam ao Brasil. O sonho de encontrar uma vida melhor logo se transforma em um pesadelo: dificuldades econômicas, discriminação e fome tornam-se parte de sua realidade. A imagem de “ser pisado por um pouco de comida” revela a humilhação e a desumanização enfrentadas por migrantes que se encontram em posições de extrema vulnerabilidade. Essa parte da letra reflete as contradições do deslocamento forçado: a busca por uma vida melhor frequentemente se depara com novos ciclos de sofrimento e exploração.

Insatisfeito com as condições no Brasil, Ducinvil decidiu continuar sua jornada em direção aos Estados Unidos. No entanto, o caminho foi marcado por perdas e sacrifícios, como a morte de companheiros durante o percurso, algo que reflete os perigos extremos enfrentados por quem se arrisca em rotas migratórias perigosas, como a travessia pelo Darién Gap. Mesmo ao alcançar a Califórnia, sua chegada foi acompanhada por novos desafios: a prisão, a ameaça de deportação e a incerteza sobre seu futuro. O narrador descreve a perda de companheiros no caminho e a prisão ao chegar na Califórnia, indicando os riscos mortais das rotas migratórias e o peso das políticas restritivas de migração. A ameaça de deportação sob o governo de um presidente hostil aos migrantes expõe a fragilidade das esperanças de reconstrução. O refrão,

“Será que a minha casa ficou boa?”, ecoa como uma pergunta amarga, apontando para a precariedade persistente tanto no Haiti quanto no exílio.

A música expressa o desejo do narrador de permanecer em seu país, empregando seus talentos para o desenvolvimento local. No entanto, sua tentativa é frustrada pela negligência das autoridades e pela falta de oportunidades. Esse trecho encapsula a principal tensão da migração haitiana contemporânea: a vontade de contribuir para sua terra natal esbarra em um contexto estrutural que impossibilita a realização desse desejo. A letra de Ducinvil se alinha à ideia de migração como um ato de sobrevivência, transcendendo o individual para simbolizar a condição de um povo que enfrenta um ciclo contínuo de exclusão, deslocamento e desamparo. Essa canção se destaca como uma forte narrativa que combina denúncia social e reflexão crítica. Ela ilustra não apenas os desafios enfrentados pelos migrantes haitianos, mas também a responsabilidade global por um sistema que falha em assegurar condições básicas de dignidade, tanto no país de origem quanto nos destinos de migração.

A trajetória de Stevenson Ducinvil, assim como a de Samy, é um retrato poderoso da migração haitiana como um ato de resistência e sobrevivência em um mundo que muitas vezes nega direitos básicos e dignidade a esses indivíduos. Apesar das constantes ameaças de deportação, o que realmente importava para Ducinvil era saber se sua casa, o Haiti, finalmente havia se tornado um lugar digno para viver. Sua pergunta, repetida como um lamento em sua música, não se refere apenas a uma estrutura física, mas ao desejo de ver seu país capaz de oferecer as condições básicas de sobrevivência, oportunidades e respeito à dignidade humana. Essa inquietação reflete o sentimento de muitos migrantes haitianos que, mesmo distantes, carregam uma conexão profunda com sua terra natal e sonham com o dia em que não precisarão mais partir para buscar fora o que deveria ser garantido em casa.

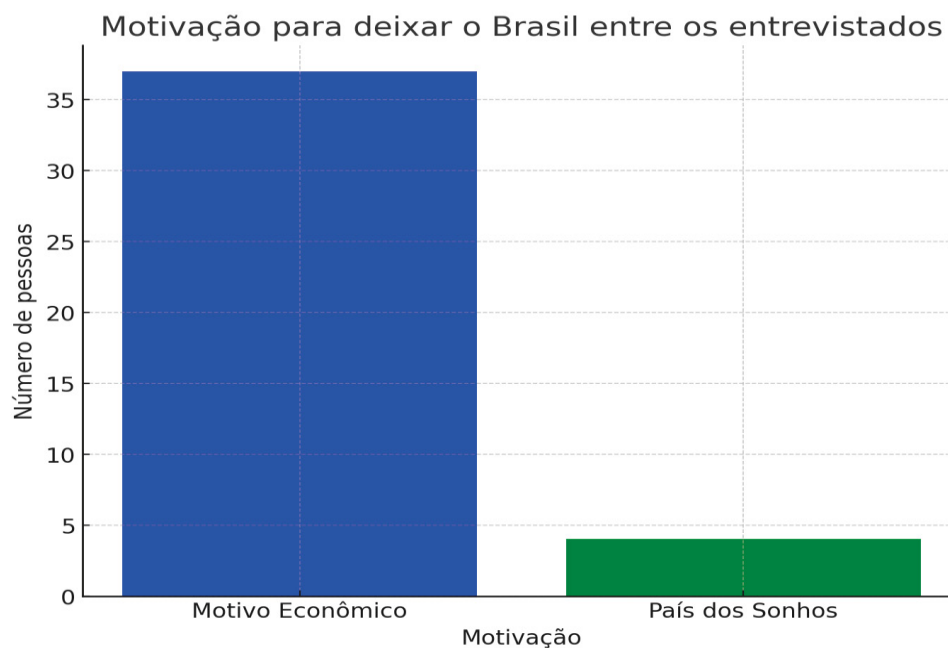
Esses relatos destacam a determinação como marcas fundamentais dos migrantes, que enfrentam desafios imensos para buscar uma vida melhor para si e suas famílias. Para os haitianos, essa luta muitas vezes envolve cruzar fronteiras e arriscar tudo no desconhecido, movidos tanto pelo sonho de um futuro mais digno quanto pela responsabilidade de corresponder às expectativas de quem depositou neles confiança e apoio. A busca por autonomia e independência financeira não é apenas um objetivo pessoal, mas também um ato de resistência contra as condições que os forçaram a partir, reafirmando o desejo de viver com dignidade, mesmo em meio a tantas adversidades.

Embora as histórias individuais apresentem nuances e trajetórias diferentes, o ponto de convergência para a maioria está na busca por melhores condições econômicas. A nossa pesquisa, realizada com 41 migrantes haitianos, revelou que 37 deles saíram do Brasil impulsionados por questões financeiras, enquanto apenas 4 indicaram que o principal motivo de sua saída foi o desejo de viver nos Estados Unidos, país que consideravam o "sonho americano". Esse dado evidencia que, para a maioria, a migração não foi uma escolha movida por aspirações idealizadas, mas sim uma necessidade imposta pelas dificuldades econômicas enfrentadas no Brasil.

Apesar de muitos dos entrevistados afirmarem que gostam do Brasil, a instabilidade financeira acabou se tornando um fator decisivo para sua saída. Eles relataram que, embora possuíssem documentos que garantiam sua permanência legal no país, a falta de oportunidades econômicas os impediu de alcançar uma condição estável. Muitos não conseguiam sequer suprir as necessidades básicas para si e suas famílias, o que tornou insustentável a continuidade de sua vida no Brasil. Além disso, a dificuldade em economizar recursos impossibilitou a realização de desejos simples, como visitar parentes no Haiti, uma vez que o custo das passagens aéreas era inacessível para a maioria.

Assim, apesar de terem construído vínculos e integrações no Brasil, a impossibilidade de avançar economicamente os levou a buscar melhores oportunidades em países como os Estados Unidos, onde acreditavam que poderiam finalmente alcançar a estabilidade financeira que buscavam. Esse cenário revela o papel crucial que a economia desempenha nas decisões migratórias, independentemente de outros aspectos positivos que os migrantes possam ter experimentado em seus países de acolhida.

Os dados colhidos na pesquisa revelam que aproximadamente 90,24% dos entrevistados deixaram o Brasil por razões econômicas, evidenciando a centralidade dessa motivação no processo migratório. Entre os 37 entrevistados que afirmaram gostar do Brasil, 9 expressaram o desejo de, um dia, retornar para o país. Esses migrantes desejam aproveitar as oportunidades financeiras nos Estados Unidos para acumular capital e, eventualmente, abrir um negócio próprio no Brasil. Isso representa aproximadamente 24,32% dos entrevistados que, apesar de terem saído do Brasil por motivos econômicos, mantêm planos de voltar para estabelecer uma vida estável e empreender.



Fonte: Elaborado pelo autor

O "sonho americano" também representa a ideia de que, por meio de trabalho árduo e perseverança, qualquer pessoa pode alcançar o sucesso, independentemente de sua origem, cultura ou religião. Para muitos imigrantes, especialmente haitianos, esse sonho é um farol de esperança, motivando-os a buscar uma vida melhor nos Estados Unidos. A promessa de prosperidade, no entanto, enfrenta desafios práticos como discriminação, desigualdade social e dificuldades econômicas, questionando até que ponto o sonho é realmente acessível para todos.

Yrvin LAURISTON, autor haitiano natural de Saint-Louis du Nord, aborda a complexidade do sonho americano, particularmente no contexto de migrantes haitianos. Formado em Teologia nos Estados Unidos e atualmente estudante de Concepção e Execução de Projetos na Universidade CFDE de Pétiön-Ville, LAURISTON também atua como professor, jornalista e diretor de redação da revista *Allo-mag*. Ele explora, em seu livro intitulado *Du rêve américain au rêve haïtien*⁵⁸, como o sonho americano motiva muitos haitianos que migraram para os Estados Unidos em busca de uma vida melhor, apesar das dificuldades enfrentadas durante o processo migratório.

O "sonho americano" é um dos conceitos mais emblemáticos e influentes na cultura dos Estados Unidos, representando uma promessa de ascensão social e prosperidade para qualquer

⁵⁸ LAURISTON, Y. *Le rêve haïtien : revue & corrigée*. 70, p. ed. Dos carré collé, 2021.

indivíduo disposto a trabalhar arduamente. Esse ideal foi originalmente concebido como uma maneira de inspirar os imigrantes a buscar melhores condições de vida no país, oferecendo a eles a possibilidade de alcançar sucesso e estabilidade, independentemente de sua origem, cultura ou religião. Para muitos, a ideia de que, por meio da perseverança, qualquer pessoa poderia superar as adversidades e conquistar seus objetivos foi uma das maiores forças motivadoras para migrar para os Estados Unidos, especialmente durante os períodos de grande fluxo migratório.

A migração para os Estados Unidos sempre foi um fenômeno amplamente impulsionado pela busca por melhores condições econômicas e sociais. O país, com sua vasta extensão territorial e abundantes recursos naturais, sempre foi visto como uma terra de oportunidades, onde qualquer pessoa poderia, em teoria, melhorar sua situação financeira e alcançar uma vida melhor para si e para sua família. O sonho americano, portanto, se configura não apenas como um apelo à mobilidade social, mas também como uma força cultural que atrai pessoas de todo o mundo.

Entretanto, embora o sonho americano tenha sido concretizado por algumas figuras públicas, especialmente aquelas que alcançaram fama ou sucesso no mercado de trabalho, a realidade para muitos migrantes é bem diferente. A promessa de prosperidade, muitas vezes alimentada por histórias de sucesso, nem sempre corresponde à experiência vivida por aqueles que chegam aos Estados Unidos em busca de uma vida melhor. Na realidade, muitos enfrentam uma série de desafios que tornam o sonho de prosperidade mais difícil de alcançar. Entre esses obstáculos estão a discriminação racial, as dificuldades econômicas e a falta de acesso igualitário às oportunidades.

A discriminação racial, em particular, continua a ser uma das barreiras mais persistentes para a realização do sonho americano. Embora os Estados Unidos tenham avançado em algumas áreas, como os direitos civis, a desigualdade racial ainda permeia diversos aspectos da sociedade, incluindo o mercado de trabalho, a educação e o acesso a serviços públicos. Para muitos migrantes, especialmente aqueles provenientes de comunidades marginalizadas, as oportunidades são muitas vezes limitadas não pela falta de esforço ou capacidade, mas pela presença de preconceitos que dificultam o acesso a empregos bem remunerados ou a educação de qualidade.

Além disso, a mobilidade social nos Estados Unidos, embora possível em alguns casos, é profundamente influenciada pela classe social de origem dos indivíduos. As disparidades no

acesso à educação e à saúde, bem como a concentração de riqueza em uma pequena elite, criam um sistema em que as chances de prosperar estão frequentemente ligadas ao ponto de partida de cada pessoa. Para aqueles que vêm de países em desenvolvimento ou que pertencem a classes sociais mais baixas, a ascensão social no contexto americano pode ser mais uma promessa distante do que uma realidade acessível.

LAURISTON afirma que um dos fatores que limita o alcance do sonho americano é o sistema de migração, que impõe barreiras legais e burocráticas, dificultando o processo de adaptação e a inserção dos migrantes no mercado de trabalho. A falta de uma política migratória inclusiva, que permita a plena integração dos migrantes na sociedade americana, faz com que muitos enfrentem dificuldades adicionais, como o emprego informal e a falta de proteção social, o que dificulta ainda mais a possibilidade de alcançar uma vida digna. Portanto, o sonho americano, embora continue a ser um importante motor da migração para os Estados Unidos, é, em muitos casos, uma realidade distante para grande parte dos migrantes.

As desigualdades sociais, econômicas e raciais que marcam a sociedade americana criam um cenário no qual o sucesso individual é muitas vezes inacessível para aqueles que mais necessitam. A mobilidade social, embora presente em algumas histórias de sucesso, está longe de ser uma garantia para todos. No entanto, o sonho americano não pode ser visto apenas como uma falácia. Em muitos casos, ele tem servido como um farol de esperança para aqueles que buscam uma vida melhor. Ao mesmo tempo, é crucial que se reconheça que o sistema social e econômico dos Estados Unidos precisa passar por uma transformação para garantir que o sonho americano seja, de fato, acessível a todos. A criação de um sistema mais justo e inclusivo, que permita a ascensão social para todos os indivíduos, independentemente de sua origem, é um passo necessário para que o sonho americano se torne uma realidade para todos os que buscam uma vida melhor nos Estados Unidos.

O debate sobre o sonho americano, portanto, deve ser mais do que uma reflexão sobre as promessas de prosperidade e ascensão. Deve também ser uma discussão sobre as desigualdades estruturais que ainda permeiam a sociedade americana e que impedem que muitos migrantes e cidadãos americanos alcancem as oportunidades que o sonho promete. A desigualdade social é outro ponto central nas críticas ao sonho americano. Embora a promessa de mobilidade social seja uma das principais características do ideal, a realidade dos migrantes nos Estados Unidos frequentemente desafia essa visão.

A presença de um sistema econômico que favorece a acumulação de riqueza em poucas

mãos e a escassez de mecanismos de apoio a quem vem de classes sociais mais baixas tornam difícil a ascensão social de muitas pessoas. Para os imigrantes que chegam ao país com pouca formação ou recursos, a promessa de prosperidade parece ser mais um mito do que uma realidade alcançável. Além disso, o sonho americano foi historicamente construído sobre a ideia de uma "terra de oportunidades", onde qualquer indivíduo, independentemente de sua origem, poderia prosperar. No entanto, a desigualdade racial ainda é um grande obstáculo para muitos imigrantes, principalmente aqueles que pertencem a minorias étnicas.

A discriminação racial continua a ser uma realidade persistente, limitando o acesso a oportunidades e perpetuando as disparidades econômicas e sociais. Essa discriminação não se manifesta apenas nas relações interpessoais, mas também em sistemas mais amplos, como o mercado de trabalho e o acesso à educação de qualidade. Para muitos imigrantes, a barreira da discriminação racial é acompanhada pela falta de suporte institucional. A imigração para os Estados Unidos é muitas vezes marcada por processos burocráticos que tornam a integração difícil.

Muitos migrantes se encontram em uma posição vulnerável, sendo forçados a aceitar empregos com baixa remuneração, frequentemente em condições precárias, sem as garantias que os cidadãos americanos ou residentes permanentes têm acesso. Essa realidade é frequentemente contrastada com a imagem que os Estados Unidos projetam para o resto do mundo, como um país de oportunidades para todos. No entanto, o sonho americano não é apenas um conceito negativo ou uma falácia.

Para muitos migrantes, ainda representa a possibilidade de uma vida melhor. Embora as dificuldades sejam grandes, há inúmeros relatos de pessoas que superaram obstáculos e alcançaram seus objetivos, em grande parte graças à perseverança e ao trabalho árduo. Isso revela a complexidade do fenômeno: o sonho americano é, ao mesmo tempo, uma promessa que pode ser cumprida por alguns e uma ilusão para outros. Essa dualidade é o que torna o conceito de sonho americano tão poderoso e, ao mesmo tempo, tão controverso.

Em relação à ascensão social, a educação também desempenha um papel central. O sistema educacional dos Estados Unidos, por exemplo, oferece oportunidades para que indivíduos, mesmo vindo de contextos mais humildes, possam melhorar sua posição social. No entanto, o acesso à educação de qualidade nem sempre é igualitário. As escolas em áreas mais pobres geralmente enfrentam uma falta de recursos, o que limita as oportunidades de desenvolvimento para muitos imigrantes e seus filhos. Essa disparidade educacional contribui

para a perpetuação das desigualdades, tornando a ascensão social ainda mais difícil.

A mobilidade social no contexto do sonho americano, portanto, é muito mais limitada do que muitos imaginam. Enquanto alguns indivíduos conseguem quebrar as barreiras socioeconômicas e alcançar grandes realizações, para muitos outros, as oportunidades são simplesmente inacessíveis. A mobilidade social, ao invés de ser uma realidade ampla e acessível, acaba se tornando uma exceção. Isso é particularmente verdadeiro para aqueles que enfrentam barreiras sistêmicas, como a discriminação racial e a falta de apoio institucional. Embora o conceito de sonho americano tenha sido forjado em um contexto de oportunidades ilimitadas, ele se apresenta, na realidade, como um ideal distante para muitos migrantes.

A verdadeira mobilidade social nos Estados Unidos, apesar de existirem histórias de sucesso, continua sendo um desafio para muitos, especialmente aqueles que enfrentam discriminação e falta de recursos. O sonho americano permanece como uma aspiração que, para uma parte significativa da população, ainda é inacessível. Dessa forma, é essencial que o debate sobre o sonho americano se aprofunde nas questões estruturais que dificultam a ascensão social de muitos imigrantes. A busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária, que permita que todos tenham uma chance verdadeira de prosperar, deve ser uma prioridade. Para que o sonho americano se torne, de fato, uma realidade acessível para todos, será necessário enfrentar as desigualdades econômicas e sociais que ainda persistem e garantir que todos, independentemente de sua origem ou status, possam ter as mesmas oportunidades de alcançar o sucesso.

A ideia de que qualquer migrante pode alcançar o sucesso por meio do trabalho árduo está profundamente enraizada na narrativa do sonho americano. No entanto, ao enfrentar as realidades da vida nos Estados Unidos, muitos imigrantes descobrem que as barreiras para a realização desse sonho são mais complexas do que a simples dedicação pessoal. A promessa de igualdade de oportunidades, ainda que presente no discurso oficial, não é uma realidade universal para todos os que chegam ao país.

A discriminação racial continua sendo um obstáculo significativo para muitos migrantes. Não apenas em termos de oportunidades de emprego, mas também no acesso à educação e a serviços essenciais. A segregação racial, embora oficialmente abolida, ainda permeia vários aspectos da sociedade americana. Muitos migrantes, particularmente os de origem africana, latina e asiática, enfrentam dificuldades para acessar empregos de qualidade, não pela falta de qualificação, mas pela discriminação sistêmica. Essa realidade se reflete em

uma estrutura de mobilidade social limitada. A educação, que em muitos países é vista como um meio para alcançar a mobilidade, nos Estados Unidos também é um campo marcado por desigualdades.

O sistema educacional é amplamente influenciado pela condição socioeconômica das famílias, com as escolas em áreas mais pobres tendo menos recursos e, consequentemente, oferecendo menos oportunidades para seus alunos. Isso cria um ciclo de desigualdade que é difícil de romper, mesmo para aqueles que, motivados pelo sonho americano, buscam uma vida melhor para seus filhos.

O sonho americano continua a ser uma fonte de inspiração para milhões de pessoas em todo o mundo, oferecendo esperança de um futuro melhor. No entanto, essa promessa de prosperidade não é igualmente acessível para todos. A mobilidade social, embora presente em alguns casos de sucesso, é limitada para grande parte da população. A verdadeira ascensão social nos Estados Unidos é, muitas vezes, uma exceção, não uma regra. Além disso, o sistema de migração dos Estados Unidos tem sido historicamente excludente e repleto de obstáculos burocráticos.

O processo de obtenção de visto, a falta de uma política migratória inclusiva e a marginalização de muitos migrantes, especialmente os sem documentos, dificultam ainda mais a inserção no mercado de trabalho formal e a plena participação na vida social e política. São inúmeras as barreiras legais e burocráticas que tornam mais difícil a permanência para aqueles que buscam realizar o sonho americano de forma plena, isto é, permanecer no país com a situação migratória regularizada, de modo a obter o gozo pleno dos direitos. Portanto, a promessa do sonho americano deve ser vista com um olhar crítico. O sistema que o sustenta ainda está longe de ser justo para todos, e as desigualdades estruturais persistem como obstáculos para muitos. O país precisa repensar suas políticas, tanto de imigração quanto de inclusão social, para garantir que as oportunidades que um dia foram vistas como universais sejam, de fato, acessíveis a todos.

3.3. O aparato legislativo e burocrático: um novo Darien

A pandemia de COVID-19 exacerbou esses problemas, com restrições adicionais de viagem e políticas de saúde pública que dificultaram ainda mais o ingresso de novos migrantes e o processamento de pedidos de asilo. Com o grande fluxo migratório, em sua maioria de

haitianos, o ex-presidente Donald Trump no seu primeiro mandato usou o Title 42⁵⁹ para impedir a migração na fronteira dos Estados Unidos com o México, causando controvérsia e acirrados debates sobre o assunto. O Title 42 permitiu que o governo expulsasse rapidamente migrantes que tentavam cruzar a fronteira sul dos EUA. Essa medida tem suas raízes em uma lei de 1944, conhecida como Lei de Serviço à Saúde Pública, que concedia às autoridades de saúde americanas poderes emergenciais para prevenir a propagação de doenças.

Em março de 2020, o governo Trump invocou o estatuto com a intenção declarada de impedir que a COVID-19 se espalhasse pelo país. A pandemia global de COVID-19 apresentou desafios sem precedentes, e a invocação do Title 42 foi justificada como uma medida de proteção da saúde pública. No entanto, essa ação rapidamente se tornou uma ferramenta controversa no contexto da política de imigração dos Estados Unidos. Trump e seus principais assessores apoiaram o endurecimento e a revisão da política de imigração dos EUA, utilizando o Title 42 como um mecanismo para restringir a entrada de migrantes na fronteira sul.

Sob a justificativa de prevenir a propagação do vírus, a administração implementou políticas que resultaram na expulsão rápida de migrantes e solicitantes de asilo, muitas vezes sem a devida consideração dos seus direitos e das suas situações individuais. Essa utilização do Title 42 levantou muitas críticas e debates sobre a legitimidade e a ética de usar uma lei de saúde pública para fins de controle de migração. Críticos argumentaram que a política falhou em abordar adequadamente as necessidades de saúde pública e violou os direitos dos migrantes, forçando muitos a retornarem a situações perigosas em seus países de origem ou a enfrentarem condições precárias em acampamentos temporários na fronteira mexicana.

Desde então, o uso do Title 42 para fins de imigração continuou a ser um ponto de controvérsia e debate, tanto durante a administração Trump quanto sob a administração subsequente. A continuidade ou revisão dessa política dependerá de como as futuras administrações serão capazes de articular adequadamente as exigências de segurança nacional, saúde pública e a proteção dos direitos humanos de migrantes e solicitantes de asilo. Enquanto alguns defendem a manutenção da medida como uma forma necessária de proteção de fronteiras, outros destacam a importância de políticas mais humanas e justas para lidar com a complexa questão da migração.

⁵⁹ Title 42 Postmortem: U.S. Pandemic-Era Expulsions Policy Did Not Shut Down the Border. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/title-42-autopsy>, acesso outubro de 2024

A fronteira entre o México e os EUA é intensamente monitorada, com políticas de imigração rigorosas que impõem grandes obstáculos. Muitos haitianos buscam asilo nos EUA, porém o processo é notoriamente longo e incerto. Durante essa espera, enfrentam condições adversas em centros de detenção ou vivem na incerteza de abrigos temporários. Em setembro de 2021, a tragédia na fronteira entre México e Estados Unidos trouxe à tona imagens chocantes de migrantes haitianos abrigados debaixo de uma ponte⁶⁰, enfrentando condições desumanas enquanto aguardavam o processamento de seus pedidos de entrada. Relatos de maus-tratos, incluindo a utilização de chicotes por parte de soldados americanos para controlar a multidão⁶¹, geraram indignação global e reacenderam o debate sobre os Direitos Humanos e a dignidade dos migrantes.

Esse incidente sublinha a complexidade do trajeto enfrentado pelos migrantes haitianos em sua jornada rumo aos Estados Unidos, refletindo a necessidade urgente de políticas migratórias mais humanas e compassivas. A comunidade internacional continua a monitorar de perto a situação, exigindo respostas e medidas que respeitem os direitos fundamentais de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou status migratório.

Após o primeiro mandato de Donald Trump, a eleição de Joe Biden gerou expectativas entre migrantes haitianos, muitos dos quais esperavam uma abordagem mais humanitária na política migratória dos Estados Unidos. No entanto, o início de seu governo foi marcado por deportações em massa, frustrando tais esperanças. Nos dois anos finais de sua gestão, observou-se uma mudança significativa com a criação de um programa que permitia aos migrantes aguardarem no México uma data para ingressar nos EUA, medida antes inexistente. Apesar de representar um avanço e oferecer certo alívio a muitos, sua implementação não foi isenta de críticas. Um dos principais pontos de insatisfação se refere ao aplicativo CBP One⁶², desenvolvido para o processamento das solicitações. Usuários relataram falhas técnicas frequentes, dificuldade de acesso, critérios de elegibilidade pouco claros e uma ordem de seleção percebida como arbitrária. Além disso, a obrigatoriedade do uso da plataforma digital

⁶⁰ Mais de 10.000 imigrantes haitianos dormem sob ponte do Texas por falta de abrigos. disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/mundo/mais-de-10000-imigrantes-haitianos-dormem-sob-ponte-do-texas-por-falta-de-abrigos-25201763.html>, acesso junho de 2024.

⁶¹ EUA lamentam possível uso de chicotes contra haitianos na fronteira do país. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2021/09/20/casa-branca-lamenta-possivel-uso-de-chicotes-contra-haitianos-na-fronteira.htm?cmpid=copiaecola>, acesso em Maio de 2024.

⁶² CBP One (ou CBP1) é um aplicativo móvel desenvolvido pela U.S. Customs and Border Protection (CBP) que permite que indivíduos, incluindo haitianos, enviem informações para a CBP antes de chegarem aos Estados Unidos. O aplicativo é usado para agendar entrevistas em portos de entrada, solicitar proteção humanitária, ou, em alguns casos, processar pedidos de asilo.

levantou preocupações quanto à exclusão de pessoas com pouco acesso à tecnologia, comprometendo o direito de solicitação de asilo. Embora a iniciativa denote uma tentativa de reconfigurar a política migratória, sua efetividade depende de melhorias substanciais que garantam equidade e transparência. Com a volta de Donald Trump ao poder, as fronteiras voltaram a ser fechadas e as políticas de deportação foram intensificadas, agora como foco central da nova administração.

O *CBP ONE* foi introduzido com o objetivo de organizar de forma mais sistemática o processo de entrada de migrantes nos Estados Unidos. Esse programa exige que os migrantes que chegam à fronteira dos Estados Unidos pelo México permaneçam do lado mexicano enquanto se inscrevem e aguardam uma data específica para poderem entrar nos Estados Unidos. Embora a política tenha a intenção de evitar o acúmulo de imigrantes na fronteira americana, na prática, ela impõe uma série de novos desafios para os migrantes.

Conforme relatos de 41 migrantes haitianos coletados em nossa pesquisa, o programa implementado pelos Estados Unidos nos últimos anos, que permite aos haitianos aguardarem no México antes de entrar nos EUA, tem sido crucial para melhorar suas condições. Esse programa oferece uma alternativa mais segura e organizada para o processo de migração, diminuindo a necessidade de arriscar a travessia perigosa da fronteira de maneira irregular.

A possibilidade de esperar pela data de entrada nos Estados Unidos em território mexicano proporciona aos migrantes haitianos um ambiente mais estável e menos ameaçador do que os acampamentos temporários e as condições precárias que enfrentavam anteriormente. Com a autorização para permanecer no México enquanto aguardam o processamento de suas solicitações, muitos migrantes solicitam documentos de permanência no país.

Em diversos casos, conseguem oportunidades de trabalho e, ao obterem a regularização de sua situação migratória no México, conquistam um benefício adicional: caso ingressem nos Estados Unidos e sejam deportados, podem retornar ao México, onde sua permanência ainda é legalmente reconhecida. Essa possibilidade contribui para aliviar parte do estresse e das dificuldades associadas à sua condição migratória, oferecendo uma alternativa de estabilidade em meio a um contexto marcado pela incerteza. Para muitos a implementação deste programa também representa um passo importante na humanização do processo de imigração, ao considerar as necessidades e condições dos migrantes, oferecendo-lhes uma alternativa que minimiza os riscos e proporciona uma chance de entrar nos Estados Unidos de maneira legal e ordenada.

Apesar dos relatos sobre a importância desse programa, é preciso reconhecer que ele não resolve todos os problemas enfrentados pelos imigrantes. Há desafios significativos que persistem, como aponta o artigo escrito por Dieugo Pierre, haitiano, formado pela Universidade Federal do Paraná em geografia, participou nos projetos Migração/Refúgio da Caritas/OIM/ACNUR e PBMI. No texto, PIERRE relata as dificuldades encontradas no trajeto, os obstáculos burocráticos e os limites do programa em oferecer suporte integral aos migrantes, evidenciando que, embora a iniciativa seja relevante, ainda há muito a ser aprimorado para atender plenamente às necessidades daqueles que buscam reconstruir suas vidas em novos territórios.

O artigo "desafios e controvérsias do aplicativo Customs and Borders (CBP One) nos processos migratórios e de asilo nos Estados Unidos," de autoria de Dieugo PIERRE⁶³, analisa os impactos do CBP One no sistema de asilo americano. Criado para modernizar e organizar o processo de entrada no país, o aplicativo tem sido alvo de críticas severas. Pierre descreve a ferramenta como uma "loteria," favorecendo alguns solicitantes de asilo enquanto exclui outros, o que aprofunda desigualdades no acesso a direitos fundamentais.

A concepção de uma aplicação de pedido de asilo funcionando como uma loteria para os solicitantes suscita dúvidas sobre a equidade do processo de seleção. A aleatoriedade inerente a esse sistema levanta questionamentos sobre se todos os solicitantes de asilo estão recebendo um tratamento justo e equitativo. Em um contexto em que o asilo deveria ser uma questão de proteção e da segurança dos direitos fundamentais humanos, confiar em um sistema de loteria poderia desviar o foco dos critérios legais e humanitários que deveriam orientar essas decisões.

Garantir que cada solicitação de asilo tenha uma oportunidade igual de acessar o aplicativo é fundamental para assegurar que todos os solicitantes tenham as mesmas chances. Portanto, é imperativo que qualquer inovação no processo de solicitação de asilo seja cuidadosamente avaliada quanto às suas implicações éticas, legais e humanitárias. As decisões sobre asilo devem ser pautadas pela consideração dos direitos e da dignidade das pessoas em busca de proteção, garantindo assim um sistema que seja justo e equitativo.

Embora o programa também seja visto como um avanço na tentativa de humanizar o processo migratório, ao oferecer alternativas mais seguras e organizadas para os migrantes, Pierre aponta importantes limitações. Ele destaca que falhas no funcionamento do aplicativo e

⁶³ PIERRE D. Os desafios e controvérsias do aplicativo Customs and Borders (CBP One) nos processos migratórios e de asilo nos Estados Unidos, p. 143, dezembro, 2024.

a desigualdade no acesso à tecnologia comprometem a eficácia e equidade do sistema. Pierre traz uma perspectiva crítica fundamentada sobre como o CBP One precisa de melhorias substanciais para cumprir seu propósito de forma justa e inclusiva.

Pierre argumenta que a aleatoriedade do sistema e a dependência de dispositivos tecnológicos dificultam o acesso ao asilo, especialmente para os mais vulneráveis. O autor adota como metodologia a observação de interações em um grupo de WhatsApp composto por 28 solicitantes de asilo, provenientes de países como Haiti, Venezuela e Cuba, regiões marcadas por crises socioeconômicas e políticas. O estudo revela como os problemas técnicos e a desigualdade no acesso à tecnologia agravam a exclusão de grupos já marginalizados. Segundo Pierre, o CBP One depende de dispositivos móveis e acesso à internet, o que exclui migrantes sem recursos tecnológicos.

A ausência de suporte técnico adequado e as constantes falhas no aplicativo são outros entraves, gerando frustração e sentimentos de impotência entre os usuários. O grupo observado relatou dificuldades em conseguir agendamentos, mesmo após semanas ou meses de tentativas, enquanto outros, registrados posteriormente, conseguiam rapidamente. Essa percepção de injustiça não apenas reforça o estresse emocional, mas também levanta questões sobre a equidade no sistema de asilo.

Além dos desafios práticos, PIERRE analisa o impacto emocional causado pela incerteza e pela espera prolongada. Muitos migrantes relatam sentir-se como participantes de uma competição injusta, onde o acesso ao asilo parece depender mais de sorte do que de critérios claros. A necessidade de priorizar registros antigos nos agendamentos é apontada como uma solução para reduzir a desigualdade percebida no sistema. Outro ponto importante destacado é a dificuldade de integração econômica enfrentada por esses migrantes, que, enquanto aguardam uma resposta, enfrentam altos custos de vida no México, onde muitos permanecem.

A pesquisa feita pelo autor também discute as limitações das "fronteiras inteligentes" e a crescente dependência de tecnologias no controle migratório. Segundo Pierre, essas inovações, embora apresentadas como modernas e eficientes, muitas vezes comprometem os Direitos Humanos ao criar barreiras adicionais para os migrantes. A digitalização dos processos, como o uso obrigatório do CBP One, exacerba a exclusão de grupos que não possuem acesso à tecnologia ou familiaridade com essas ferramentas.

A análise de Pierre reforça a necessidade de repensar o uso de tecnologias nos processos migratórios. Ele argumenta que, embora o objetivo seja melhorar a eficiência e a segurança nas fronteiras, essas ferramentas muitas vezes aprofundam desigualdades estruturais, desumanizando os migrantes. A pesquisa destaca que soluções mais inclusivas e acessíveis são essenciais para garantir que a transição para processos digitais não exclua os mais vulneráveis.

No mesmo sentido das críticas formuladas por Pierre, embora a partir de diferente perspectiva, são as observações e recomendações publicadas pela Anistia Internacional⁶⁴ sobre a obrigatoriedade do uso do aplicativo CBP One para solicitantes de asilo nos Estados Unidos. A organização tem expressado sérias preocupações sobre como essa medida viola os Direitos Humanos e as obrigações internacionais dos Estados Unidos. A Anistia destaca que a imposição do uso exclusivo do aplicativo para o agendamento de encontros nos pontos de entrada ao longo da fronteira sul dos Estados Unidos limita significativamente o acesso ao direito de asilo, especialmente para pessoas que não têm acesso a dispositivos móveis, à internet ou que enfrentam dificuldades tecnológicas e de alfabetização digital.

A Anistia Internacional também denuncia a privacidade comprometida e os riscos de vigilância excessiva, já que o aplicativo permite que o governo dos Estados Unidos monitore a localização dos solicitantes por meio de seus dispositivos móveis, uma prática que levanta sérias questões sobre a coleta de dados pessoais e a segurança dessas informações. A organização também alerta para o caráter discriminatório dessa medida, que pode excluir ainda mais pessoas vulneráveis, como indivíduos LGBTI, famílias com crianças pequenas e comunidades negras, indígenas e de cor, que já enfrentam riscos específicos durante a jornada migratória e a espera no México.

Em sua síntese, a Anistia Internacional destaca que o uso obrigatório do CBP One viola as obrigações internacionais dos Estados Unidos em matéria de Direitos Humanos em relação às pessoas que solicitam asilo. De acordo com o direito nacional e internacional, qualquer pessoa pode pedir proteção contra perseguições, e os Estados Unidos devem garantir que todas as pessoas envolvidas possam acessar seu território e apresentar um pedido que será avaliado de forma individualizada e justa, sem discriminação. "O funcionamento do aplicativo CBP One é problemático. As pessoas que solicitam asilo são obrigadas a instalá-lo em seus dispositivos móveis, permitindo que o escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos

⁶⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. États-Unis: L'utilisation obligatoire de l'application mobile CBP One viole le droit de demander asile, mai 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/fr/latest/news/2023/05/usa-mandatory-cbp-one-violates-right-asylum/>, acesso, Abril 2024.

rastreie sua localização enviando sinais pelo telefone. Os Estados Unidos devem assegurar que essas pessoas tenham acesso aos seus direitos a um procedimento legal em relação à determinação do status de refugiado e que não sejam enviadas de volta a locais onde correm risco de sofrer violência", declarou Erika Guevara-Rosas.⁶⁵

A Anistia defende que a política de asilo deve ser inclusiva e acessível a todos, sem a imposição de tecnologias que possam excluir os mais vulneráveis. O uso do CBP One como único meio para solicitar proteção internacional é visto pela Anistia Internacional como uma violação dos direitos fundamentais das pessoas e uma violação do direito de acesso ao asilo, que deve ser garantido de maneira equitativa, sem discriminação, e com respeito à dignidade humana. Os relatos dos migrantes evidenciam que, apesar dos desafios que ainda persistem, a melhoria nas condições proporcionadas pelo uso desse aplicativo representa um avanço significativo em comparação ao passado. Tal mudança reflete um esforço concreto para tratar os migrantes com mais dignidade e respeito.

Renault, ao compartilhar sua experiência, enfatizou que, independentemente do lugar onde estejam, todo ser humano merece proteção e respeito. "nou la se paske peyin pa bon" ((estamos aqui porque as condições no nosso país não estão boas), afirmou, explicando ainda que deixaram o Brasil devido à impossibilidade de sustentar suas famílias. Suas palavras reforçam a complexidade do fenômeno migratório, que é movido não apenas por circunstâncias de sobrevivência, mas também pelo compromisso com aqueles que dependem de seu apoio.

Ao chegar aos Estados Unidos, os migrantes precisam passar por um processo para obter documentos que lhes permitam trabalhar e iniciar essa nova fase da vida. Até o final da década passada, sempre que um haitiano chegava aos Estados Unidos pelas fronteiras, os responsáveis pela imigração realizavam uma entrevista que funcionava como uma pré-qualificação. O objetivo principal desta entrevista era entender a razão pela qual o migrante estava entrando no

⁶⁵ Tradução do autor: "Dans sa synthèse, Amnesty International relève que l'utilisation obligatoire de CBP One viole les obligations internationales des États-Unis en matière de droits humains à l'égard des personnes demandeuses d'asile. En vertu du droit national et international, chacun peut demander une protection contre la persécution, et les États-Unis doivent veiller à ce que toute personne concernée puisse accéder à leur territoire et déposer une demande qui sera évaluée de manière individualisée et équitable, sans discrimination. « Le fonctionnement de l'application CBP One pose problème. Les personnes demandeuses d'asile sont contraintes de l'installer sur leurs appareils portables, ce qui permet au bureau américain des douanes et de la protection des frontières de connaître leur localisation en envoyant des signaux par téléphone. Les États-Unis doivent veiller à ce que ces personnes bénéficient de leurs droits à une procédure légale en ce qui concerne la procédure de détermination du statut de réfugié et à ce qu'elles ne soient pas renvoyées là où elles risquent de subir des violences », a déclaré Erika Guevara-Rosas. "

país. Se o imigrante apresentasse uma razão válida e demonstrasse medo de retornar ao seu país de origem, ele poderia ser liberado sob um regime chamado "*Parole*".

A autorização para a concessão de "*parole*" no sistema de imigração dos Estados Unidos está estabelecida no Immigration and Nationality Act (INA), especificamente na Seção 212(d)(5)(A), que prevê que o Attorney General pode, a seu critério, conceder *parole* temporário para permitir a entrada de estrangeiros nos Estados Unidos, sob condições específicas, por motivos humanitários urgentes ou quando for de significativo interesse público. O texto da lei afirma:

"O Procurador-Geral pode, exceto conforme previsto no subparágrafo (B) ou na seção 1184(f) deste título, a seu critério, conceder entrada temporária nos Estados Unidos, sob as condições que ele possa prescrever, apenas com base em casos individuais, por razões humanitárias urgentes ou por um benefício público significativo, a qualquer estrangeiro que solicite admissão nos Estados Unidos..." (Seção 212(d)(5)(A) do INA).⁶⁶

Para a migração haitiana, com ingresso nos Estados Unidos pela fronteira com o México, a política de *parole* tem sido usada para permitir sua admissão temporária, em resposta a crises humanitárias ou condições extremas em seu país de origem. Esses migrantes são avaliados individualmente, e aqueles considerados elegíveis recebem o *parole* temporário, que lhes permite permanecer nos EUA enquanto aguardam decisões sobre seu status migratório ou outras soluções.

Esse documento possibilita que o processo migratório seja acompanhado fora da prisão, ou seja, o imigrante pode esperar em casa até ser novamente chamado pelas autoridades de imigração para a continuidade do seu processo. Esse procedimento permite ao migrante uma integração mínima à sociedade americana, enquanto aguarda o desenrolar de seu processo, reconhece a vulnerabilidade e as dificuldades enfrentadas por muitos. Durante esse período, espera-se que o migrante compareça a todas as audiências e cumpra as determinações das autoridades, sendo possível, em alguns casos, regularizar sua situação de forma definitiva.

⁶⁶ Tradução do autor: "*The Attorney General may, except as provided in subparagraph (B) or in section 1184(f) of this title, in his discretion parole into the United States temporarily under such conditions as he may prescribe only on a case-by-case basis for urgent humanitarian reasons or significant public benefit any alien applying for admission to the United States...*" (INA Section 212(d)(5)(A)).

Quando o migrante recebe a comunicação da sua data de entrada e é finalmente autorizado a ingressar nos Estados Unidos, ele passa pela imigração americana para obter um documento chamado I-94⁶⁷. Esse documento é crucial para a regularização temporária dentro do país, e sua validade pode variar: alguns imigrantes recebem um I-94 válido por dois anos, outros por um ano ou seis meses. A falta de uniformidade na duração do documento gera incertezas e ansiedade entre os migrantes, que precisam estar atentos às renovações e às exigências das autoridades para evitar cair em situação irregular.

Com o I-94 em mãos, os imigrantes podem seguir diretamente para a casa de parentes ou amigos, sem a necessidade de passar por centros de detenção. No entanto, isso não os exime das obrigações do processo migratório. Eles devem seguir estritamente os procedimentos estabelecidos, incluindo a solicitação de uma autorização de trabalho. Essa autorização, com a mesma validade do I-94, permite que o imigrante busque meios de subsistência enquanto aguarda a resolução de sua situação.

O próximo passo, após a obtenção do I-94, é a solicitação de asilo, um procedimento complexo que exige atenção aos detalhes e pode levar bastante tempo para ser processado. Uma vez feita a solicitação, o imigrante deve aguardar entre 150 e 180 dias para que sua aplicação e impressões digitais sejam analisadas. Esse tempo é necessário para que as autoridades realizem todas as verificações e determinem se o migrante se qualifica para o asilo. Após esse prazo, ele tem o direito de solicitar uma autorização de trabalho.

Historicamente, essa autorização era válida por dois anos, mas mudanças recentes nas políticas de migração dos EUA permitem que os solicitantes de asilo recebam uma autorização válida por até cinco anos. Essa mudança oferece maior estabilidade aos solicitantes, permitindo uma melhor integração à sociedade americana enquanto aguardam a decisão final sobre seu caso. Durante o processo, o migrante deve se apresentar a uma audiência perante um juiz, chamada de audiência preliminar ou "master hearing", onde se verificam informações básicas, como se o imigrante ainda reside no mesmo endereço e se já fez o pedido formal de asilo. Se ainda não o fez, o juiz pode orientá-lo a solicitá-lo.

O juiz também pode solicitar a presença de um advogado na audiência seguinte, o que aumenta as chances de sucesso no processo. Após essa audiência preliminar, o migrante é convocado para um julgamento mais longo, que pode durar até oito horas. Nesse julgamento, o

⁶⁷ u.s. customs and border protection. *I-94, Arrival/Departure Record*. Disponível em: <https://i94.cbp.dhs.gov/home>, acesso Nov 2025.

juiz e os advogados analisam os fatos apresentados para determinar se o migrante tem o direito de permanecer nos Estados Unidos. Se o juiz se convencer dos argumentos e provas, pode conceder a residência permanente ao migrante. Caso contrário, ele pode ser deportado, embora tenha o direito de recorrer, e o processo de apelação pode se estender por muitos anos, em alguns casos até 10 a 15 anos.

Um fator adicional que pode influenciar o destino dos imigrantes ao longo desse processo é a possibilidade de o governo dos Estados Unidos conceder o Status de Proteção Temporária (TPS). Esse status especial é dado a cidadãos de países que enfrentam condições extraordinárias, como desastres naturais ou conflitos armados, tornando perigoso o retorno ao país de origem. Se o governo americano decidir conceder o TPS aos haitianos, por exemplo, qualquer migrante haitiano já presente nos Estados Unidos, independentemente do tempo que passou aguardando seu processo de asilo, pode se inscrever para obter esse status.

Entre 2016 e 2021, o governo dos Estados Unidos liberou o acesso ao TPS (Temporary Protected Status) para migrantes em várias ocasiões, refletindo as condições instáveis e perigosas que continuam a prevalecer no Haiti. Para muitos migrantes, a obtenção do TPS pode representar uma solução temporária, mas valiosa, para permanecer no país de forma legal enquanto seu caso de asilo é processado ou até mesmo arquivado, dependendo da decisão do juiz responsável. A concessão do TPS pode suspender ou alterar o curso de um processo de asilo, oferecendo uma proteção adicional ao imigrante e permitindo que ele continue sua vida nos Estados Unidos com menos incertezas. Esse emaranhado de normas e procedimentos burocráticos migratórios se apresenta uma verdadeira selva a ser enfrentada.

Embora a política migratória americana tenha melhorado em alguns e endurecido em outros aspectos, muitas dessas mudanças refletem os desafios globais e a necessidade de um sistema que equilibre a segurança nacional com os Direitos Humanos e as realidades dos migrantes que fogem de condições insustentáveis em seus países de origem. A experiência dos haitianos nos Estados Unidos serve como um microcosmo das dificuldades enfrentadas por migrantes em todo o mundo, ao mesmo tempo em que destaca a resiliência e a determinação daqueles que buscam uma vida melhor para si e suas famílias, apesar dos inúmeros obstáculos que encontram pelo caminho.

A concessão do TPS não garante uma solução definitiva para os migrantes. Trata-se de um status temporário, que depende da renovação periódica por parte do governo americano e não oferece um caminho direto para a residência permanente ou cidadania. Isso significa que

os beneficiários do TPS vivem sob a constante incerteza de que sua proteção pode não ser renovada, expondo-os novamente ao risco de deportação. Além disso, as barreiras burocráticas e os custos associados ao processo de aplicação para o TPS podem ser intransponíveis para muitos, especialmente aqueles em situações econômicas precárias. A aplicação do TPS também ilustra os desafios mais amplos enfrentados pelo sistema migratório americano, incluindo as tensões entre os diferentes ramos do governo.

Por um lado, o Congresso possui o poder de legislar sobre mudanças mais abrangentes nas leis de imigração; por outro, o Poder Executivo é responsável por implementar essas políticas, frequentemente por meio de ordens executivas e regulamentos administrativos. Essa dinâmica pode levar a uma falta de consistência e previsibilidade nas políticas migratórias, dependendo das prioridades da administração em vigor.

É perceptível que o contexto social e político nos Estados Unidos influencia diretamente a percepção pública sobre os migrantes haitianos e outros beneficiários do TPS. Movimentos anti-imigração, alimentados por narrativas que associam imigração a ameaças à segurança ou pressão econômica, criam um ambiente hostil para os migrantes. Por outro lado, grupos de defesa de Direitos Humanos e organizações comunitárias desempenham um papel crucial no apoio aos migrantes, oferecendo assistência jurídica, ajuda humanitária e advocacia política para melhorar suas condições de vida.

É evidente a capacidade da comunidade haitiana nos Estados Unidos se organizar e criar redes de apoio mútuo. Igrejas, associações culturais e outros grupos comunitários têm sido fundamentais na integração dos haitianos, proporcionando não apenas suporte material, mas também um senso de pertencimento em um ambiente frequentemente adverso. Essas redes também desempenham um papel importante na preservação da identidade cultural haitiana, permitindo que as gerações mais jovens mantenham uma conexão com suas raízes, mesmo em solo estrangeiro.

A trajetória dos haitianos nos Estados Unidos também destaca a importância de uma abordagem migratória que leve em consideração os princípios de justiça e equidade. O sistema atual, embora ofereça algumas proteções, muitas vezes falha em reconhecer plenamente as contribuições dos migrantes para a sociedade americana, bem como as circunstâncias excepcionais que os levaram a deixar seus países de origem. Políticas que promovam a regularização do status migratório e a inclusão social dos imigrantes não apenas beneficiam os indivíduos diretamente afetados, mas também fortalecem o tecido social.

Permanece como tarefa política e acadêmica a discussão sobre o e outras formas de proteção migratória seja inserida em um contexto mais amplo de cooperação internacional. O TPS representa tanto uma oportunidade quanto um desafio para os haitianos nos Estados Unidos. Embora ofereça uma proteção temporária em meio a circunstâncias adversas, ele também expõe as limitações de um sistema migratório que ainda precisa evoluir para responder de maneira mais adequada e eficaz às realidades dos migrantes.

CONCLUSÃO

A migração, em grande parte das vezes, não resulta de uma escolha voluntária, mas de uma imposição das circunstâncias. Muitos migrantes não deixam seus países por desejo, mas por necessidade, impelidos por fatores que tornam a permanência inviável. Grande parte dessas pessoas não optaria por sair de sua terra natal (*pati*) caso tivesse acesso a uma vida digna, com direitos básicos assegurados, como educação, saúde e segurança. A ausência dessas condições fundamentais, somada à insegurança econômica, política e social, compõe um cenário de desesperança que obriga indivíduos a buscar refúgio em outros territórios. Assim, a migração deixa de ser compreendida como um ato voluntário e passa a ser entendida como uma estratégia de sobrevivência.

A pesquisa teórica, os dados recolhidos e os relatos obtidos nas entrevistas possibilitaram mobilizar o conceito de ***“migração de sobrevivência”*** para aprofundar a análise da migração haitiana rumo aos Estados Unidos. Trata-se de uma migração impulsionada por condições de vida que ameaçam a integridade física e emocional dos sujeitos, não por aspirações ou ambições individuais. No caso haitiano, essa realidade é especialmente evidente diante do histórico de crises políticas, desastres naturais e desigualdades estruturais que acentuam a vulnerabilidade social de sua população.

O conceito de voluntariedade no ato de migrar, muitas vezes idealizado como uma decisão consciente em busca de uma vida melhor, revela-se inadequado frente às condições enfrentadas por indivíduos compelidos a deixar seus países. Relatos como os de Samy, Ducinvil e Jean Robert demonstram que, para muitos haitianos, a migração não decorre de planejamento ou desejo de expansão pessoal, mas de uma urgência imposta por condições insustentáveis, nas quais sobreviver se torna prioridade absoluta.

A migração haitiana, nesse sentido, é motivada por contextos de violações sistemáticas de direitos humanos. A ausência de segurança, o desemprego estrutural e a falta de acesso a

serviços básicos criam um ambiente de desamparo. Diante da negação de sua dignidade no país de origem, migrar torna-se uma resposta compulsória a um cenário que inviabiliza qualquer perspectiva de vida digna.

Nesse contexto, **pati** representa uma decisão marcada por angústia, esperança e renúncia. Famílias que abandonam suas raízes levam consigo o peso das incertezas e das perdas. A jornada migratória, embora idealizada como caminho para melhores condições de vida, revela-se permeada de riscos e obstáculos: travessias por rios caudalosos, desertos escaldantes e fronteiras militarizadas, que exigem coragem e resistência física. Ao longo desse percurso, os migrantes se expõem a situações de violência, exploração e até mesmo à morte.

Muitas vezes, o preço da busca por estabilidade é o rompimento definitivo com suas origens. Partem conscientes de que talvez não retornem, de que as despedidas podem ser permanentes e de que a travessia pode custar suas vidas. Tragédias como afogamentos e naufrágios transformam esses caminhos em verdadeiros cemitérios, onde sonhos e vidas se perdem. O provérbio haitiano **“chache lavi detwi lavi”** — buscar a vida destrói a vida — sintetiza com precisão essa realidade. Ainda assim, a esperança de dignidade permanece como força motriz.

Ao atingirem o destino final ou provisório, os migrantes enfrentam novas frustrações: discriminação, barreiras burocráticas e dificuldades de inserção social. O ideal de uma “vida melhor” cede lugar a uma nova série de desafios. Trabalhos precários, moradia inadequada e a saudade constante tornam-se rotina. Embora alguns consigam reconstruir suas vidas, essas trajetórias de resiliência não eliminam a urgência de políticas públicas inclusivas e efetivas na proteção dos direitos humanos.

As narrativas colhidas nas entrevistas confirmam que a migração de sobrevivência ultrapassa o deslocamento geográfico. Trata-se de uma denúncia viva das desigualdades globais que perpetuam ciclos de pobreza, violência e instabilidade. Cada passo dado representa um grito silencioso por justiça. Enquanto as causas estruturais da migração não forem enfrentadas, essas jornadas continuarão a se repetir. No imaginário haitiano, os Estados Unidos figuram como terra de promessas — símbolo de reconstrução —, ainda que esse sonho esteja permeado de incertezas e riscos.

Nesse debate, o autor ***Lauriston Yrvin*** contribui ao analisar o idealizado “sonho americano”. Embora exerça forte apelo sobre quem busca melhores oportunidades, esse ideal

revela-se, na prática, muitas vezes distorcido. Para grande parte dos migrantes haitianos, *pati* não é fruto de uma escolha autônoma, mas de uma necessidade urgente de proteção. A noção de “melhoramento das condições de vida” está, nesse caso, vinculada à ausência de alternativas reais.

Essas questões desconstróem a ideia naturalizada de que todos têm controle sobre seus destinos, evidenciando os limites impostos por contextos de pobreza, violência e instabilidade. Para muitos haitianos e outros povos, migrar para os Estados Unidos é menos uma aspiração e mais uma tentativa de fuga de uma realidade insustentável. Contudo, esse sonho frequentemente se desfaz no percurso — especialmente entre aqueles que ficam retidos no México, vítimas do fechamento de fronteiras, do medo da deportação e da separação familiar.

A crise migratória se agravou no segundo mandato de **Donald Trump**, cuja política adotou medidas mais rígidas de contenção. Desde o início de sua gestão, houve retrocessos em garantias fundamentais, como o direito à cidadania por nascimento, além da intensificação das ações repressivas nas fronteiras. Esse contexto consolidou um cenário de instabilidade para os migrantes haitianos, ampliando sua marginalização.

A desativação de mecanismos de acolhimento e o aumento das deportações dificultaram o acesso à regularização e à integração. A criminalização dos migrantes revela uma política de exclusão que viola os princípios básicos do direito internacional. Diante disso, torna-se essencial uma análise crítica e multidimensional das políticas migratórias, que não apenas afetam diretamente os migrantes, mas também reforçam desigualdades globais. A autonomia dos Estados, embora legítima, não pode justificar práticas que desrespeitam a dignidade humana.

As restrições exacerbadas contribuem para a perpetuação da vulnerabilidade. Por isso, é papel da comunidade internacional e das instituições de direitos humanos questionar tais políticas e propor alternativas que assegurem o direito de migrar com dignidade.

Considerando que os fluxos migratórios contemporâneos são impulsionados por múltiplos fatores — econômicos, sociais, políticos e ambientais —, as soluções precisam ser estruturais e de longo prazo. As políticas migratórias devem ir além do controle de fronteiras e contemplar estratégias de acolhimento, regularização e integração. Mecanismos que promovam a inclusão social e econômica nos países de destino, bem como ações internacionais voltadas ao enfrentamento das causas profundas da migração, são fundamentais.

Com tantas restrições, o “sonho americano” transforma-se em miragem. Aqueles que arriscam tudo para cruzar fronteiras enfrentam não apenas barreiras físicas, mas também um turbilhão de medo, frustração e incerteza.

A migração de sobrevivência não pode ser compreendida como uma escolha livre. Trata-se de uma resposta forçada a estruturas que negam direitos e dignidade. Esse quadro revela a responsabilidade conjunta dos países de origem — que não garantem condições mínimas — e dos países de destino — cujas políticas, muitas vezes, ignoram a dimensão humana da migração.

A superação dessa realidade exige um compromisso global que vá além de soluções paliativas. É necessário enfrentar as raízes da desigualdade, da pobreza e da violência que forçam populações inteiras a migrar. Reconhecer a complexidade da migração de sobrevivência é compreender que ela reflete falhas estruturais de uma ordem mundial excludente. Assegurar o direito de permanecer com dignidade é tão urgente quanto garantir o direito de migrar. Somente com políticas inclusivas e baseadas na dignidade humana será possível construir um mundo em que migrar seja uma escolha legítima — e não uma imposição desesperada.

REFERÊNCIAS

ABDELMALEK, Sayad. *A migração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

ACNUDH. Relatório de 2023: Vítimas de conflitos armados. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/03/24/escritorio-de-direitos-humanos-da-onu-detalha-os-ultimos-abusos-em-ataques-da-russia-a-ucrania.gh.html>. Acesso em: 28 dez. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. États-Unis: L'utilisation obligatoire de l'application mobile CBP One viole le droit de demander asile. Mai 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/fr/latest/news/2023/05/usa-mandatory-cbp-one-violates-right-asylum/>. Acesso em: abr. 2024.

ARBOLEDA, E. The Cartagena Declaration of 1984 and Its Similarities to the 1969 OAU Convention – A Comparative Perspective. *International Journal of Refugee Law*, v. 7, 1995, p. 87-101.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Haitianos relatam dificuldades enfrentadas no Brasil. Jun. 2014. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/06/10_direitos_humanos_imigrantes_haitianos.html.

BETTS, A. *Survival Migration: Failed Governance and the Crisis of Displacement*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORDAS, F. C.; SILVA, J. L. A.; MELLO, L. E. Inversões constitucionais e erosão de direitos: mapa e agenda da corrosão do trabalho no Brasil. In: GEDIEL, J.; MELLO, L. (org.). *Erosão de direitos: reformas neoliberais e assédio institucional*. Curitiba: Kaygangue, 2019.

CADET, R. Etude rétrospective sur les transferts de fonds de la diaspora haïtienne: perspectives pour une remobilisation vers le financement du développement durable d'Haïti. Port-au-Prince: PNUD, 2022.

CARENS, J. *The case for open borders*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 225–287.

CARLOS ALEXANDRE HEES; VENY, L.; HEES, L. W. B. Direito internacional da mobilidade humana: o caso dos haitianos nos Estados Unidos. Engenheiro Coelho, SP, p. 41-55, 2º semestre de 2017.

CASAGRANDE, M. M. Procedimentos para determinação de apatridia e processos de naturalização simplificados: a migração como solução de proteção? In: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (org.). *Migrantes Forçad@s: conceitos e contextos*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018. p. 406–429.

CASAGRANDE, M. M. Refugiados: proteção universal sob a perspectiva da aplicação transistêmica do direito interno e do direito internacional. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 19, p. 125–147, 2017.

CHETAIL, V. Sources of international migration law. In: OPESKIN, B.; PERRUCHOUD, R.; REDPATH-CROSS, J. *Foundations of international migration law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 56–92.

CLIMATE CHANGE, Disasters and Displacement. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg). Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: Ministério da Justiça.

DUCINVIL, S. *Eske lakay vin bon.* 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ly7xCHuvpiM>. Acesso em: 27 jun. 2024.

DUVAL FERNANDES, A. V. F. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982017000100145&script=sci_abstract&tlng=pt.

ETIENNE, S. P. *L'énigme haïtienne: Échec de l'État moderne en Haïti*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2007.

FEDERICO, Neiburg. *Conversas etnográficas haitianas*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.

FONSECA, J. *Migração haitiana no Brasil: desafios e políticas públicas*. São Paulo: Editora Social, 2020.

GEDIEL, J. A. P.; CASAGRANDE, M. M. A migração haitiana recente para o Brasil: bases teóricas e instrumentos jurídico-políticos. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 4, n. 8, p. 97–110, 2015.

GIDDENS, A. *Sociology*. Cambridge: Polity Press, 2016.

HANDERSON, J. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Rio de Janeiro, 2015.

IMMIGRATION AND NATIONALITY ACT. Section 212(d)(5)(A), U.S. Code, Title 8, Section 1182(d)(5)(A).

JUBILUT, L. L. A judicialização do refúgio. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: CL-A Cultural, 2011. p. 163–178.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. de O. S. Refugee Status Determination in Brazil: a tripartite enterprise. *Refuge*, v. 25, p. 29–40, 2008.

LAURISTON, Y. *Le rêve haïtien: revue & corrigée*. P. ed. Dos Carré Collé, 2021.

McADAM, J. *Climate change, forced migration, and international law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 52–98.

McADAM, J. The concept of crisis migration. *Forced Migration Review*, n. 45, 2014.

MILLER, D. Is there a human right to immigrate? In: FINE, S.; YPI, L. (eds.). *Migration in political theory: the ethics of movement and membership*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 11–31.

MONTINARD, M. *Pran wout la: expériences et dynamiques de la mobilité haïtienne*. 2019. 346 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Setor de Antropologia, Rio de Janeiro, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Acordo de Paris: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. 2015. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em: jan. 2025.

OCID. Rapport de synthèse: enquête nationale sur les préoccupations de la population et ses perceptions des valeurs et des institutions de la démocratie. Décembre 2021.

OLIVEIRA, A. P. A violência e a instabilidade política no Haiti: impactos na diáspora haitiana. *Revista de Segurança Internacional*, 2021.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). 1948. Disponível em: <https://institutoaurora.org/o-que-sao-direitos-humanos>. Acesso em: 28 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Alerta sobre crise humanitária no Haiti dois anos após terremoto de janeiro de 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/02/02/onu-alerta-sobre-crise-humanitaria-no-haiti-dois-anos-apos-terremoto-de-janeiro-de-2010.htm>. Acesso em: mar. 2021.

Perspectivas. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (orgs.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: CL-A Cultural, 2011. p. 15–44.

PIERRE, D. Os desafios e controvérsias do Aplicativo CBP One nos processos migratórios e de asilo nos Estados Unidos. *Pleamar: Revista del Departamento de Geografía*, n. 4, p. 141–164, 2024.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROCHA, M. *Adaptação cultural e integração dos migrantes haitianos no Brasil*. Brasília: Instituto de Estudos Migratórios, 2018.

ROMAIN, C. *Géopolitique et migrations en Haïti: essai sur les causes de l'émigration haïtienne et sur l'utilisation des migrants*. Paris: Société des écrivains, 2012.

SANTOS, A. *Acolhimento e legalização de haitianos no Brasil: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2016.

SANTOS, J. Apoio e integração dos migrantes haitianos no Brasil. *Revista de Migrações e Políticas Públicas*, v. 12, n. 2, p. 45–67, 2016.

SANTOS, R. F. Crise econômica e suas implicações no mercado de trabalho para migrantes haitianos. *Journal of Migration Studies*, 2017.

SCHULLER, M. Between rights and rightlessness: Haitian migrants and the elusive promises of humanitarianism. *Hemispheric Institute*, v. 14, n. 1, 2017.

SILVA, J. M. Desafios da migração haitiana no Brasil: entre a adaptação e a exclusão. *Revista de Estudos Latino-Americanos*, 2018.

SILVA, P. *Imigração e direitos humanos: o caso dos haitianos no Brasil*. Porto Alegre: Editora Universitária, 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Índice de Percepção de Corrupção 2023. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2023>. Acesso em: 28 dez. 2024.

UNDP. *Human development report 2020: the next frontier – human development and the Anthropocene*. New York: United Nations Development Programme, 2020.

U.S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES (USCIS). Humanitarian or Significant Public Benefit Parole for Individuals Outside the United States. Disponível em: <https://www.uscis.gov>.

ZOLBERG, A. R.; SUHRKE, A.; AGUAYO, S. *Escape from violence: conflict and the refugee crisis in the developing world*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs, 2019.

ANEXOS

Fòmilè rechèch sou fenomèn migratwa ayisyen ki soti Brezil ale Etazini ant 2016 a 2021

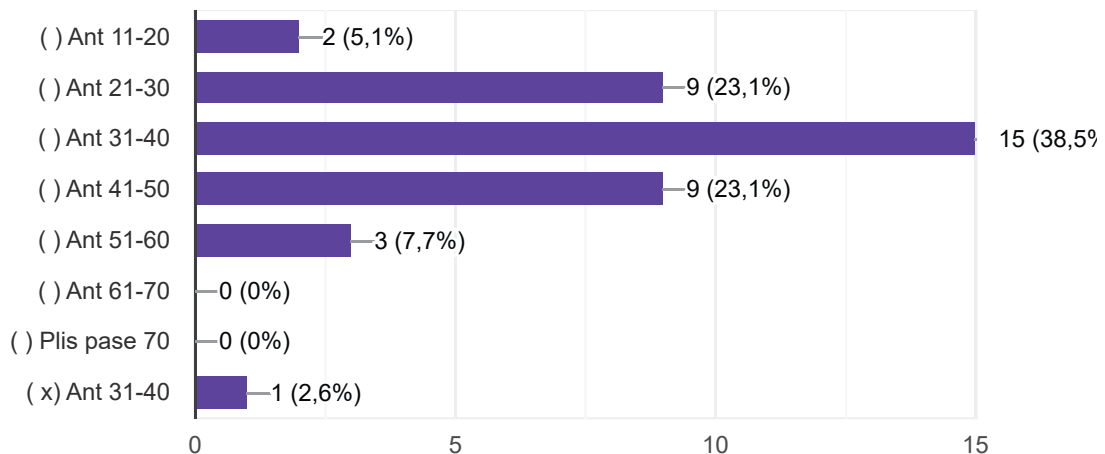
39 respostas

[Publicar anàlise](#)

1. Ki laj ou?

[Copiar](#)

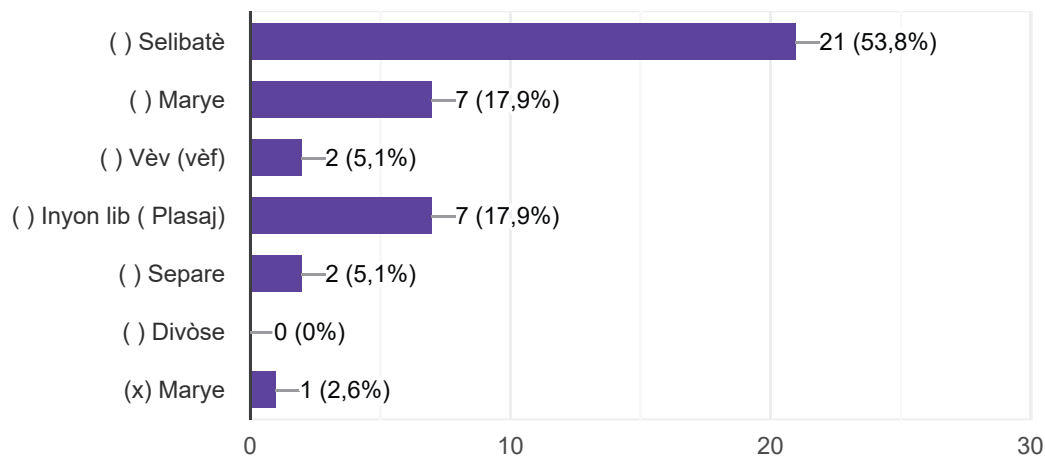
39 respostas



2. Eta sivil:

[Copiar](#)

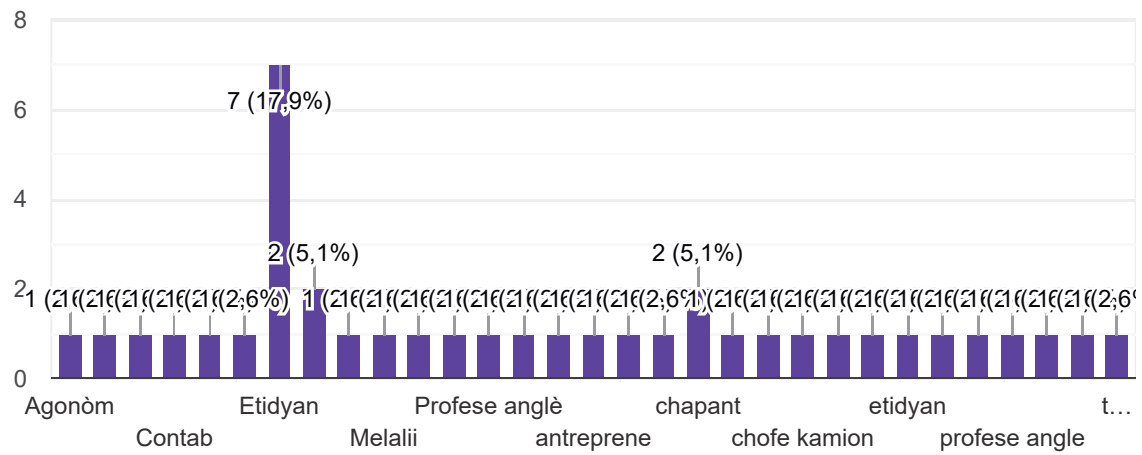
39 respostas



3. Ki pwofesyon ou?

 Copiar

39 respostas



4. Konbyen tan ou te pase Brezil, Ki pricipal faktè ki motive w pou w deside imigre Etazini? ?

39 respostas

4 ane

4

3 zan

2 zan

3ane, real pa pemet nou ede fanminou yo

3 ans

6 mwa

3ane

6 zan, sitiyaşyon ekonomik

10ans

5kan

6 ane

7 Alane. Faktè ekonomi, nan yon sans mweb ka di sosyal tou paske nan Brezil/Curitiba pa gen yon kominote ayisyèm. Tankou isit usa gen anpil bagay mw te konn konsone ayiti mw fè 7 lane Brezil ke mwen pat janm jwenm epi sou premye jou mwen rive usa mw jwenn yo nan kominote ayisyèm ki nan vil lan san difikilte.

10 anos

teknik enfimye.

3 zan, valé real la

Mwen te fè 8 tan breuil. Rezon ki motive m kite Brazil. Se kòb la , sa nou antre pat ka reponn avèk bezwen nou. Ale vwa Pou nou ta ede fanmi nou ki en ayiti

9 ane, mouin fe tansa ap travay menm m pát ka fe ekonomi. se sak fem kite Brezil men mwen renmen Brezil anpil. Se dezyèm peyim

5



Mwen te pase 5 ane epi 10 mwa brezil, mt kite brezil pou sityasyon ekonomi peyi a

2 zan, Etazini se te rev mwen, tou fanmim la

5 an

Mwn te pase anviwon 2 an brezil

1 nan

7ane

5 ane, mwen gen anpil fanmiy la.

2 zan 7 mwa , mwen kite brezil paske mwayen ekononik la pat pèmèt gen yon mòd vi nòmal.

3 ane, fanmi mwen ki banm boustè

3

5 kan, faktè ekonomik, mwen pat ka fè ekonomi.

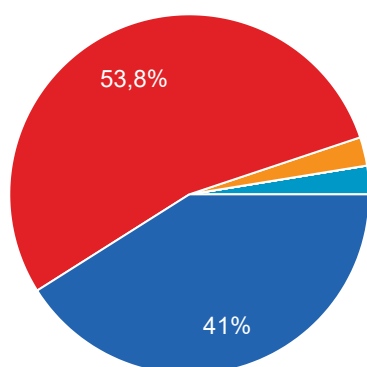
3zan

5 kan, yon frem ki etazini ki fosem pran wout la

5. Vwayaj la te fèt: pou kont ou oswa an gwoup?

 Copiar

39 respostas



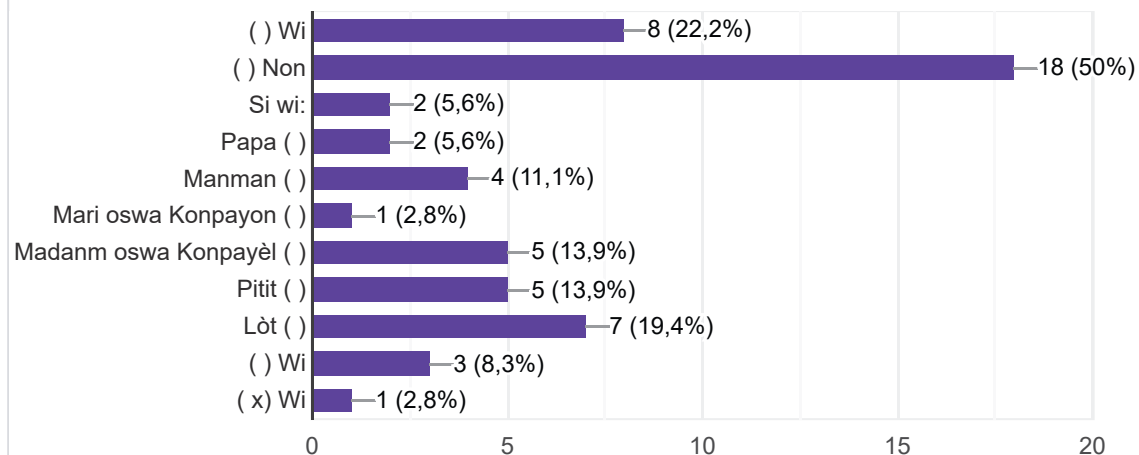
- () Pou kont mwen
- () An gwoup, Konbyen moun? ()
- Gason (2)
- Fanm (3)
- Timoun ()
- (x) An gwoup, Konbyen moun? ()



6. Gen moun nan gwoup la ki gen lyen fanmi?

 Copiar

36 respostas



7. Konbyen jou ou pase nan forè ant Kolonbi ak Panama, epi kijan eksperyans lan te ye?

39 respotas

5 jou

6 jou

6

7 jou

8 jou akòz timoun nou pat ka mache vit

Nou pase sis jou

5

8, se te vrèman difisil

2 jou

Mw pat pase nan forè a

5, nou mache anpil

9

Mwen pat pase nan forè a

6 jou, vmove

6 jou anba anpil difikilte

Mw pat pase nan forè a mw te pase Nikaragua

5

7 jou, anpil fatig, swaf. tre difisil

7

8 jou



senk jou

Mwn pat pase nan forè

7 jou anba lapli

4 jou, anpil difikil Perez.

3 jou

7, move

5 jou, se te difisil anpil



8. Ki prensipal difikilte ou te rankontre pandan trajè soti Brezil pou ale Etazini?

39 repostas

fore a

raje a

wout a pye a

lapli ak labou n rache a

Anpil lapli ak rache a

Raje a

Anpil lapli nan forè a

Mache na fore a anbalapli, grangou.

Sekirite au lajan

Guatemala san lajan ou pap pase paske se yon group máfia ki komande

dlo desan ak rage

travèse dlo ak forè a

Mwen pat rankontre difikilte, men polisye nan anpil peyi mwen pase yo pran kòb nan men nou, fouye nou yo pran sa yo jwenn. Sèl Honduras ki pa nan sa e ki bay yon sèvis pou ke nou pase san pwoblèm.

travèse dlo ak raje a

Mexik yo maltrate imigran anpil ak Guatemala mafya te pran kob mw

swaf dlo, grangou, fatig

Vòlè te pran sa nou te genyen. Epi nous te pase 17 jou devan imigrasyon lajounen kòm lannwit anba goumen , fatra , eletriye pou nou te jwenn ti kat sejou a pou te ale nan lòt vil

7 jou ap mache la labou epi travesè dlo.

pase nan raje ak pitit

Mt rankontre anpil difikilte tankou grangou, vòlè anpil soufrans elatriye



travese kolonbi ak panama

travese fore a

Pat vreman gen difikilte

lapli ak dlo

dlo nou travè se yo, mwen pa gonnaje, mwen pe dlo.

fore a te gen anpil labou

Difikilte lajan

Travèse forè ak travèse Nicaragua

make nan raje a

Travese dlo ak forè a

Mwen te fe anpil jou kolonbi avan travèse dlo pou rantre rantre nan raje a.

make nan fore a

lapli ak wout a pye a



9. Pandan vwayaj la, èske w te eksplwate oswa abize pa trafikan oswa gwoup kriminel yo?

39 respostas

non

Non

nou pedi kob men gras bondye nou soti vivan

Mouin pedi telefon ak lajan

wout la chaje volè

yo te pran kob sou nou

Yo te pran telephone ak tout lajan nou te genyen

depi colombie yo pran telefòn ak kòb nou te genyen

Non

Vole ki te pran sa tou te gente, poun kontinye se le nou rive panama, nou rele pou fanmi nou voye kob pou nou.

Eksplwate

moun pedi lajan ak telefon

wi, pedi lajan

Se selman nan kesyon yo fè nou bay yo menmlè ou te fin peye yo pou yon pakou yo dwe fè avèk ou

mmouin pedi lajan

Oui plizyè fwa

wi, yo pran kob

yo volè tout sa nou te pote

Wi

Sél kob mwen pedi



wi

mwen te pédi kòb

yo pran kob ak telefone

premye fwa non, dezyem fwa vole te bare nou

10. Èske ou te jwenn asistans medikal pandan vwayaj la?

39 respotas

non

Non

panama te yon na timoun ki te malad apil anpil

no9n

Wi, Panama, kote yo resevwa moun yo.

Pá enpòtan paske se non

Te genyen Honduras men li pat nesesè pou mw

Se pat yon bagay kite fasil.

Wi, lèm t rive nan refijye panama

panama

Wi



11. Kijan kesyon sekirite a te ye pandan vwayaj la?

39 respotas

pa gen sekirite

Pa gen sekirite

sekirite 0

vwayaj sa a pagen sekirite

pa genyen

Pat gen kesyon sekirite

Yon garde sou lot

40 %

pa gen sekirit, tout koukouy klere pou je ou

Pa gen anyen kite rive mwen, men sa pa vle ke mwen pat enkye pou sekiritem.

pa gen sa pyes

mwen pat jwenn sa a

Sekirite sero

pa gen pyes

nouy pat jwenn sa a

Nous ka mete li 5,5 pou san

pat gen sa pyès

Pat genyen

0

pat genyen

non



Pat tro mal

negatif

mouin pat jwenn sa

Yon sekirize lot

Mwen te vwayaje san pwoblèm

Pa gen sa menm

nou jwen sekirite

pa gen sekirite, gen anpil vòlè

wout la pa gen sekirite

pa gen sa a



12. Èske ou te jwenn abri oswa lojman pandan vwayaj la? Si wi, ki kote?

39 respotas

non

Non

panama

Panama

Nou te jwenn lojman Panama

Mwen te jwenn abri Panama ak na asosyasyon Meksik

Tant nou te pote

Pou mwen non

non, nou te peye kèk jou kay sou fontyè kolonbi, avan nou travè dlo a.

Non

Wi mwn te peye.

mopuin pat jwenn

Wi , banana ak costa rica

no9n



13. Nan ki ane ou te rantre Etazini e sou ki fontyè w te rantre (ki vil, ki eta)

39 respostas

2021

2017

2021 Texas

Texas

Arizona

2016

2015

Califonia

premye fwa sete 2016. Califonia

2019

2021, Texas

Mw mexik toujou

2021 arizona

2024, frontyè Brown ville/Texas

Arizona, 2019

Mw poko rive

2022

En 2022 fontyè joares

Texas, 2020

Mw rantre 2022, sou fontye Reinos

Teaxas an 2018



2019, texas

califonia

2016 California

texas, 2021

2014 fontyè ant perou e brezil

2018

2021, texas

2017 Califonia



14. Èske ou menm oswa yon moun nan gwoup la te arete oswa depòte nan rantre sou tèritwa Etazini

39 respostas

non

Non

Wi

mouin gen yon kouzenm ki haiti jis konnya

Yo te arete nou, apres la nou. Mwen gen yon bò frem ki te pe rete etazini li rantre canada.

oui, yon zanmim

mwen te arete e depote

Yon kouzenm

wi, papam

Mw pá gen enfo sa

gen 2 moun ki te depote

Yon sel kite depòte

yon kouzenm

mwe te arete

Yo te aretem, mwen pase 29 jou prizon

wi

wi, yo te depotem an 2016



15. Èske w mande azil oswa nenpòt lòt fòm pwoteksyon nan Etazini?

39 respostas

wi

oui

Non

Wi

nou mande azil men sa poko mache

Mwen mande azil

Wi, mwen mande azil

Mw poko paske mw poko rive

nou mande azil

mwen mande azil

Azil

Mw poko rive nan etap sa mw nan cbp one

wi

MWEN fè azil kanada

mouin mande azil

Mwen mande azil

wi

mwen gen tps epi mwen sou azil



16. Èske w jwenn konsèy jiridik oswa asistans legal pandan pwosesis migrasyon an?

39 repostas

wi

non

Wi

non, zami ki ede nou

Fanmi mwen peye avoka

Fanmy mwen peye yon avoka pou mwen depi lem te fek rive

Non pou moman sa

Zanmi ak fanmi ki edem

Mw, poko antame pwosesis sa yo. Men genyen disponib.

Mw poko rive nan etap sa

oui

Non

Wi mwen jwenn

Pa vreman

oui

zanmi ki edem



17. Kijan pwosesis dokimantasyon ou ye?

() An pwogrè

() Konplete

Eksplike:

39 respostas

progre

an progre

An progrè

An pwogrè

progwe

Mwen paret devan jij yon fra men poko gen desizyon final

an pogresyon

progrè

Cpb one map tann

ap avanse

An pwogrè, mw apèm fè I-94 mw gen pou mwen fè kont USCIS la nan semèm sa. Kat travay la mwen poko ka fèl paskem pral nan yon lòt Era.

anprogre

Mw poko rive mw nan cbp one

progrese

pwogrwe

En pwogre

pogrese



an pwogrè, nou TPS.

Mwen gentan gen kat travay

konplete

progre, map tanmm desisyon final la

map tann

Li ap avanse, map tann kat travay.

Mwen te fè azil , men koulye a mwen gen tps

An progre

pwogrè

an pwogrè

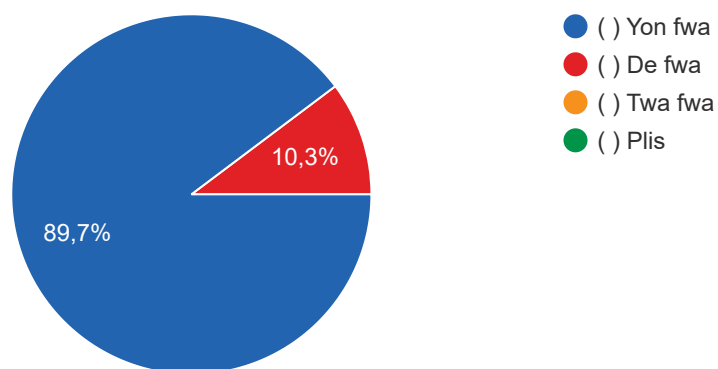
An pwogre

konple

18. Konbyen fwa ou te eseye antre Etazini ant 2016 ak 2021?

 Copiar

39 repostas



19. Kijan w evalye eksperyans migrasyon sa a, konsidere risk ak defi ou te fè fas a yo?

39 respostas

konplike

pou tout se yon move esperyans

Yon move experians, pou sam wè nan wout la.

defi yo te anpil men nou leve yo

move move

se pa fasil

Se te yon pakou ki trè danjere, men pa swete refè ankò.

Anpil difikilte, risk.

Migração México vrèman san sans paske tá sanble yo vle imigran souffri

se pa jwet menm, se difisil

Trè danjere

Mw pat rankontre risk vrèman, men mw te santim san pwoteksyon kenpòt moun te ka pwofite pou yo esplwatem.

li te red anpil

Wout sa difisil anpil

Mw pá gen detay paske mw poko antre mw nan yon program ki rele cbp one

red anpil

se pa ti riks ki genye, tout wout la pyeje

Sète yon desizyon ki gen anpil risk , kite ka pèmèt lamò nou

se te vreman difisil

Perigoso



Lite vreman riske

negatif

frajil

Se riske lavi

Pa mal

li pat fasil menm

mwen pa ta renmen fe experans saanko

Wout sa a se riske lavi

move esperans

Anpil risk koz ou ka mouri ou viole.

Ris la twò gran , se lavi ki pi gran byen , men fok mwen te esperyans pou mwen te fè konklizyon sa a.

yon vrayaj gason pa kanpe

twè imilyan

mwen fèl 2 fwa, se pat fasil menm pat dekouraje.

wout la danje anpil

difisil

Difisil men nou pat dekouraje

li te riske anpil men nou jwenn resilta



20. Pou fini, nou ta renmen konnen si w gen yon bagay ou vle ajoute, pale de li, konsènan sòti w nan Brezil pou ale Etazini?

39 respostas

pou jan vwayaj sa ye a se sikonstans lavi ki pouse yon moun féli, pou nou we sii nou ka garanti demen timoun yo.

Malgre mwen kite Bresil men mwen toujou renmen peyi a, Brezil te pi byen trete nou.

Sete difisil men jodi a se pa mal

Malgre sete difisil men li vo lapen, mwen gen yon vi viyo. malgre rev mwen se yon jou tounen Brezil poum al investi, fe biznis. mwen renmen brezil anpil, Mwen ta renmen rete la ankò.

anyen nan lavi pa fasil, nou dwe goumen pou sa a nou kwè.

Vwayaj la te twè tris, gen moun ki mouri men mwen di Bondye mèsè mwen anvi, mwen para swete janm riske tèt mwen konsa ankò.

...

Sa mwen tá vle ajoute tout sa nou gaspiye kòm lajan poun rive etazini nou ka fè anpil bagay Brasil avel

esperyans lan te difisil

Yon moun ki pran wout sa a, se lavil li riske

Jan anpil moun ki kite Brezil al usa toujou dil. Brezil se yon bon peyi pou imigran ki bay anpil opòtinite pou etid elatriye. Men difikilte ekonomi yo anpil sa anpil nan nou kitel pou ale usa. Men anpil toujou gen lide retounen al viv Brezil osinon investi Brezil lè yo gen mwayen pou sa paske yo renmen Brezil.

Se pat yon vwayaj fasil

Poun jan vayaj sa ye a, mwen pa k a dekril men sel sam konnen, se gen anpil moun ki reyi, gen apil lot ki pedi lavi yo yo, bagay mwen wé menm se pa di yap dim. se tris

Konsej mw gen anpil risk nan wout sa aktuelman Guatemala máfia ap kidnape imigran fè pridan yon moun kap fèl

moun pa anvi fe esperyans konsa anko

Se yon eksperyans pou mounta fé men move lavi, fen oblije.



Mwen pake gen rezidans men mwen ge TPS, li fini deja mwen renouvlel. sa pa pi mal.

Pou mwen menm, bresil se peyi kite ka pi byen resevwa imigran. Men se selman kòb la ki pa fin anfavè sètèn imigran

wout sa pa pou nenpot moun, se pou gason ak fanm vanyan

Pran rout sa ak timoun se twè danjere, se pa fasil ditou

Mwen pa gen lot bagay anko

esperyans pat bon men, mwen pa regret

Move esperyans

vwayaj sa se lew rive ou konnen, sepa fasil menm

Pa vreman

se pat fasil men nou te oblije paske se te mwayen sa nou te we poun gen yon vi miyò

mwen te anvi ale yon kote poum travay epi ede moun Haiti, Brezil men pat ka ede moun yo.

Sale Brezil la pemet nou fe gwo bagay men recepsyon an pi bon

Pou sam we nan wout sa , mwen pat ankouraje yon moun pranl, sim te konnen se te konsa, mw pata tal pranl.

Anpil difikilte nan wout la

Non

Aprè mwen fin gen plizyè ane isit etzini, rekonèt ou paka fè siksè nan sistèm ou pa konnen. Majorite ayisyen brezil san yo pa konnen koman peyi a fonksyone. Se peyi de rèv mwen, yon jou map tounen pou vin fè bizness nan peyi a.

Mwn pa swete janm fè yon esperyans parèy

Malgre tout imilyan, mwen rive kanmenm, map travay e map ede fanmim.

Malgre mwen renmen Brezil men rèv mwen se te rive etazini.

Map fe kob, mwen ka ede fanmi ak zamim, men mwensantim te plis alez brezil.

Malgre proses legalizasyon an an kou men nou pakonnen pou konbyen tan nou la men nap tann.



Nou pa dwe janm dekouraje, mwen te depote premye fwa men mwen te tante chans mwen ankò. jiskaske rantre

Pa gen anyen nan via a ki fasil, e si nou pa riske nou pap jwenn anyen. li bon poun kouri deye rev non

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Does this form look suspicious? [Relatório](#)

Google Formulários



